



IAC
Instituto de Apoio à Criança

Relatório de Atividades e Contas 2015



Pela Defesa dos Direitos da Criança



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. FICHAS DE PROJETO / ATIVIDADES

- Ações de Informação e Sensibilização (AIS)	6
- Atividade Lúdica (AL).....	8
- Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança (CEDI).....	13
- Forum Construir Juntos – Coimbra (FCJ)	22
- Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança (HSAC)	34
- Projeto Rua - Em Família para Crescer (PR).....	41
- Relações Externas (RE)	76
- Serviços Administrativos/Financeiros (SA)	78
- Serviço Jurídico (SJ)	80
- SOS – Criança (SOS)	84

3. ORGANIGRAMA DO IAC

4. CONTAS DE 2015



“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.”

(Vladimir Herzog)

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Apoio à Criança, criado em 1983 com o objetivo de defender e promover os direitos fundamentais da Criança e dos Jovens, tem tentado, em cada momento, responder sempre e cada vez melhor à causa que defende e 2015 não foi exceção.

Cada vez mais na ordem do dia tem estado a temática da violação dos Direitos da Criança, principalmente aqueles que se cruzam com a situação dos maus tratos físicos, psicológicos e emocionais.

A gradual e empenhada cidadania que tem levado a que cada vez mais pessoas se corresponsabilizem pela Defesa dos Direitos da Criança, principalmente quando estão em risco e em perigo, são um bom sinal dos tempos modernos.

Para o Instituto de Apoio à Criança a adesão de cada vez mais pessoas à causa da Criança é um sinal claro do trabalho de sensibilização que se tem vindo a fazer em prol da criança.

Se por um lado, ao longo de trinta e dois anos de existência o Instituto de Apoio à Criança tem sabido traçar o percurso e responder presente, por outro lado, recordo que estas boas práticas quotidianas, que se realizam a nível nacional e internacional, estão a ficar comprometidas, porque os graves problemas financeiros estão a condicionar a plena ação e o trabalho a realizar em diversas áreas.

Estes condicionalismos financeiros têm dificultado atividades essenciais e impedido que a instituição disponha dos recursos humanos necessários para responder ao aumento de procura.

No ano de 2015 todas as atividades do IAC direta ou indiretamente, foram afetadas por problemas de tesouraria, apesar da gestão rigorosa, empenhada e equilibrada que a Direção levou a cabo.

Todos temos de imaginar que tipo de mundo queremos para as crianças, para os jovens e para as famílias, depois temos de agir. É uma ilusão pensar que é possível fazer obra e manter a qualidade da intervenção se os financiamentos continuarem a diminuir e as dificuldades e os pedidos de apoio continuarem a aumentar.

Atualmente as organizações sem fins lucrativos vêm-se confrontadas com um cenário de abrandamento económico, quebra de emprego e aumento do desemprego, e um decréscimo do montante e do número dos apoios públicos e do mecenato.

A somar às restrições financeiras, as organizações sem fins lucrativos deparam-se igualmente com maiores exigências e maior procura por parte dos seus beneficiários e da sociedade em geral.

Quem analisar este documento ficará seguramente a perceber que é muito difícil gerir uma Instituição com a responsabilidade do Instituto de Apoio à Criança com um diminuto e incerto orçamento. Vemos o futuro com apreensão.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social merecem ser mais apoiadas pois desempenham um papel de primeira água junto das populações

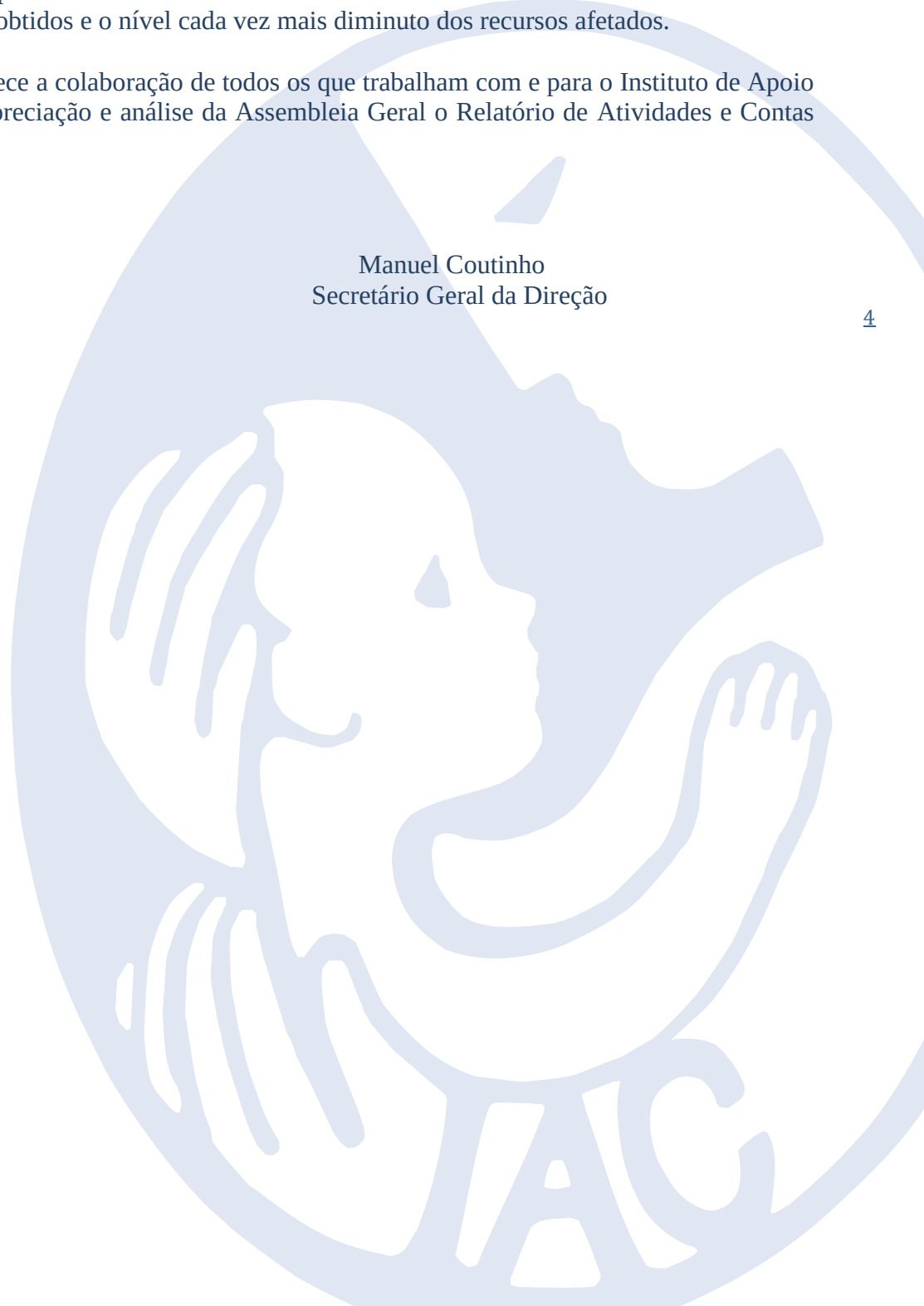
Quando estamos a falar de proteção às crianças a indignação diz-nos que não podemos silenciar a falta de apoios nem a dificuldade que existe para os obter.

Ninguém pode negar que o trabalho complexo desenvolvido pelo IAC nas suas múltiplas frentes, tem sido vital para muitas crianças, muitos jovens e muitas famílias.

O Relatório de Atividades e Contas do IAC relativo ao exercício de 2015, reporta o percurso da ação anual face ao que fora previsto no Plano de Atividades e sintetiza os instrumentos considerados essenciais, os resultados obtidos e o nível cada vez mais diminuto dos recursos afetados.

Por fim, a Direção agradece a colaboração de todos os que trabalham com e para o Instituto de Apoio à Criança e submete à apreciação e análise da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2015.

Manuel Coutinho
Secretário Geral da Direção





Instituto de Apoio à Criança

2. FICHAS DE PROJETO/ATIVIDADES

5



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD: AIS

Designação
Ações de Informação e Sensibilização

Responsável
Manuela Ramalho Eanes

Equipa
Manuela Ramalho Eanes – Presidente da Direção Dulce Rocha – Vice-Presidente da Direção Manuel Coutinho – Secretário Geral da Direção ¹ Pina e Silva – Vogal da Direção ² Vasco Alves – Vogal da Direção Ana Filipe – Assessora da Direção ³ Ana Rufino – Assessora da Direção ⁴

6

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Organismos Governamentais e Entidades Particulares	Atividade permanente

Objetivos
Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos - Informar e sensibilizar a sociedade em geral sobre os Direitos da Criança e suas violações, sobre atividades do IAC relacionadas com a defesa desses mesmos direitos; - Debater temas e promover iniciativas que respondam adequadamente às necessidades e aos problemas das crianças de hoje; - Celebrar protocolos com entidades públicas que patrocinem e colaborem em ações no âmbito dos nossos objetivos

¹ Gestor de Projetos e Coordenador do SOS - Criança

² Gestor Administrativo

³ Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

⁴ Elemento destacado pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência e colocada no IAC

INICIATIVAS DO IAC

- VIII Conferência “Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente”, Assembleia da República, 25 de Maio
- Lançamento da Série Animadas “Histórias do Lucas”, Assembleia da República, 18 de Março.

COMUNICAÇÕES / PARTICIPAÇÕES

- 21 janeiro – Encontros de Direito da Família – “A Guarda Partilhada entre pais e a casa dos Filhos”, Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa;
- 6 fevereiro – Sessão evocativa - Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, no Auditório da Faculdade de Ciências Médicas, Hospital de S. Francisco Xavier, Lisboa;
- 12 fevereiro – Encontro Nacional – “Comissões de Proteção de Crianças e Jovens: Um Modelo de Governação Integrada, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;
- 28 março – Encontro Fundação Pro Dignitate – “Inclusão e Democracia”, Lisboa;
- 9 abril – Encontro “As Crianças com Deficiência” – comunicação “A Especial vulnerabilidade das Crianças com Deficiência”, Auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro, Telheiras, Lisboa;
- 30 abril – Conferência do Observatório da Criança “100 Violência”, Auditório da Casa Amarela, Assembleia da República, Lisboa;
- 6 maio – Seminário da PSP “Violência Doméstica: Da Prevenção à Proteção”, Comunicação “Violência Doméstica: Os Danos para as Crianças”, Auditório da Escola Superior Tecnologia da Saúde, Lisboa
- 14 maio – 1^{as} Jornadas Técnicas “Do (outro) lado da Família: (Des) Construir conceitos, estereótipos e relações”, organizado pela Rede Nacional de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental em parceria com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;
- 3 junho – Encontro sobre Desenvolvimento Comunitário, organizado pelo ISPA, comunicação “A Violência sobre a Criança e a Evolução dos seus Direitos, Lisboa
- 8 junho – “Os Direitos da Criança Hoje” Fundação Montepio, Atmosfera M, Lisboa;
- 15 junho – Reunião Plenária – Comissão Nacional dos Direitos Humanos – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa;
- 17 junho – Ordem dos Advogados – “As recentes alterações à Lei Tutelar Educativa”, Lisboa;
- 10 dezembro – Encontro da EAPN – “O Direito à Participação”, Porto.

E ainda outras:

- Ações de sensibilização em Universidades, Autarquias e Instituições Sociais Parceiras.
- Participação e colaboração com a comunicação social, em que se abordaram as temáticas sobre a Criança.
- Participação em Reuniões Internacionais, designadamente a ESAN e a Missing Children Europe

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD: AL

Designação
Actividade Lúdica

Responsável
Melanie Tavares Vasco Alves ⁵

Equipa
Ana Lourenço – Técnica Superior Cláudia Gaivota – Técnica Auxiliar Administrativa Luísa Moniz – Docente ⁷ Marta Rosa – Docente ⁷ Melanie Tavares – Técnica Superior ⁶ Vera Abecasis – Técnica Superior

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Profissionais e Entidades Governamentais e Não-Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Segurança Social e Justiça, nomeadamente: Associações Culturais e Recreativas, Autarquias, Juntas de Freguesia, Escolas, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Jardins-de-Infância, Universidades e Educação Especial, Tribunais, CPCJ, Fórum Construir Juntos, Rede Construir Juntos	Atividade permanente

Objetivos
Finalidade Contribuir para que todas as crianças tenham uma infância feliz, promovendo o direito de brincar enquanto fator determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança. Objetivos Gerais – Prosseguir com o apoio técnico aos espaços lúdicos existentes e incentivar a criação de novos espaços; – Continuar com ações que permitam a definição e a normalização de critérios de funcionamento das ludotecas e espaços lúdicos, implicando entidades públicas e privadas neste processo; – Manter o trabalho com as diferentes entidades envolvidas na defesa do Direito de Brincar, a nível regional, nacional e internacional; – Facilitar a comunicação entre as associações nacionais e internacionais e a população em geral (crianças, jovens, famílias e profissionais). Objetivos Específicos – Apoiar a criação e manutenção de espaços lúdicos; – Realizar <i>ações de sensibilização</i>; – Divulgar e celebrar a data comemorativa do Dia Internacional do Brincar; – Promover ações de celebração, a nível nacional, do Dia Internacional do Brincar; – Manter e reforçar a parceria com a Associação Internacional de Ludotecas (ITLA) e com o Grupo Europeu de Ludotecas (ETL); – Prosseguir com ações de comunicação, divulgação e marketing.

⁵ Elemento de ligação à Direção

⁶ Coordenadora

⁷ Docentes do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

Ações Desenvolvidas

Assegurar o funcionamento regular

Prosseguiu-se com a organização e atualização da documentação, através de vários suportes digitais, bibliográficos e Internet.

Prosseguiu-se com o contacto com diversos parceiros;

Foi assegurado o funcionamento regular.

As restantes ações integraram-se em três grandes linhas de atuação, nomeadamente “Apoio Técnico à Criação e Acompanhamento dos Espaços Lúdicos”, “Relações Internacionais” e “Sensibilização e Empowerment”.

1. APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

1.1. Supervisão e Consultoria

- Foi dada resposta às solicitações de apoio técnico à criação de espaços lúdicos e aos espaços em funcionamento

1.2. Rede de Ludotecas de Cascais

- Parceria com a Rede de Ludotecas de Cascais;
- Dinamização do plano de formação embora não tenha sido possível a aplicação de instrumentos de avaliação nos diferentes espaços do Município por reestruturação da Rede;
- Dinamização de sessões de supervisão com os diferentes espaços da Rede;
- Visita aos diferentes espaços da Rede;
- Recolha de necessidades e delineamento de propostas de intervenção com os espaços recém-criados;
- Delineamento dos termos de referência para o trabalho conjunto com a CM Cascais.

1.3. Faculdade de Motricidade Humana

- Estabelecida parceria com a Faculdade de Motricidade Humana para avaliação do Estudo das Ludotecas em Portugal e organização de um Seminário sobre o Brincar e o Desenvolvimento da Criança;
- Revisão do protocolo vigente entre a Faculdade e o IAC;
- Projeto de constituição do grupo IPA Portugal com o IAC enquanto membro fundador.

1.4. Estudo Espaços Lúdicos em Portugal

- Criação de versão online do estudo;
- Contactos com peritos nacionais e internacionais para validação do questionário;
- Implementação da fase piloto do Questionário em Portugal;
- Tradução do questionário para inglês;
- Apresentação do estudo na reunião do grupo Europeu de Ludotecas (ETL);
- Tratamento dos dados da fase de implementação piloto e do feedback dos peritos;
- Criação do Questionário Final.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. ITLA (International Toy Libraries Association):

- Participação nas atividades da ITLA, enquanto membro;
- Responsáveis pela *newsletter*;
- Divulgação do Dia Internacional do Brincar (28 de Maio)

2.2. ETL (European Toy Libraries Group):

- Elaboração do relatório anual;
- Divulgação da “Documentação para as Ludotecas” (carta de qualidade, formação de técnicos de ludoteca e normas de funcionamento);
- Produção da 6ª *newsletter* do Grupo Europeu, mantendo o Setor a responsabilidade da edição de grande parte dos materiais produzidos pelo Grupo, nomeadamente vídeos, *newsletters* e comunicações em conferências internacionais;
- Manutenção do *site* da ETL alocado no espaço *online* do Setor, mantendo-se esta a página oficial do Grupo na internet;
- Proposta e discutida a possível realização de um estudo *online* sobre as ludotecas europeias tendo por base o estudo de Portugal;
- Participação na reunião do grupo, a 18 e 19 de Abril na Suíça.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPOWERMENT

3.1. Sensibilização

- Organização e realização de ações de sensibilização para crianças, jovens e famílias que propiciem a reflexão sobre o Direito de Brincar, direta ou indiretamente.

3.2. Projeto com DECO para avaliação de brinquedos

- Criação de base de dados de avaliação das componentes “atividade lúdica” e “adequação à faixa etária”
- Avaliação de brinquedos portugueses e belgas;
- Preparação de relatório final do projeto.

3.3. Dia Mundial do Brincar 2015

- Divulgação e promoção da dinamização de atividades comemorativas do Dia Mundial do Brincar:
- Idealização de atividades para escolas, ludotecas e empresas sob o mote “**Brincar a Sério**”;
- Reuniões com parceiros para criação de imagem do dia;
- Criação de materiais de divulgação (microsite, posters, cadernos e outros);
- Divulgação da efeméride junto dos media (Rádios e Imprensa escrita);
- Dinamização da página de *facebook*;
- Acompanhamento das atividades realizadas no terreno de norte a sul do país;
- Criação de vídeo de divulgação das atividades realizadas, em parceria com a Hi-Interactive;
- Organização do concurso “Brincar a Sério”;
- Avaliação da efeméride.

3.4. Pequenos Grandes Mundos

- Acompanhamento do projeto argentino em Portugal, com contactos com ludotecas, hospitais, escolas e outros setores do IAC.

3.5. Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

- Participação em reuniões e ações de sensibilização sobre o tema;
- Levantamento de atividades e necessidades dos espaços lúdicos nacionais no âmbito do apoio aos refugiados;
- Revisão de bibliografia e do projeto do setor aquando do acolhimento de crianças da Bósnia;
- Receção de material doado pela BP Portugal e consequente inventário e alocação dos bens a famílias.

3.6. Palestras e Comunicações

- “Direito de Brincar”: Instituto Piaget, Almada
- “Asas e raízes”: Meninos de Ouro

3.7. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- “40 anos de Pedagogia Terapêutica”: Casa da Praia
- Seminário “Literatura para a infância e papéis de género”: ESE Lisboa

3.8. Comunicação, divulgação e marketing

- Redigiram-se notícias para o Boletim do IAC;
- Assegurou-se o desenvolvimento e a atualização do sítio *online*.

3.9. Parcerias

- DECO, FMH, Hi-Interactive

10

Resultados Obtidos

Funcionamento regular:

- Realização de 15 reuniões de equipa;
- Realização de reuniões com parceiros diversos: 31;
- Realização de reuniões na sede do IAC: 10;
- Elaboração de 15 suportes digitais de apoio a intervenções para várias entidades (incluindo apresentação em ações de sensibilização e saídas externas);
- Elaboração de 10 documentos (e.g. cadernos de apresentação, material de apoio ao Dia Mundial do Brincar e posters para apresentação em stands) de divulgação do Setor e de apoio às atividades;
- Realização de 15 atendimentos.

1. APOIO TÉCNICO À CRIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESPAÇOS LÚDICOS

1.1. Supervisão e Consultoria

1.1.1. Rede de Ludotecas de Cascais

- 2 sessões de formação com a Rede, com participação de 12 profissionais dos espaços lúdicos do concelho em cada;
- 2 sessões de supervisão conjunta com os diferentes espaços da Rede;
- 3 sessões de supervisão individual com os espaços mais recentes da Rede;
- 8 visitas aos diferentes espaços da Rede.

1.1.2. Faculdade de Motricidade Humana

- Planificação do Seminário (áreas temáticas e elementos a convidar para as Comissões Científica e de Honra);
- Protocolo IAC-FMH atualizado (aguarda assinatura formal);
- Criação dos estatutos do IPA Portugal.

1.1.3. Estudo Espaços Lúdicos em Portugal

- Validação técnica do estudo realizada por 2 peritos nacionais (Carlos Neto da FMH e Natália Pais do IAC) e 2 peritos internacionais (Renate Fuchs e Monica Juarez, presidentes, respetivamente, do grupo europeu de ludotecas e da associação internacional de ludotecas)
- Fase piloto em 4 espaços lúdicos da área de Lisboa;
- Edição de documento de validação do estudo e do Questionário Final.

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. International Toy Library Association – ITLA

- O Setor respondeu a 10 solicitações da ITLA, dando continuidade às suas funções enquanto membro nomeadamente na divulgação do Dia Mundial do Brincar;
- Conceção e edição gráfica de 4 números da *newsletter* da ITLA (Janeiro, Abril, Julho e Novembro).

2.2. Grupo Europeu de Ludotecas – ETL

- Apresentação do questionário sobre espaços lúdicos na reunião em Genebra, para 20 participantes de 9 países.
- Edição da 6ª *newsletter* do Grupo Europeu;
- Acessos registados no *site* do IAC/Actividade Lúdica:
 - . Secção Actividade Lúdica/ETL em português – 18145 visitas;
 - . Secção Actividade Lúdica/ETL em inglês – 22499 visitas

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPOWERMENT

3.1. Sensibilização

- 1 Sessão no Agrupamento de Escolas da Boa Água, assistidas por 25 participantes.

3.2. Projeto com DECO para avaliação de brinquedos

- Avaliação de 62 brinquedos portugueses e belgas;
- Edição do relatório final do projeto;
- Participação de 1 técnica no trabalho publicado na revista Proteste.

3.3. Dia Mundial do Brincar 2015

- Edição de 14 materiais de divulgação;
- Página de Facebook com 2142 gostos;
- Mini-site com 1961 acessos;
- Participação de 60 entidades, entre escolas, empresas e outras entidades;
- Vídeo de divulgação com 799 visualizações;
- Vídeo resumo com 533 visualizações.

3.4. Pequenos Grandes Mundos

- Visitas do projeto a 4 espaços (Ludoteca da Adroana, Hospital Beatriz Ângelo, Bairro Bensaúde e Escola de 1º Ciclo Nossa Senhora do Vale), com atividades que envolveram cerca de 120 participantes (incluindo profissionais e crianças).
- Reportagem no DN sobre o projeto.

3.5. Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)

- Formalização do IAC enquanto instituição parceira na PAR.

3.6. Palestras e Comunicações

- 2 palestras em eventos

3.7. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- Participação de 2 técnicas no evento “40 anos de Pedagogia Terapêutica”: Casa da Praia
- Participação de 1 técnica no Seminário “Literatura para a infância e papéis de género”: ESE Lisboa

3.8. Comunicação, divulgação e marketing:

- Redação de 9 notícias para o Boletim do IAC.

3.9. Parcerias

- DECO, FMH, Hi-Interactive, PAR

Avaliação Qualitativa

O Relatório de Atividades do ano de 2015, reflete a dinâmica do Setor e o reinício de ações que tinham estado suspensas em anos anteriores, como o estudo dos espaços lúdicos em Portugal.

Procurou-se igualmente retomar as parcerias com entidades comprometidas com a defesa do direito de brincar, em diferentes áreas: a nível académico, de investigação e de terreno.

Destacamos também o aprofundar do âmbito de intervenção do setor em projetos como a comemoração do Dia Mundial do Brincar, cuja exposição em 2015 foi potenciada, a participação em iniciativas internacionais (como o Pequenos Grandes Mundos) e a mobilização do conhecimento reunido ao longo dos anos na área da ludicidade a favor de ações prementes da sociedade atual, como o acolhimento aos refugiados.

De um modo geral, os resultados obtidos foram o espelho do empenho e dedicação de toda a equipa, traduzem uma época de sucesso após reestruturação interna e deverão ser mantidos nos anos vindouros.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD:CEDI

Designação

Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança
Eixos de Intervenção:
Centro de Estudos
Serviço de Documentação
Serviço de Informação/Comunicação/Publicações
Serviço de Formação

Responsável

José Brito Soares
Vasco Alves⁸

Equipa

Ana Tarouca - Técnica Superior
Clara Castilho⁹
Cláudia Outeiro - Docente¹⁰
Fernando Carvalho – Técnico

José Brito Soares – Técnico Superior
Maria João Malho – Docente¹⁰
Nuno Domingues – Docente¹⁰
Pedro Pires – Técnico Superior

Outros Serviços Intervenientes

Todos os Setores do IAC, produtores e/ou detentores de Documentação; Unidades de documentação e informação a nível nacional e internacional. Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Rede Social de Lisboa. Ministério da Educação, Plano Nacional de Leitura, Conselho Nacional de Educação.

Escolas Superiores: Escola Superior de Educação de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UTL, Universidade Católica de Lisboa.

Autarquias: Câmara Municipal de Lisboa - Departamento de Ação Social (Espaço a Brincar), Câmara Municipal de Oeiras, Junta de Freguesia de Benfica.

Associações: Centros de Formação das Associações de Escolas de Sintra, de Cacém/Queluz de Amadora, de Sintra e Calvet de Magalhães, Centro Ismaili, Clube Intercultural Europeu, Cáritas Paroquial de Coruche, Associação de Beneficência Popular de Gouveia, European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti Pobreza – Portugal), FNGIS (Fórum Não Governamental para a Inclusão Social)

Fundações: Fundação Lapa do Lobo.

Escolas: Agrupamento de Escolas de Benfica, Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté, Agrupamento de Escolas de Massamá, Agrupamento de Escolas do Algueirão, Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva, Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, Colégio A Torre.

Empresas: Plátano Editora, Edições Teodolito, GO-TO, Haitong Bank SA, HP Portugal.

CPCJ: CPCJ de Condeixa-a-Nova, CPCJ da Chamusca, CPCJ do Bombarral, CPCJ de Alcoutim, CPCJ de Castro Marim.

Duração Prevista

Atividade permanente

⁸ Elemento de ligação à Direção

⁹ Responsável da Publicação – Boletim do IAC - Prestadora de Serviços

¹⁰ Docentes do Ministério da Educação e Ciência, destacados no IAC

Objetivos

Produzir, gerir e divulgar conhecimento sobre a Criança, com especial enfoque na Criança Portuguesa

Objetivos Gerais

- Formar, promovendo o aumento da informação, conhecimento e compreensão sobre a Criança enquanto sujeito de direitos;
- Desenvolver e gerir canais de comunicação (*site, blogue, facebook*, etc.) do IAC;
- Produzir e/ou reeditar publicações ou outros suportes de informação sobre problemáticas atuais no âmbito da Criança;
- Organizar/participar em eventos, projetos e estudos a nível nacional e internacional em articulação com os setores do IAC.

Ações Desenvolvidas

1. CENTRO DE ESTUDOS

1.1. Rede Social de Lisboa

O IAC está presente na Rede Social desde 2006 participando regularmente nas reuniões plenárias. Estamos presentes desde 2009 no **Grupo de Trabalho para a Área das Crianças** tendo contribuído com propostas concretas para uma melhor cidade para e com as crianças - Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa. O IAC é cocoordenador de 3 ações:

- “Mediação Escolar – mecanismos de participação”;
- “Direito ao tempo a ser criança em Lisboa”;
- “Os direitos das crianças e dos jovens sentidos por eles próprios”.

1.2. Centro Internet Segura

O IAC faz parte do Conselho de Acompanhamento deste projeto, participando regularmente nas reuniões de trabalho e servindo, por vezes, como mediador na articulação com outras entidades. A coordenação está sediada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT.

1.3. Direção Geral do Ministério da Educação e Ciência

O IAC tem vindo a articular trabalho com a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – ERTE da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação e Ciência.

1.4. Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens

Continuação nesta parceria de trabalho: Grupo Alargado; 3 grupos de trabalho restritos: Grupo das Tertúlias; Grupo dos Eventos/Comemorações) e Grupo de Comunicação Social.

1.5. EAPN – Portugal – European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-pobreza)

Representante do IAC nesta associação desde 12 de novembro de 2013. Em 2015 foi possível publicar o texto “Erradicar a Pobreza – Compromisso para uma Estratégica Nacional” e dá-lo a conhecer em vários momentos e locais.

1.5.1. EAPN – Núcleo Distrital de Lisboa – Representante do IAC neste grupo de trabalho desde 1 de novembro de 2013.

1.6. FNGIS – Fórum Não-governamental para a Inclusão Social

Representante do IAC neste Fórum Nacional desde 9 de dezembro de 2013.

1.7. Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Representante do IAC no Conselho Geral

1.8. Agrupamento de Escolas de Benfica

1.9. Junta de Freguesia de Benfica

Pelouro da Educação

2. SERVICO DE DOCUMENTAÇÃO

2.1. Biblioteconomia

2.1.1. Aquisição e recolha de documentação

- Contato com livrarias e consequente compra de publicações;
- Subscrição de Periódicos on-line.

2.1.2. Tratamento documental

- Triagem;
- Catalogação;
- Classificação;
- Indexação;
- Atribuição de cota;
- Carimbagem;
- Etiquetagem;
- Arrumação.

2.1.3. Gestão das Bases de Dados Informatizadas

- 1 bases de dados bibliográficas (acervo em papel);
- 1 base de dados de atendimentos.

2.1.4. Elaboração e divulgação bimestral do Boletim Digital InfoCEDI, subordinado a temas relacionados com a Criança.

2.1.5. Envio do Boletim IAC em formato digital por *e-mail*.

2.1.6. Criação e atualização de blogue institucional, com ligação às redes sociais *Facebook* e *Twitter*.

2.1.7. Resposta a pedidos de documentação e informação

- Pedidos presenciais;
- Pedidos telefónicos;
- Pedidos carta/fax;
- Pedidos por *e-mail*.

2.1.8. Empréstimo Interbibliotecas

2.1.9. Avaliação do grau de satisfação do cliente do serviço de documentação

15

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO / PUBLICAÇÕES

3.1. Informação

- Atualização e disponibilização on-line de informação (*Site* IAC);
- Definição das temáticas relevantes, no âmbito da Criança, para efeitos de difusão;
- Levantamento/recolha de informação produzida pelos setores do IAC;
- Implementação de rotinas de articulação entre os diferentes setores e o CEDI no que se refere ao *site*, boletim, publicações, eventos e outras atividades;
- Divulgação de publicações coordenadas pelo IAC no *site* da instituição;
- Participação em eventos no âmbito da Criança, promovidos por outros setores do IAC ou entidades exteriores;
- Organização de eventos temáticos;
- Análise da informação sobre o IAC e produzida pelos setores IAC.

3.2. Publicações e Ferramentas Online

- Conceção/produção/edição de publicações de divulgação institucional;
- Participação na organização editorial do Boletim IAC;
- Estabelecimento de contactos e negociação com editoras para efeito de articulação de uma política editorial.

3.3. Comunicação

- Comunicação sobre a Criança e sobre as atividades do IAC através de diferentes ferramentas e redes sociais;
- Divulgação da informação produzida a partir de contactos com os *Media*.

3.4. Formação

- Formação para docentes e não docentes no âmbito dos protocolos estabelecidos com os CFAE; ações de sensibilização para alunos e pais.

3.5. Mecenato

- Abordagem de algumas instituições para a obtenção de fundos e de apoios no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CEDI.

Resultados Obtidos

1. CENTRO DE ESTUDOS

1.1. Rede Social de Lisboa

Elaboração de Estudos e Relatórios no âmbito da Rede Social de Lisboa:

- Análise de dados - Inquérito ao funcionamento dos Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família/Estruturas de apoio ao Aluno e à Família das Escolas Públicas de Lisboa - em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o Ministério da Educação;
- Caracterização da Ação de Formação "Direitos da Criança em Ação - LX DC" -diagnóstico da visão das crianças sobre o seu sentir relativamente à aplicação dos seus direitos na Cidade de Lisboa - em parceria com a Escola Superior de Educação de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa (Espaço a Brincar e DMHDL/PLHDS);
- Ponto de situação do trabalho "Direito ao tempo de ser Criança" em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

1.1.1. Rede Social de Lisboa

Recursos Humanos	Reuniões	Parcerias	Destinatários
1 Técnico	3 reuniões plenárias	Câmara Municipal de Lisboa	População da Cidade de Lisboa

1.1.2. Grupo de Trabalho das Crianças – GTC - (Rede Social de Lisboa)

	Recursos Humanos	Reuniões
- Elaboração da grelha de ações a realizar	1 Técnico	10

1.2. Junta de Freguesia de Benfca

Recursos Humanos	Reuniões	Parcerias	Destinatários
1 Técnico	3	Junta de Freguesia de Benfca e parceiros	População infanto-juvenil residente na Freguesia

1.2.1. Junta de Freguesia de Benfca – Comissão de Educação e Formação

Recursos Humanos	Reuniões	Destinatários
1 Técnico	4	Crianças e Jovens residentes na freguesia

1.3. Centro Internet Segura

Como membro do Conselho de Acompanhamento participação nas reuniões de trabalho com os diversos parceiros e equipa coordenadora sediada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Recursos Humanos	Reuniões no Centro Internet Segura (FCT)	Destinatários
1 Técnico	2	População em geral

1.4 Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens

Membro fundador deste Fórum. Participamos nas reuniões alargadas e fazemos parte de 3 grupos de trabalho (tertúlias, eventos/comemorações e comunicação social). Colaborámos na organização do 25º aniversário da Convenção sobre os Direitos das Crianças que teve lugar a 20 de novembro.

Recursos Humanos	Reuniões Alargadas	Grupos de Trabalho (tertúlias, eventos e comunicação social)
1 Técnico	2	5 - eventos

1.5. European Anti Poverty Network - Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza)

Recursos Humanos	Reuniões – EAPN	Destinatários
1 Técnico	5	População em geral e organismos políticos institucionais

1.5.1. European Anti Poverty Network - Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza) – Núcleo Distrital de Lisboa

Recursos Humanos	Reuniões – EAPN	Destinatários
1 Técnico	3	População em geral e IPPS

1.6. Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social

Recursos Humanos	FNGIS	Destinatários
1 Técnico	2	População em geral e organismos políticos institucionais

1.7. Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda

Recursos Humanos	Reuniões AEFA	Destinatários
1 Técnico	4	Comunidade educativa das freguesias da Ajuda e de Alcântara

2. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

2.1. Aquisição e recolha de documentação em suporte papel

- 157 monografias por oferta
- Entrada de 96 números de periódicos (por oferta ou permuta)

2.2. Tratamento documental

- Base de Dados Acervo Papel:
 - n.º de registos inseridos na Base de Dados Acervo em Papel – 157
- Triagem e organização da Base de Dados da Cision correspondentes ao ano de 2015.
- Recolha de 222 notícias publicadas na imprensa escrita sobre o IAC. Análise estatística destas 222 notícias e registo em base de dados em Excel

2.3. Produção e Divulgação de Boletim Digital InfoCEDI

- N.º de InfoCEDIs difundidos por Correio eletrónico e no site do IAC - 6 (seis) com carácter bimestral
- Temas tratados:
 - Jan./Fev. - nº 56 – A Educação Financeira da Criança
 - Mar./Abr. - nº 57 – Acolhimento Familiar
 - Maio/Jun. - nº 58 – Consumo de Álcool pelos Jovens em Portugal
 - Jul./Agosto - nº 59 – Interrupção Voluntária da Gravidez na Adolescência
 - Set/Out. - nº 60 – Crianças Refugiadas
 - Nov./Dez. - nº 61 – Crianças com Deficiência Visual

2.4. Gestão de contactos mailing CEDI

- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing CEDI em 2014: 2.986 contactos
- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing CEDI em 2015: **3.374 contactos**
- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing Boletim IAC em 2014: 263 contactos
- N.º de contactos eletrónicos do e-mailing Boletim IAC em 2015: **3379 contactos**

2.5. Criação, Atualização e Divulgação de Blogue Institucional

- N.º de artigos publicados em 2014 – 1.616
- N.º de artigos publicados em 2015 – **1.866**
- Visitas ao Blogue em 2014 – 1.419.372 visitas
- Visitas ao Blogue em 2015 – **1.545.292 visitas**
- Divulgação: Atualização automática nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*
- Outros meios: InfoCEDI, Mailing IAC, Site institucional

2.6. Resposta a pedidos de documentação e informação

- N.º de pedidos presenciais - 162
- N.º de pedidos telefónicos - 163
- N.º de pedidos por correio eletrónico - 179 (29 via *Facebook* do IAC)
- N.º de pedidos por carta/fax - 0
- N.º total de pedidos - 504
- N.º de pedidos externos - 307
- N.º de pedidos internos - 197
- Reprodução de documentos - 580 fotocópias/impressões
- Cedência de ficheiros do acervo digital - 370 ficheiros
- N.º de links enviados - 1.925 links
- N.º de digitalizações - 10

2.7. Avaliação do grau de satisfação do cliente (Média de grelha de avaliação de 1 a 5, segundo opinião escrita dos clientes presenciais)

Média de avaliação da qualidade das diversas tipologias documentais que constituem o acervo

- Monografias 4,3
- Periódicos 4,2
- D. Temáticos 4,2
- C. Temáticas 4,3
- Recortes Imprensa 4,3
- Legislação 4,1
- Média de avaliação da pertinência do acervo para a pesquisa 4,8
- Média de avaliação da quantidade de recursos disponível 4,7
- Média de avaliação dos técnicos quanto à amabilidade 5,0
- Média de avaliação dos técnicos quanto à competência 5,0

2.8. Apoio a eventos do IAC

- Apoio na divulgação de 2 eventos

2.9. Contribuição de textos para Boletim IAC

- 1 Texto - “Blogue do IAC em franco crescimento”

2.10. Recolha e tratamento de informação para secção “IAC presente e media” do Boletim IAC

2.11. Apoio logístico à exposição itinerante “Crianças com Direitos”

2.12. Participação no projeto de angariação de fundos para a Agenda IAC 2016 e sua distribuição

- Gestão da Plataforma de Crowdfunding PPL
- Divulgação e Marketing da Agenda

2.13. Apresentação da publicação InfoCEDI na Escola Superior de Educação Almeida Garrett, em duas aulas da Professora Ana Pessanha, em Junho

3. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO / COMUNICAÇÃO / PUBLICAÇÕES

3.1. Publicações

- Conção gráfica de todas as publicações nomeadamente:
 - . Produção do cartaz em diferentes tamanhos relativo à consagração de 0,5% do IRS a favor do IAC;
 - . Produção do cartão relativo ao Natal;
 - . Produção de materiais destinados às montras do Ministério da Educação;
 - . Produção de cartaz e desdobráveis (tríptico) da Conferência sobre os 25 anos da Convenção dos Direitos das Crianças;
 - . Produção da publicação “Des paroles aux actes”;
 - . Produção da publicação “From words to actions”
 - . Produção da Agenda IAC 2016 - Pela Defesa e Promoção dos Direitos da Criança.
- Coordenação do processo de digitalização do espólio de vídeo do IAC;
- Captação e gravação de vídeos das participações na televisão, de diferentes dirigentes do IAC, em suporte digital;
- Tratamento e manipulação de imagens, PDF e outros suportes digitais, nomeadamente para colocação em sites/blogues do IAC;
- Redação de dois artigos para o Boletim IAC;

- Planeamento, coordenação, elaboração Agenda IAC 2016 – Pela Defesa e Promoção dos Direitos da Criança.

3.2. Mecenato/Parcerias

- Colaboração de algumas instituições – Colégio A Torre, Faculdade de Motricidade Humana, Centro Ismaili, Edições Teodolito - e personalidades para a obtenção de apoios: Dr. Luís Fernandes (Colóquios sobre *Bullying*), os escritores Alice Cardoso, António Torrado, José Fanha, Fernando Cardoso, Luísa Ducla Soares, Margarida Fonseca Santos, Raquel Palermo, Sara Rodi e Sílvia Alves (Agenda IAC 2016), Prof.^a Dr.^a Lúcia Maropo (Instituto Politécnico de Setúbal), Prof.^a Dr.^a Teresa Sofia Castro (Universidade do Minho/FCT).
- Protocolos com os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) do Cacém e Queluz, Amadora, Lisboa (Calvet de Magalhães), Sintra e Sesimbra.
- Haitong Bank SA.
- Fundação Lapa do Lobo – Parceria para financiamento do Projeto filmes animados “LUCAS”, sobre os Direitos da Criança
- GO-TO – Projeto filmes animados “LUCAS”, sobre os Direitos da Criança

3.3. Participação em eventos/atividades de promoção do IAC/ações de sensibilização nas escolas

- Coordenação da itinerância da Exposição “Crianças no Mundo – com Direitos” (10 instituições/escolas do Continente requisitaram a exposição que teve 2.554 visitas);
- Atividades pedagógicas sobre os Direitos da Criança para todos os níveis de ensino no âmbito do Projeto “Os Direitos da Criança na Educação para a Cidadania” nas seguintes escolas e agrupamentos:
 - EB1 Ary dos Santos - Montijo – 1º ciclo (30 alunos) - com a participação externa ao CEDI de Bruno Pio, em fevereiro;
 - Agrupamento de Escolas D. Dinis – 2º ciclo (30 alunos EB Damião de Góis/30 alunos EB Marvila) em novembro;
 - Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté – “Os Direitos Humanos e as Crianças”- 2º e 3º ciclos (50 alunos), em dezembro.

3.4. Participação em Projetos

- Dinamização e coordenação da participação do IAC na animação das Montras do ME;
- Projeto *Bullying* NÃO!:

Organização de colóquios sobre a prevenção do *Bullying* em escolas e associações dos concelhos de Sintra:

 - Agrupamento de Escolas do Algueirão – ação de sensibilização para pais e encarregados de educação (com a participação externa ao CEDI de Melanie Tavares) em fevereiro;
 - Ações de sensibilização dirigidas a:
 - Agrupamento de Escolas do Algueirão – 4º ano (120 alunos), em janeiro e fevereiro;
 - Agrupamento de Escolas Leal da Câmara:
 - Ação para docentes, assistentes operacionais e encarregados de educação, com a participação externa ao CEDI do psicólogo Luís Fernandes, em fevereiro;
 - Ação dinamizada para alunos do ensino secundário, em março;
 - Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté – 4º ano (50 alunos), em fevereiro;
 - Ação para os funcionários da HP Portugal e seus filhos (com a participação externa ao CEDI de Vera Abecassis).
- Continuação da parceria com a Fundação Lapa do Lobo e a GO-TO relativa à criação das “Histórias do LUCAS”, episódios televisivos para a RTP2 sobre os Direitos da Criança.

3.5. Outras funções/tarefas

- Participação no 13º Encontro Anual de Promoção da Saúde nas Escolas do Concelho de Sintra com a comunicação “Bullying Não!” (março), Sintra;
- Participação no encontro III Ciclos Temáticos de Intervenção Psicossocial promovido pelo Centro Social da Sagrada Família e pela Creche Sempre em Flor com a comunicação “Bullying em contexto escolar: como prevenir e intervir?” (maio), Sintra;
- Participação no grupo de trabalho do II PNA 1325 da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (julho) em representação do IAC;
- Gestão da angariação de fundos para a produção da Agenda IAC 2016 – Pela Defesa e Promoção dos Direitos da Criança através da Plataforma Portuguesa de Crowdfunding PPL (setembro a novembro);
- Organização do lançamento da Agenda IAC 2016 – Pela Defesa e Promoção dos Direitos da Criança em Lisboa e participação no respetivo lançamento em Coimbra (novembro);
- Participação de uma aula de seminário da licenciatura de Serviço Social da Universidade Católica para a apresentação do IAC (organização, missão e intervenção social junto das crianças) (dezembro), Lisboa (com a participação externa ao CEDI de Lúcia Velez);
- Manutenção dos computadores do CEDI.

3.7 Formação

- Colóquio “A Indisciplina na Sala de Aula” (Docentes), na Escola Secundária Miguel Torga (Massamá) e na ES Padre Alberto Neto (Queluz) (janeiro);
- Workshop sobre “Bullying: prevenção na Família e na Escola” na Escola Secundária de D. João V, Amadora para docentes e técnicos (janeiro);
- Curso para Assistentes Técnicos das escolas do concelho da Amadora sobre “Formação pessoal, ética, relações interpessoais e gestão de conflitos” (fevereiro a abril);
- Ação “Indisciplina Bullying e Intervenção na Crise” na modalidade Curso de Formação para Docentes (Centros de Formação da Associação de Escolas NOVAFOCO e Calvet de Magalhães em protocolo com o IAC) (março a julho) - com a participação externa ao CEDI de Isabel Porto.
- Preparação, Submissão e implementação do projeto TALE (Training Activities for Legal Experts on children rights), projeto financiado pela União Europeia, em parceria com cinco países europeus, com o objetivo de melhorar a formação técnica de vinte especialistas nos Direitos da Criança em Portugal. Este projeto é coordenado pelo Setor Jurídico (Ana Sotto-Mayor e Ana Perdigão), dada a sua natureza essencialmente jurídica, e envolve, além do CEDI (Nuno Domingues e José Brito Soares), o setor do Projeto Rua (Isabel Porto).

PARTICIPAÇÃO DO CEDI EM REUNIÕES, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, EVENTOS...

Reuniões de trabalho

- Boletim IAC – 4
- Reuniões de trabalho com os parceiros dos vários projetos desenvolvidos pelo CEDI – Escolas, Gráfica, Universidade do Minho/Fanha, Centro Ismaili, Partido Comunista Português, Faculdade de Motricidade Humana, Colégio “A Torre”, CFAE – 22
- Eixo da Informação – Direção – 1
- Publicações – 1 (Plátano Editora)
- Lançamentos de livros infanto-juvenis apoiados pelo IAC - 3
- Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - 2
- IAC/Montras do ME – 1
- GO-TO – 5
- Rede Social de Lisboa
- Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens.
- Centro Internet Segura – FCT
- Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas – MEC
- European Anti Poverty Network – Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza) – EAPN
- European Anti Poverty Network – Portugal (Rede Europeia Anti Pobreza) – Núcleo Distrital de Lisboa
- Fórum Não-Governamental para a Inclusão Social – FNGIS
- Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Francisco Arruda
- Junta de Freguesia de Benfica
- Sessão Comemorativa do 25º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (20 de novembro)

Participação noutros eventos

Data	Evento	Local	Tipologia
29/janeiro	Reunião	GO-TO	Filmes Direitos da Criança
5/fevereiro	Fórum Não Governamental para a Inclusão Social	FNGIS	Assembleia Geral
2/março	Reunião do Boletim	Sede IAC	Equipa Redação Boletim
4/março	Visita SCML	Sede IAC	
11/março	Reunião	GO-TO	Filmes Direitos da Criança
18/março	Lançamento filmes "Histórias do Lucas"	Assembleia da República	
24/março	Visita de Estudo	Sede IAC	Visita ao IAC do Centro de Promoção Social Rainha Dona Leonor da SCML
9/abril	Comemoração	APIA	40 Anos da APIA
22/abril	6 ^{oa} Edição do Colóquio de Criatividade, Marcas e Eventos	EPAD	Colóquio

18/maio	Mesa redonda “Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza”	Assembleia da República	EAPN
1/junho	Encontro EAPN Portugal	Atmosfera m	EAPN
7/julho	O desenho do “Plano de Luta Contra a Pobreza”	Paços do Concelho - CML	EAPN
9/julho	Provas de avaliação do curso técnico-profissional de “Animação Sociocultural”	Escola Secundária Gil Vicente	Escola Secundária Gil Vicente
30/julho	Reunião global das CLAS	Fórum Lisboa	Comissões Locais de Ação Social
4/setembro	“Entrega do Prémio Cidadão Europeu 2015”	Centro Jean Monnet	Gabinete do Parlamento Europeu
18/setembro	Plano Nacional de Cinema “Entre Espaços: a Escola e o Cinema”	Cinemateca	Ministério da Educação e Ciência
24/setembro	“Convenção sobre os Direitos da Criança: 25 anos em Portugal – reforço de um compromisso”	Fundação Calouste Gulbenkian	Unicef
22/outubro	“A Casa da Praia – 40 anos de Pedagogia Terapêutica”	Fundação Calouste Gulbenkian	Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia
27/outubro	“Relançamento do Programa das Cidades Amigas das Crianças”	Fundação Calouste Gulbenkian	Unicef
5-6/novembro	VIII Conferência Internacional do Plano Nacional de Leitura “O valor da leitura – leitura dos valores”	Fundação Calouste Gulbenkian	Ministério da Educação e Ciência
12/novembro	“Acolhimento de Jovens em Instituição: Proteger, Prevenir e Capacitar – Desafios à Intervenção”	Fundação Calouste Gulbenkian – Auditório 2	Fundação Calouste Gulbenkian
18/novembro	“Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual”	Auditório do IEFP	Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco
20/novembro	“Comemoração do 26º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança”	Assembleia da República – Sala do Senado	Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens
30/novembro	Apresentação dos resultados do projeto RESCUR	Auditório da Faculdade de Motricidade Humana	Faculdade de Motricidade Humana
16/dezembro	“Seminário Transnacional Europa 2020 – mais participação, melhor governação”	Instituto Superior de Economia e Gestão	Fórum Não Governamental para a Inclusão Social - FNGIS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD:FCJ

Designação

Fórum Construir Juntos – Coimbra

Responsável

Paula Cristina Correia Duarte

Equipa

Paula Duarte – Técnica Superior de Serviço Social
Pedro Rodrigues – Técnico Superior de Serviço Social
Cristina Barros – Docente¹¹
Cristina Basto – Docente¹¹
Margarida Vicente – Docente¹¹

Outros:

1 Estagiário de Serviço Social (Curso de Especialização Tecnológica do Instituto Superior Miguel Torga
3 Estagiárias de Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (janeiro a junho 2015);
2 Estagiárias de Mestrado Integrado em Psicologia da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (a partir de setembro 2015);
2 Estagiárias de Serviço Social (Universidade Biscaya, no âmbito do programa ERASMUS) pela Faculdade Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (a partir de setembro 2015);

22

Outros Serviços Intervenientes

IAC-Sede; SOS-Criança; Projecto-Rua; Rede Construir Juntos; Redes Sociais; Instituições de Acolhimentos de Crianças e Jovens em Perigo; Instituto de Segurança Social; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Organizações não Governamentais; EAPN- Rede Europeia Anti-Pobreza; APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra; FPCEUC- Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra; ISMT- Instituto Superior Miguel Torga; Direção Geral da Administração Escolar; Junta de Freguesia de Santo António Olivais – Coimbra; Escolas Profissionais; Tribunais; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Escolas do 1.º, 2.º e 3.º CEB; Serviços de Saúde; Centro Atendimento a Jovens; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Autarquias; Programa Escolhas; CLDS+ Contratos Locais de Desenvolvimento Social; ODM na cidade – Plataforma Objetivos do Milénio; RRC APV TSH - Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos; ASOS – Associação Soltar os Sentidos

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos

Objetivo Geral

Maximizar o objetivo geral do IAC contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos

Finalidade

Contribuir para a mudança de atitude sociocultural com vista a um novo olhar sobre a problemática da criança e jovem em perigo.

¹¹ Docentes do Ministério da Educação e Ciência, destacadas no IAC

Objetivos Gerais

Promover, apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da Infância e Juventude;

Dinamizar espaços de diálogo inter-institucionais de forma a sensibilizar para a problemática das Crianças Desaparecidas e /ou Exploradas Sexualmente, através da Rede Construir Juntos;

Promover e dinamizar Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família – Projeto de Mediação Escolar em articulação com o SOS-Criança

Objetivos Específicos

1. HUMANIZAR

- Atender, orientar e encaminhar situações problemáticas;
- Promover uma intervenção, articulada com outros serviços, de forma a proporcionar às crianças e jovens um ambiente de cuidados, atenção e afetos que correspondam e respeitem às necessidades de cada um, humanizando os contextos de atendimento;
- Criar estratégias, em parceria com as escolas, que minimizem a estigmatização, a exclusão escolar (absentismo e abandono escolar precoce) e as problemáticas relacionadas com a violência escolar

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

- Promover boas práticas e partilhar experiências enriquecedoras que permitam a melhor adequação de atitudes face à criança/jovem;
- Sensibilizar as estruturas locais e a sociedade em geral para os problemas que envolvem a Criança Desaparecida e/ou Explorada Sexualmente;
- Implementar ações de formação e sensibilização para a defesa do direito da criança ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades próprias da sua idade (cf. Art.º 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança);
- Orientar e supervisionar estágios curriculares;
- Pesquisar e disponibilizar bibliografia temática;
- Manter atualizado o Doc-Base.

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

- Promover a articulação entre instituições parceiras;
- Colaborar com as diferentes instituições/entidades na definição de novas estratégias de intervenção;
- Promover a mediação entre as entidades envolvidas no projeto das Crianças Desaparecidas e/ou Exploradas Sexualmente.

Ações Desenvolvidas

1. HUMANIZAR

- Atendimento, encaminhamento de situações problemáticas, relacionadas com crianças e jovens;
- Encaminhamentos – CPCJ/ Instituições de Acolhimento e outros serviços;
- Atendimentos telefónicos para informações gerais;
- Atendimentos presenciais sobre a intervenção do IAC;
- Intervenção em Instituições de Acolhimento de Crianças;
- Gestão e entrega de donativos;
- Seleção e empréstimo de materiais lúdicos e bibliográficos a serem utilizados pelos técnicos dos Lares para Infância e Juventude

1.1. Mediação Escolar

1.1.1. Apresentação do Projeto de Mediação Escolar:

- Agrupamento de Escolas de Cister, Alcobaça
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera
- Agrupamento de Escolas Gândara Mar, Tocha
- Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra

1.1.2. Implementação de GAAF, em articulação com a Direção dos Agrupamentos/Escolas, as instituições locais e autarquias, a fim de operacionalizar o seu funcionamento

- Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera.

1.1.3. Dinamização dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), através do apoio técnico

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre, E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra e Escola Secundária Jaime Cortesão;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Taveiro e E.B. Inês de Castro, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Góis, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, Leiria;
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Pombal, Leiria;
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;
- Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera.

1.1.4. Enquadramento, acompanhamento pedagógico e avaliação das ações desenvolvidas pelos estagiários integrados nas equipas dos diferentes GAAF

- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – Escola Secundária Jaime Cortesão;
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Taveiro;
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. Inês de Castro.

1.2. Atividades desenvolvidas nos GAAF:

1.2.1. Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra

- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Participação nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- Dinamização da ação de sensibilização “Como educar nos dias de hoje”, dirigida aos encarregados de educação dos alunos do 2.º ciclo – 12 de fevereiro;
- Dinamização da ação de sensibilização “A arte de bem comunicar”, dirigida aos assistentes operacionais – 21 de dezembro;

1.2.2. Agrupamento de Escolas Coimbra Centro – E.B. nº2 de S. Silvestre, Coimbra

- Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
- Atualização do Plano de Atividades;
- Reuniões mensais de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Participação em reuniões com encarregados de educação;
- Apoio psicopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Participação nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Dinamização da ação de sensibilização “Como educar nos dias de hoje”, dirigida aos encarregados de educação dos alunos do 2.º ciclo – 20 de fevereiro;
- Dinamização da ação de sensibilização “A arte de bem comunicar”, dirigida aos assistentes operacionais – 21 de dezembro;

1.2.3. Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – Escola Secundária Jaime Cortesão

- Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
- Preparação do Plano de Atividades;

- Reuniões mensais de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Apoio psicopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Participação nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Dinamização da ação de sensibilização “A arte de bem comunicar”, dirigida aos assistentes operacionais – 21 de dezembro

1.2.4. Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste – E.B. 2,3 Inês de Castro, Coimbra

- Integração de novos elementos na equipa do GAAF;
- Preparação do Plano de Atividades;
- Reuniões mensais de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Apoio psicopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio (Escola 1.º ciclo de Almas de Freire, Santa Clara);
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Dinamização da ação de sensibilização “Eu tenho direitos e tu?”, dirigida aos alunos do 2º e 3º ciclo– 30 de abril;

1.2.5. Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste - E.B. 2,3 Taveiro, Coimbra

- Atualização do Plano de Atividades;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados no GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Reuniões mensais de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões periódicas de discussão de casos (estudo de casos);
- Reuniões de discussão de casos (estudo de casos) com as instituições da rede social de apoio;
- Reuniões de supervisão de estágios;
- Apoio psicossociopedagógico;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Acompanhamento individualizado em grupo ou em pátio;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2.6. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Análise e discussão de casos (estudo de casos), por via telefónica e e-mail;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados pela equipa do GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Acompanhamento de alunos em risco;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2.7. Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos:

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Análise e discussão de casos (estudo de casos), por via telefónica e e-mail;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados pela equipa do GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Acompanhamento de alunos em risco;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2.8. Agrupamento de Escolas de Góis:

- Elaboração do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Análise e discussão de casos (estudo de casos), por via telefónica e e-mail;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Dinamização da ação de sensibilização sobre “Os Direitos da Criança”, dirigida aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo – 30 de novembro e 1 de dezembro;
- Dinamização da ação de sensibilização “A importância da comunicação nas relações interpessoais”, dirigida aos assistentes operacionais e técnicos administrativos – 21 de dezembro.

1.2.9. Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, Leiria

- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Análise e discussão de casos (estudo de casos), por via telefónica e e-mail;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2.10. Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo, Coimbra

- Atualização dos documentos do GAAF;
- Elaboração do plano de atividades;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados pela equipa do GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Reuniões periódicas de discussão de casos (estudo de casos);
- Apoio no estudo e na realização de tarefas escolares;
- Acompanhamento de alunos em risco;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2.11. Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra, Coimbra

- Assinatura de Protocolo Programa Escolhas;
- Participação em reuniões de consórcio do Programa Escolhas;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Análise e discussão de casos (estudo de casos), por via telefónica e e-mail;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF.

1.2.12. Agrupamento de Escolas de Pombal, Leiria

- Atualização do Plano de Atividades;
- Reuniões de orientação técnica e avaliação da intervenção, com equipa do GAAF;
- Análise e discussão de casos (estudo de casos), por via telefónica e e-mail;
- Atendimento de alunos no GAAF;
- Atendimento a encarregados de educação dos alunos acompanhados pela equipa do GAAF, quando solicitado pela equipa;
- Acompanhamento individual de alunos em risco;
- Atendimento de alunos com ordem de saída da sala de aula;
- Divulgação do plano de formação destinados à equipa do GAAF;
- Pedro Rodrigues dinamizou 2 reuniões de sensibilização destinadas a delegados e sub-delegados, no âmbito do trabalho do GAAF nesta escola – 2 e 17 de março.

1.3. Gestão de Donativos

Encaminhamento de donativos, para diferentes instituições parceiras da Rede Construir Juntos e da Comissão Social de Freguesia de Santo António dos Olivais – Coimbra

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

2.1. Estágios

- Estabelecimento de protocolos e parcerias com estabelecimentos de ensino superior, escolas secundárias e agrupamentos de escolas;
- Reuniões de negociação, supervisão e avaliação de estágios, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra;
- Reuniões de negociação, supervisão e avaliação do estágio de Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.

2.2. Representação do IAC em diferentes eventos

- **16 e 17 de janeiro** – Paula Duarte representou o IAC nas 1ª Jornada de Serviço Social do CHUC, “Desafio na diversidade refletir em intervenção” e foi moderadora no painel “Crianças e Jovens em Risco; intervenção da Saúde e da Justiça”.
- **28 de janeiro** – Cristina Basto representou o IAC na sessão “ A importância dos afetos na aprendizagem” organizada pela Comissão Social da Junta de Freguesia de Stº. António dos Olivais, em Coimbra, dinamizada pela Associação A Cores.
- **11 de fevereiro** – A convite da Câmara Municipal de Coimbra Paula Duarte e Pedro Rodrigues, representaram o IAC numa reunião de apresentação do Projeto Educativo Concelhio.
- **25 de fevereiro** – Pedro Rodrigues a convite da Câmara Municipal de Coimbra, representou o IAC numa reunião no Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra, onde foi apresentada a Oferta Formativa desta Escola, bem como a importância de novas parcerias com instituições do Concelho.
- **9 de março** – No âmbito da Avaliação Externa das Escolas 2014-2015, Paula Duarte e Pedro Rodrigues representaram o IAC na sessão de apresentação do Agrupamento de Escolas Coimbra Centro.
- **12 de março** – Pedro Rodrigues apresentou o trabalho do IAC desenvolvido no GAAF do Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, no painel de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica, no âmbito da Avaliação Externa das Escolas.
- **13 de março** – Paula Duarte representou o IAC num painel de discussão sobre a problemática “Mendicidade Forçada: A Protecção das Crianças Vítimas de Exploração”, que decorreu no Instituto Bissaya Barreto, em Coimbra.
- **18 de março** – Paula Duarte e Cristina Barros representaram o IAC numa reunião de esclarecimento sobre o Portugal 2020, organizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e pela Comunidade Intermunicipal.
- **11 de março** – Cristina Basto representou o IAC na sessão “ Trissomia XXI” organizada pela Comissão Social da Junta de Freguesia de Stº. António dos Olivais, em Coimbra, dinamizada pela Associação “Olhar 21”.
- **22 de abril** – Paula Duarte representou o IAC numa sessão de esclarecimento sobre o programa “Portugal 2020”, que decorreu no auditório do Polo II, da Universidade de Coimbra, dinamizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).
- **29 de abril** – Paula Duarte e Pedro Rodrigues representaram o IAC, numa sessão de apresentação do Projeto Educativo Concelhio, que decorreu nas instalações dos Bombeiros Sapadores de Coimbra.
- **19 de maio** – Paula Duarte representou o IAC na conferência de imprensa, sobre o evento “ Coimbra a Brincar”, que decorreu na Casa Municipal da Cultura, em Coimbra .
- **3 de junho** – Paula Duarte e Cristina Basto representaram o IAC numa reunião de consórcio do Programa Escolhas, na Pampilhosa da Serra.
- **26 de junho** – Paula Duarte representou o IAC na sessão solene comemorativa do 21º Aniversário da Associação Integrar em Coimbra.
- **29 de outubro** – Ana Margarida Vicente representou o IAC no I Colóquio Internacional do LUDUS “Jogos e Brinquedos Tradicionais, Património da Humanidade”, que decorreu no Auditório do Instituto Português do Desporto e da Juventude, em Coimbra.
- **19 de novembro** – Cristina Basto representou o IAC na sessão “ Tráfico de Seres Humanos” organizada pela Comissão Social da Junta de Freguesia de Stº. António dos Olivais, em Coimbra, dinamizada pela Saúde em Português.

- **28 de novembro** – Paula Duarte representou o IAC na Gala de Aniversário da Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro.
- **2 de dezembro** - Paula Duarte representou o IAC na sessão de apresentação do projeto “Escolas Solidárias” da Fundação EDP.
- **11 de dezembro** – Ana Margarida Vicente a convite do Agrupamento de Escolas Oeste, representou o IAC na sessão de lançamento dos “Manuais para a Educação de Infância e Ensinos Básico e Secundário – Crianças e Jovens expostas/os à violência doméstica: conhecer e qualificar as respostas na comunidade” publicados pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Esta sessão contou com a presença do Secretário de Estado da Educação, João Costa e da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino.

2.3. **Formação:**

Elaboração de todos os documentos inerentes à organização, divulgação e implementação da atividade formativa

Conceção e Dinamização de Ações de Formação

Ação de Sensibilização	Data	Dinamizadores	Local	N.º de Participantes	Destinatários
A importância do acolhimento de crianças e jovens em risco, no desempenho escolar	14 de janeiro	João Pedro Gaspar (Doutorado em Psicologia da Educação)	Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra	41	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro) e técnicos das instituições parceiras da RCJ
Encontro anual das equipas dos GAAF (zona centro)	14 de janeiro	Equipa IAC-FCJ	Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra	20	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro)
Mediação de Conflitos: A falar é que a gente se entende!	21 de janeiro 4 e 18 de fevereiro	Ana Vicente, Cristina Barros e Cristina Basto (Docentes destacadas)	Escola Secundária D. Duarte, Coimbra	19	Assistentes operacionais das escolas que pertencem ao Centro de Formação Nova Ágora
Como educar nos dias de hoje	12 de fevereiro	Sílvia Veríssimo (Psicóloga clínica)	E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra	23	Encarregados de Educação do 2.º ciclo
Como educar nos dias de hoje	20 de fevereiro	Sílvia Veríssimo (Psicóloga clínica)	E.B.2,3 de S. Silvestre, Coimbra	9	Encarregados de Educação do 2.º ciclo
Hiperatividade e Défice de Atenção: da Infância à idade adulta	5 de março	Paula Temudo (Psicóloga no HP Coimbra)	CAT Loreto (Coimbra)	35	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro) e técnicos das instituições parceiras da RCJ
Eu tenho direitos e tu?	30 de abril	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC) Ana Vicente (Docente destacada)	E.B. 2,3 Inês de Castro, Coimbra	45	Alunos do 2º (3 turmas) e 3º ciclo (1 turma)

Ação de Sensibilização	Data	Dinamizadores	Local	N.º de Participantes	Destinatários
Os Direitos da Criança	6 de maio	Cristina Barros (Docente destacada) Cristina Basto (Docente destacada)	Sorriso – Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos	15	Crianças dos 3 aos 9 anos
Os Direitos da Criança	4 de junho	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC) Cristina Basto (Docente destacada)	Escola 1.º ciclo Norton de Matos, Coimbra	21	Alunos do 4.º ano
Os Direitos da Criança	4 de junho	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC) Cristina Basto (Docente destacada)	Escola 1.º ciclo Quinta das Flores, Coimbra	40	Alunos do 4.º ano
Os Direitos da Criança	4 de junho	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC) Cristina Basto (Docente destacada)	Escola 1.º ciclo do Areeiro, Coimbra	20	Alunos do 3.º e 4.º ano
Os Direitos da Criança	5 de junho (2 sessões)	Ana Vicente (Docente destacada) Cristina Barros (Docente destacada)	Escola 1.º ciclo de Condeixa-a-Nova, Coimbra	56	Alunos do 3º e 4.º ano
Direito a ser Amado e Cuidado	6 de outubro	Paula Duarte (Coordenadora do IAC-FCJ)	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	25	Grávidas, pais e mães, utentes do Centro de Saúde de S. Martinho do Bispo
A Descoberta do Ser	4 de novembro	Marta Rosa e Vera Abecasis (Técnicas do IAC Lisboa)	E.B.2,3 Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra	17	Elementos das equipas dos GAAF (zona centro) e técnicos das instituições parceiras da RCJ
Os Direitos da Criança	30 de novembro (3 sessões)	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC) Ana Vicente (Docente destacada)	Agrupamento de Escolas de Góis	98	Alunos do 1.º ciclo
Os Direitos da Criança	1 de dezembro (2 sessões)	Cristina Barros (Docente destacada) Cristina Basto (Docente destacada)	Agrupamento de Escolas de Góis	55	Alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo

Ação de Sensibilização	Data	Dinamizadores	Local	N.º de Participantes	Destinatários
Apresentação do Projeto de Mediação Escolar do IAC	12 de dezembro	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC)	FPCEUC	12	Alunos da unidade curricular de Intervenção Socioeducativa - modelos e contextos, Mestrado em Educação Social
A Importância da Comunicação nas Relações Interpessoais	21 de dezembro (2 sessões)	Pedro Rodrigues (Técnico do IAC) Cristina Basto (Docente destacada)	Agrupamento de Escolas de Góis	30	Assistentes operacionais e Técnicos administrativos
A Arte de Bem Comunicar	21 de dezembro (2 sessões)	Ana Vicente (Docente destacada) Cristina Barros (Docente destacada)	Escola Básica Poeta Manuel da Silva Gaio, Coimbra	65	Assistentes operacionais e Técnicos administrativos

2.4. Comunicações em Seminários / Encontros / Debates / Entrevistas

- **10 de fevereiro** – Ana Margarida Vicente, proferiu uma comunicação no 4º painel “Boas Práticas na comunidade Escolar”, no “Seminário Dia da Internet Mais Segura 2015”, que decorreu no Conservatório de Música, em Coimbra .
- **1 de junho** - Paula Duarte participou no programa da RTP2, Sociedade Civil, cujo o tema foi “Crianças Felizes”.
- **2 de dezembro** - Paula Duarte, a convite da EAPN de Coimbra, moderou o painel “ O Papel das Redes Formais e Informais na Formação das Crianças” no encontro “Crianças felizes precisam-se! Que presente vivemos que futuro construímos”, que decorreu na Mealhada.

2.5. Participação em Encontros/Seminários/ Reuniões Anuais/ Ações de Formação

- **15, 22 e 29 de janeiro** – Paula Duarte participou na ação de formação, dinamizada pela EAPN de Coimbra, com o tema, “Planeamento e desenvolvimento do Projeto: Perspetivar o Novo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020”.
- **14 de abril** -Paula Duarte participou numa sessão de trabalho, dinamizada pela Fundação Bissaya Barreto, FPCEUC e DGEstE – Centro, com o tema, “Criar espaços lúdicos em diferentes concelhos destinados a crianças desfavorecidas”.

2.6. Centro de Documentação:

- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia,...) relativa aos direitos da criança;
- Produção de documentação (PPT, flyer, certificados, ...) para utilização em ações de (in) Formação;
- Recolha, seleção e sistematização de informação (trabalhos de investigação, artigos, depoimentos, bibliografia,) relativa às crianças e jovens em perigo;
- Atualização do acervo documental em suporte informático;
- Atendimento presencial de alunos para recolha de informação sobre diversas temáticas relacionadas com a Criança;
- Atendimento presencial e on-line e empréstimo de documentação;
- Colaboração na atividade editorial do IAC (boletim e site).

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

3.1. Participação em parcerias

3.1.1. Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra – Semana “Coimbra a Brincar 2015 ” – 26 a 28 de maio

- Participação na reunião de preparação;
- Participação da equipa do IAC-FCJ na dinamização de atividades lúdico-pedagógicas no Jardim da Sereia, em Coimbra – 28 de maio;
- Participação na reunião de avaliação.

3.1.2. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra (alargada)

- Participação nas reuniões mensais da Comissão Alargada (6 reuniões);
- Participação em reuniões dos grupos de trabalho para a dinamização de atividades no âmbito do “Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância”;

3.1.3. Comissão Social da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais

- Participação nas reuniões do grupo alargado (4 reuniões);
- Participação no grupo de trabalho “Crianças com Dificuldades de Aprendizagem... Estratégias a Adotar” (3 reuniões).

3.1.4. Rede Europeia Anti Pobreza Nacional – EAPN

- Participação nas reuniões de associados (4 reuniões);
- Participação no Encontro Nacional da EAPN, em Viseu – 19 de maio;

3.1.5. Plataforma ODM na Cidade

- Participação na Assembleia Geral da Plataforma ODM na Cidade (1 reunião).

3.1.6. Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vitimas de Tráfico de Seres Humanos (RRC APV TSH)

- Participação na reunião de parceiros (3 reuniões);
- Participação na campanhas de sensibilização, a decorrer nas redes sociais, contra o Tráfico de Seres Humanos (de novembro a dezembro).

3.1.7. Rede Social:

- Representação nas reuniões do CLAS (3 reuniões)
- Participação no grupo de trabalho “Crianças e Jovens”

3.1.8. Rede Construir Juntos:

Fórum Construir Juntos - Polo Mediador Nacional

- Elaboração e operacionalização dos Planos de Ação da Rede Construir Juntos;
- Elaboração e operacionalização dos Planos de Ação da Rede Juvenil Crescer Juntos;
- Reunião via *skipe* de articulação com o Projecto - Rua e outros Polos Regionais – 26 de fevereiro;
- Reunião de dinamização da Rede Construir Juntos com as Instituições parceiras da Rede do Polo de Coimbra – 19 de março;
- Encontro de trabalho/ dinamização de atividades com jovens da instituição parceira, Centro de Acolhimento do Loreto (Polo de Coimbra), para operacionalização do Plano de Ação da Rede Juvenil Crescer Juntos – 22 de abril;
- Ações de Sensibilização dirigida a instituições do Polo de Coimbra – 14 de janeiro; 5 março e 4 novembro
- Articulação, via mail e contactos telefónicos, com o IAC – Projecto Rua e com a instituição parceira CS Santo Adrião – Braga na preparação do Intercâmbio Nacional de Crianças e Jovens e do Seminário Anual;
- Colaboração na organização e participação no Intercâmbio de Crianças e Jovens – Braga – 6 a 9 de setembro;
- Colaboração na organização e dinamização do Seminário Anual da Rede Construir Juntos – Braga – 8 de setembro;
- Coordenação e dinamização da Reunião Anual da RCJ – Braga - 8 de setembro;
- Reunião de articulação com o IAC - Projecto Rua – Lisboa – 27 de outubro;
- Aprofundar e reforçar conhecimentos que permitam melhorar a eficácia da intervenção;
- Articulação com o Projeto Rua - Em Família para Crescer;
- Sensibilização das instituições parceiras no sentido de colaborarem com o IAC na centralização de toda a informação relativa à problemática das crianças desaparecidas e/ou exploradas sexualmente;
- Articulação com SOS-Criança, no encaminhamento de apelos de crianças desaparecidas;
- Difusão de apelos, pelos parceiros da Rede Construir Juntos, sobre Crianças Desaparecidas e articulação nas respostas, quando necessário;
- Acompanhamento de situações;
- Reencaminhamento de informação relativa às problemáticas da criança;
- Conceção e divulgação da Folha Informativa;
- Divulgação on-line de atividades, Encontros, Seminários sobre temáticas na área da Infância e

- Juventude;
- Divulgação on-line do Boletim do IAC;
- Sensibilização junto dos parceiros (Rede Social, CPCJ, entre outros) sobre a problemática e formas de atuação;

3.1.9. Outras atividades:

- Participação na atividade, *Rua dos Saberes*, no dia 25 de abril, a convite do Município de Coimbra;
- Lançamento da *Agenda do IAC 2016 - Pela Defesa e Promoção dos Direitos da Criança*, no dia 7 de novembro, na Escola Secundária Jaime Cortesão, em Coimbra;
- Participação nas atividades comemorativas do dia Mundial da Criança, integradas no plano de atividades da Câmara Municipal de Coimbra.

Resultados Obtidos

1. HUMANIZAR

1.1. Atendimento, encaminhamento de situações problemáticas, relacionadas com crianças e jovens

- atendimentos telefónicos / email, para informações gerais – 5
- atendimentos presenciais sobre a intervenção do IAC – 1

1.2. Mediação Escolar

No presente ano, o número de GAAF na zona centro e norte, mantiveram-se, apesar dos constrangimentos das escolas, ao nível dos recursos humanos: dificuldades em afetar técnicos que possam assegurar uma intervenção de qualidade, nos GAAF. No entanto, em articulação com as direções dos diferentes agrupamentos de escola, foi possível encontrar formas de rentabilizar os recursos existentes, quer nas escolas, quer nas instituições da comunidade.

Relativamente à supervisão técnica dada aos vários GAAF, continuam a sentir-se alguns constrangimentos, essencialmente ao nível das deslocações.

Contudo, é de salientar o empenho e criatividade, das várias equipas dos GAAF, na procura de respostas às situações que vão sendo sinalizadas.

2. (IN) FORMAR / SENSIBILIZAR / DIVULGAR

2.1. Centro de Documentação

- Inserção de títulos no Doc Base – 12
- Divulgação de documentação sobre os Direitos da Criança;
- Organização e cedência de material (Documentos, jogos, livros, ...);
- Distribuição de material de divulgação do IAC;
- Leituras presenciais – serviço utilizado, essencialmente, por estagiários – 10;
- Colaboração na atividade editorial do IAC.

3. ARTICULAR / DINAMIZAR

No âmbito dos procedimentos estabelecidos para as crianças desaparecidas, foram feitos encaminhamentos para as instituições parceiras da Rede Construir Juntos e respetivo acompanhamento, quando necessário. No âmbito da Rede Construir Juntos é de realçar a adesão de novas instituições.

Salienta-se, ainda, a forte participação das crianças e jovens em todas as atividades propostas, no âmbito da Rede Juvenil Crescer Juntos.

4. AVALIAÇÃO

4.1. Ponderação crítica:

Considera-se que os constrangimentos financeiros podem vir a limitar as possibilidades de expansão e implementação de Projetos, como a Mediação Escolar e o Construir Juntos. Nesse sentido, o IAC com as instituições parceiras continua à procura de linhas de financiamento.

Para além disso, as instituições que fazem parte da Rede Construir Juntos continuam a manifestar dificuldade em disponibilizar os técnicos para participarem nas atividades previstas.

A articulação entre os vários setores do IAC continua a resultar numa ação consertada e eficaz.

4.2. Apesar de alguns constrangimentos, entendemos que o IAC-FCJ continua a ser:

Um espaço que promove a articulação entre as diversas instituições com responsabilidade nas áreas de Infância e Juventude, criando pontes entre os diversos interlocutores;

Uma instituição de acolhimento de estágios, proporcionando um espaço privilegiado de complemento à formação académica, profissional e pessoal;

Reconhecido pela qualidade da intervenção e pelas competências profissionais e relacionais, que se espelha nas diversas solicitações para participar em colóquios, seminários, ações e módulos de formação.

Conclui-se que:

Os objetivos, previstos no Plano de Atividades, foram amplamente concretizados.

Uma vez que a nossa equipa é, na sua maioria, constituída por técnicos em situação de destacamento, reconhece-se que, para continuarmos a cumprir com a nossa missão, é desejável que a equipa deste setor do IAC se mantenha estável.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD:HSAC

Designação

Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança

Responsável

Melanie Tavares
Vasco Alves¹²

Equipa

Ana Lourenço - Técnica Superior
Cláudia Gaivota – Técnica Auxiliar Administrativa
Marta Rosa – Docente¹⁴

Melanie Tavares – Técnica Superior¹³
Vera Abecasis – Técnica Superior

Outros Serviços Intervenientes

Profissionais e Entidades Governamentais e Não Governamentais das áreas da Saúde, Educação, Justiça e Segurança Social, nomeadamente, Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), Hospitais, Escolas, Associações de Pais, Tribunais, CPCJ, outros Setores do IAC.

Conselho Consultivo composto por profissionais de saúde (pediatras, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, juristas, etc.)

Duração Prevista

Atividade permanente

34

Objetivos

Finalidade

Contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança, enquanto sujeito de Direitos na sociedade em geral, e especialmente nos serviços de saúde, educação, justiça e segurança social.

Objetivos Gerais

- Ampliar o conceito de Humanização a todas as áreas que tenham serviços de atendimento à Criança, nomeadamente escolas, centros de saúde, etc.;
- Propor estratégias de intervenção e apoiar ações no âmbito da defesa dos direitos da criança;
- Desenvolver trabalho em parceria, a nível regional, nacional e internacional, de forma a fortalecer as relações entre as diferentes entidades envolvidas nas áreas da saúde, educação, justiça e segurança social.

Objetivos Específicos

- Promover o conhecimento das crianças e famílias sobre os seus direitos nos serviços de saúde;
- Melhorar o acolhimento, a informação e a preparação da criança e do adolescente no hospital;
- Continuar a colaboração com associações congéneres nacionais e internacionais;
- Desenvolver o estudo “Respeito dos Direitos da Criança no Hospital”;
- Promover ações de Educação para a Saúde;
- Prosseguir com a atividade editorial.
- Colaborar com outros setores do IAC na implementação de boas práticas nas Escolas, nomeadamente na Educação Especial e na violência escolar.

¹² Elemento de ligação à Direção

¹³ Coordenadora

¹⁴ Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

Ações Desenvolvidas

Assegurar o funcionamento regular:

Prosseguiu-se com a organização e atualização da documentação, através de vários suportes digitais, bibliográficos e Internet;

Prosseguiu-se com o acompanhamento de estágios;

Prosseguiu-se com o contacto com diversos parceiros;

Foi assegurado o funcionamento regular.

1. DIREITOS DA CRIANÇA NO HOSPITAL

1.1. Carta da Criança Hospitalizada:

- O Setor continuou a sensibilizar instituições, profissionais de saúde e público em geral para os direitos da criança hospitalizada. Manteve-se a ampla divulgação da Carta da Criança Hospitalizada e Anotações;
- “Zebedeu – Um Príncipe no Hospital”:
 - Deu-se continuidade à distribuição do livro, nomeadamente no 16º Congresso Nacional de Pediatria da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP) e em ações de sensibilização a estudantes da área da Saúde do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa;
- Não foi possível obter autorização superior para constituir um grupo de reflexão acerca dos Direitos da Criança na Saúde/Carta da Criança Hospitalizada na atualidade.

1.2. Projeto “Respeito dos Direitos da Criança Hospitalizada”:

- Foi realizada uma candidatura para implementação do projeto nos hospitais portugueses junto do “Mais para Todos” (Lidl) e apresentada uma manifestação de interesse junto da linha de financiamento PT 2020 – Programa de Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto Social;
- Alargamento do projeto aos Centros de Saúde em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS):
 - Início das reuniões para implementação piloto (CM Sesimbra, CS Ajuda e CS de Cascais);
 - Delineado estudo de evidência de impacto em colaboração com o projeto europeu THEAM: formação de equipas multidisciplinares de saúde e proteção da criança e do adolescente.

35

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1. European Association for Children in Hospital – EACH

- Participação nas atividades da EACH, enquanto membro da Associação;
- Elaboração do relatório anual de atividades;
- Não foi possível participar na reunião anual, por constrangimentos financeiros.

2.2. TASK FORCE (Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents)

Grupo de Trabalho “Promoção da Saúde com Crianças e Adolescentes” (2012-2016) – Rede Internacional dos Hospitais Promotores de Saúde

- A nossa participação correu conforme o esperado;
- Não foi possível participar na reunião anual do grupo, por constrangimentos financeiros.

2.3. MAPChiPP

- Participação enquanto *Associated Partner* no Projeto: *Multi-disciplinary Assessment and Participation of Children in Child Protection Procedures: training program with modules and tool box, international network (MAPChiPP)*

2.4. Missing Children Europe

- Participação no Encontro “*Facing the challenges ahead together – a strong public private partnership*” da *European Financial Coalition*.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Humanização de Espaços

- Candidatura à linha de financiamento “Mais para Todos” (Lidl);
- Reuniões com entidades na área da saúde, educação e justiça para desenvolver projetos de humanização no

- acolhimento das crianças;
- Delineamento dos projetos de intervenção;
- Execução de projeto de humanização da sala de acolhimento para crianças vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual na Polícia Judiciária.

3.2. Brincar Terapêutico

- Elaboração de documentação para integrar o Kit, reestruturando os folhetos em forma de conto;
- Seleção dos profissionais para revisão técnica dos documentos e início dos contatos;
- Projeto para versão online dos folhetos de modo a torna-los acessíveis ao público em geral;
- Exposição do Kit em stand no Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP).

3.3. Ações de sensibilização com crianças

- *Educação para a Saúde – Sexualidade:*
 - . APEE Vieira da Silva em Carnaxide;
 - . Escola 2,3 Gil Vicente (Lisboa).
- *Importância da escolaridade obrigatória*
 - . Escola 2,3 Gil Vicente (Lisboa);
- *Bullying*
 - . HP Portugal
 - . Agrupamento de Escolas D. João I (Moita)
 - . EB 2,3 Francisco Sá Carneiro (Camarate).
- *Ansiedade e Stress nos Exames*
 - . Agrupamento de Escolas D. João I (Moita).
- *Indisciplina*
 - . Agrupamento de Escolas de São Bruno (Caxias).
- Elaboração de Manifestação de Interesse para implementação de ações em escola junto da linha de financiamento PT 2020 – Títulos de Impacto Social.

3.4. Ações de sensibilização com Estudantes, Profissionais e Pais

- *Carta da Criança Hospitalizada e os Direitos da Criança na Saúde:*
 - . estudantes da área da Saúde do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
 - . estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa.
- *Bullying:*
 - . Agrupamento de Escolas Manuel da Maia (Lisboa);
 - . Agrupamento de Escolas de Algueirão (Mem Martins, Sintra).
- *Gestão de Conflitos:*
 - . Agrupamento de Escolas de Vale de Milhaços (Almada);
 - . Agrupamento de Escolas D. João I (Moita).
- *Educação para a Saúde – Sexualidade:*
 - . Profissionais dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) da região Sul;
 - . Profissionais dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) da região Centro;
 - . Pais e profissionais da associação AMPLOS.
- *Práticas parentais positivas:*
 - . Externato de Educação Popular (Lisboa).
- Parceria nos *workshops* da Associação Bairro do Amor no tema “Primeiros Socorros Pediátricos” e de tertúlia com Alice Vieira.
- Parceria no *workshop* “Filosofia para Crianças”.

3.5. Palestras e Comunicações

- Agrupamento de Escolas Fernão Mendes Pinto (Almada): Palestra sobre Abandono Escolar;
- CPCJ Castanheira de Pera: Comunicação sobre Gestão de Conflitos;
- CPCJ Vila Nova de Poiares: Comunicação sobre Violência Doméstica e de Género;

- CM Santarém: Comunicação sobre Intervenção em Contexto Escolar com Crianças Negligenciadas;
- CPCJ Odivelas: Comunicação sobre Violências e Negligências;
- Comemorações do Dia da Criança da Ordem dos Advogados;
- Comunicação na Sessão de Abertura do 16º Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria;
- Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio: palestra sobre vinculação, individuação e institucionalização.

3.6. Participação em iniciativas de outras entidades e associações

- Encontro das Taipas no ISCTE;
- Encontro CERCÍ Oeiras;
- Seminários do ISCTE;
- Fórum Cidadania da Câmara Municipal de Lisboa;
- Comemorações do Dia da Criança da Direção-Geral de Saúde;
- Workshop do Movimento Mais para Todos: “ABC da Sustentabilidade das Organizações Sociais”;
- Workshop “IMPACT – Impacto Social no Apoio à Vítima” da APAV;
- Convenção sobre os Direitos da Criança: 25 anos em Portugal – Reforço de um Compromisso;
- 1ª Jornadas de Cuidados Paliativos Pediátricos;
- 16º Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria;
- 8ª Edição do *Greenfest* – Programa Cidadania Ativa;
- Encontro CSI Lisboa: Competências Sociais Integradas;
- Corações com Coroa: Conferência “Jovens: A Maior Geração de Sempre”;
- Seminário Direitos Sexuais dos Jovens: APF.

3.7. Atividade editorial

- Reeditar da Carta da Criança Hospitalizada: iniciados contactos com financiadores;
- Contribuir com artigos para o Boletim do IAC;
- Reeditar o Guia de Legislação na Saúde: iniciados contactos com o Serviço Jurídico do IAC para parceria nesta ação.

3.8. Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com várias entidades

- Protocolo com a Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo da Polícia Judiciária.

37

Resultados Obtidos

Assegurar o funcionamento regular

- Realização de 15 reuniões de equipa;
- Realização de 9 reuniões com estagiárias e 1 reunião com supervisor de estágio;
- Realização de reuniões com parceiros diversos: 35;
- Realização de reuniões na sede do IAC: 10;
- Elaboração de 15 suportes digitais de apoio a intervenções para várias entidades (incluindo apresentação em ações de sensibilização e saídas externas);
- Elaboração de 10 documentos (e.g. cadernos de apresentação, material de apoio à dinamização do livro *Zebedeu* e posters para apresentação em stands) de divulgação do Setor e de apoio às atividades;
- Realização de 15 atendimentos.

As restantes ações desenvolvidas integram-se em 3 grandes linhas de atuação, nomeadamente “Direitos da Criança no Hospital”, “Relações Internacionais” e “Sensibilização e Empoderamento”.

1. DIREITOS DA CRIANÇA NO HOSPITAL

1.1. Carta da Criança Hospitalizada

- Foram distribuídas 210 cartas em versão impressa:
 - Profissionais e serviços de saúde (40 Cartas, 125 posters e 20 Anotações à Carta);
 - Público em geral (25 Cartas);
- Entrega de 200 exemplares do livro “*Zebedeu – Um Príncipe no Hospital*”: 100 exemplares em ações de sensibilização e 100 exemplares no Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria.

1.2. Projeto “Respeito dos Direitos da Criança Hospitalizada”

- Candidaturas não aceites.
- Alargamento do projeto aos Centros de Saúde autorizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

- Projeto para implementação piloto submetido e aceite pela OMS;
- 5 Reuniões com parceiros;
- Tradução de 3 das 5 ferramentas (profissionais, administrações e famílias) para implementação e do manual do projeto.

2. RELACÕES INTERNACIONAIS

2.1. European Association for Children in Hospital – EACH

- O Setor participou em 10 ações, incluindo a elaboração do relatório anual de atividades e do plano estratégico para os anos vindouros

2.2. TASK FORCE (Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents)

Grupo de Trabalho "Promoção da Saúde com Crianças e Adolescentes" (2012-2016) – Rede Internacional dos Hospitais Promotores de Saúde

- O Setor participou em 10 ações do grupo, dando continuidade às suas funções enquanto membro, incluindo a elaboração do plano de ação para os próximos anos.

2.3. MAPChiPP

- Candidatura europeia aceite e papel de *Associated Partner* no projeto a iniciar em 2016.

2.4. Missing Children Europe

- Participação de 1 técnica no encontro.

3. SENSIBILIZAÇÃO E EMPODERAMENTO

3.1. Humanização de Espaços

- Candidatura não aceite;
- 8 Reuniões com os profissionais do Centro de Saúde de Cascais, do Centro de Saúde da Ajuda, da Unidade de Ensino Estruturado da EB 2,3 do Castelo e da Polícia Judiciária;
- Delineamento de 4 projetos de intervenção;
- Execução de 1 projeto de humanização na Polícia Judiciária, envolvendo 15 voluntários.

3.2. Brincar Terapêutico

- Exposição organizada por 2 Técnicas no Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria.

3.3. Ações de sensibilização com crianças

- *Educação para a Saúde – Sexualidade:*
 - APEE Vieira da Silva - Carnaxide: 3 sessões com 19 alunos, com a totalidade dos participantes a referirem que gostaram da ação e a considerarem-na muito importante;
 - Escola 2,3 Gil Vicente: 4 sessões com 14 alunos de 6º ano de PCA, com a totalidade dos participantes a referirem que gostaram da ação e 85% a considerarem-na muito importante.
- *Importância da escolaridade obrigatória:*
 - Escola 2,3 Gil Vicente (Lisboa): 1 sessão com 2 turmas.
- *Bullying:*
 - HP Portugal: 1 sessão com 11 crianças, com a totalidade dos participantes a referirem que gostaram da ação e 91% a considerarem-na muito importante.
 - Agrupamento de Escolas D. João I (Moita): 2 sessões com alunos.
 - EB 2,3 Francisco Sá Carneiro (Camarate): 2 sessões com alunos.
- *Indisciplina:*
 - Agrupamento de São Bruno em Caxias: 4 sessões com uma turma do 2º ano e 4 sessões com uma turma do 3º ano, num total de 42 crianças.
- *Ansiedade e Stress nos Exames:*
 - Agrupamento de Escolas D. João I (Moita): 5 sessões com alunos.
- Submissão de Manifestação de Interesse para implementação de ações em escola junto da linha de financiamento PT 2020 – Títulos de Impacto Social.

3.4. Ações de sensibilização com Estudantes, Profissionais e Pais

- *Carta da Criança Hospitalizada e os Direitos da Criança na Saúde:*
 - . 5 Ações de 2 horas cada com estudantes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), num total de 68 alunos e com os participantes a avaliarem a ação como “Bastante Satisfatória”;
 - . 1 Ação de 2 horas com estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, num total de 8 alunos e com os participantes a avaliarem a ação como “Bastante Satisfatória”.
- *Educação para a Saúde – Sexualidade:*
 - . 2 Ações com profissionais dos GAAP: 2 sessões de 7 horas cada, com um total de 21 participantes, com estes a avaliarem a ação como “Bastante Satisfatória”;
 - . 1 Ação com profissionais dos GAAP da região Centro: 1 sessão de 7 horas, com um total de 15 participantes, com estes a avaliarem a ação como “Extremamente Satisfatória”;
 - . 1 Ação de 7 horas com pais e profissionais da Associação AMPLOS, num total de 10 participantes, que avaliaram a ação como “Bastante Satisfatória”.
- *Bullying:*
 - . 1 sessão no Agrupamento de Escolas Manuel da Maia (Lisboa) e 1 sessão no Agrupamento de Escolas de Algueirão (Mem Martins Sintra);
- *Gestão de Conflitos:*
 - . 1 workshop no Agrupamento de Escolas de Vale Milhaços (Almada);
 - . 1 workshop no Agrupamento de Escolas D. João I (Moita).
- *Práticas parentais positivas*
 - . 2 Ações no Externato de Educação Popular (Lisboa).
- Parceria em 3 Workshops da Associação Bairro do Amor e de 1 tertúlia.
- Parceria no workshop “Filosofia para Criança”, num total de 12 participantes.

3.5. Palestras e Comunicações

- Realização de 8 palestras e comunicações.

3.6. Participação em 14 iniciativas de outras entidades e associações

- Participação de 1 técnica no Encontro das Taipas no ISCTE;
- Participação de 1 técnica no Encontro CERC Oeiras;
- Participação de 1 técnica nos seminários do ISCTE;
- Participação de 3 Técnicas no Fórum Cidadania da Câmara Municipal de Lisboa;
- Participação de 2 técnicas nas comemorações da Direção-geral de Saúde do dia da Criança;
- Participação de 2 técnicas no workshop do Movimento Mais para Todos: “ABC da Sustentabilidade das Organizações Sociais”;
- Participação de 2 técnicas no workshop “IMPACT – Impacto Social no Apoio à Vítima” da APAV;
- Participação de 2 técnicas nas comemorações da Convenção sobre os Direitos da Criança: 25 anos em Portugal – Reforço de um Compromisso;
- Participação de 2 técnicas nas 1ª Jornadas dos Cuidados Paliativos Pediátricos;
- Participação de 2 técnicas no 16º Congresso da Sociedade Portuguesa de Pediatria;
- Participação de 4 técnicas no 8º *Greenfest*: Programa Cidadania Ativa;
- Participação de 4 técnicas no encontro CSI Lisboa – Competências Sociais Integradas;
- Participação de 2 técnicas na conferência Corações com Coroa;
- Participação de 1 técnica no Seminário Direitos Sexuais dos Jovens: APF.

3.7. Atividade editorial:

- Redação de sete notícias para o Boletim do IAC;
- Divulgação de 200 publicações:
 - . A Dor na Criança – Guia de Atitudes e Procedimentos: 100 exemplares;
 - . Maria de Lourdes Levy – Porque não Desisto!: 100 exemplares.

3.8. Espaço Online

- *Ebooks* (livros eletrónicos):
 - . “Carta da Criança Hospitalizada” e “Anotações à Carta da Criança Hospitalizada” – 19635 acessos.

Avaliação Qualitativa

O Relatório de Atividades do ano de 2015 reflete a dinâmica do Setor e a abrangência do mesmo.

Procurou-se alargar a intervenção para outras áreas de acolhimento de crianças e não só na saúde, sem no entanto descurar da sua essência.

De um modo geral, os resultados obtidos foram o espelho do empenho e dedicação de toda a equipa, há no entanto ainda que cristalizar algumas parcerias e incrementar as nossas práticas comprovadas, nomeadamente na área da segurança social.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD:PR

Designação
Projecto Rua – Em Família para Crescer

Responsável
Matilde Esteves Sirgado

Equipa
Coordenação Geral Matilde Sirgado - Técnica Superior de Política Social Apoio Logístico e Administrativo Andreia Bojaca - Técnica Auxiliar Administrativa Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa Maria das Dores Sousa - Técnica Auxiliar Administrativa Odete Avelino - Técnica Superior NÍVEL DO RECUPERAR Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - Zona Centro Conceição Alves - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Pedagogia Social Lídia Velez - Técnica Superior de Serviço Social Sandra Paiva - Técnica Superior de Pedagogia Social Hugo Pereira - Técnico Superior de Psicopedagogia Curativa Leonor Martins - Animadora Helena Proença – Animadora Nuno Leitão – Animador Sociocultural¹⁵ NÍVEL DA PREVENÇÃO Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil - Zona Oriental Ana Isabel Carichas - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social Anabela Alves - Técnica Superior de Educação Social Carla Fonseca - Técnica Superior Pedagogia Social Sónia Valente - Técnica Superior de Política Social Helena Oliveira - Animadora Paula Almeida - Animadora Carmelinda Robalo - Empregada de Limpeza Centro de Apoio Comunitário Carmen Lopes - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social Ascensão Andrade - Técnica Superior de Educação Social Isabel Duarte - Técnica Superior de Pedagogia Social Teresa Simões - Técnica Superior de Pedagogia Social Carla Pinto – Animadora Carlos Moreira – Animador NÍVEL DO REVALORIZAR Centro das Redes Sociais Paula Paço - Responsável de Equipa - Técnica Superior de Política Social Bruno Pio - Técnico Superior de Serviço Social Isabel Porto - Técnica Superior de Política Social Maria João Carmona - Técnica Superior de Psicologia Social e das Organizações

41

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social: Instituto da Segurança Social, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Ministério da Justiça: Tribunais Judiciais e de Família; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Polícia Judiciária; Ministério da Saúde: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) e Centros de Saúde; Ministério da Administração Interna: Forças de Segurança (GNR; PSP; SEF); Observatório de Tráfico de Seres Humanos; Câmaras Municipais; Juntas de Freguesia; Ministério de Educação e Ciência: Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; Escolas do ensino básico, secundário e superior; Secretaria de Estado do Desporto e Juventude: Instituto Português do Desporto e Juventude; Redes/instituições nacionais: Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Casa Pia de Lisboa; European Anti-Poverty Network – Portugal (EAPN); Rede Construir Juntos; Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico;	Atividade permanente

¹⁵ Elemento contratado com vínculo de 12 meses (com término a 1 de dezembro de 2015), no âmbito da medida do IEF – Contrato Emprego – Inserção+

Redes/instituições internacionais: European Federation on Street Children; European Social Action Network; Eurochild; Associação para as Crianças Desfavorecidas (ACRIDES); Fundação Infância Feliz; Rede da Criança; Empresas/Serviços: (Zoo Marine, GEBALIS, Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves, Federação Portuguesa da Capoeira).	
---	--

Objetivos
Finalidade Contribuir para a diminuição do número de crianças e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sociofamiliar. Objetivos Gerais – Otimizar respostas que permitam recuperar crianças, adolescentes e jovens com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável; – Contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de projetos integrados nas comunidades sinalizadas por situações de crianças e jovens em perigo; – Potenciar a participação da sociedade civil, contribuindo para a adequação de políticas integradas nas áreas da infância e juventude. Objetivos Específicos 1. <u>NÍVEL DO RECUPERAR</u> 1.1. <u>Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – Zona Centro</u> – Intervir em situações de emergência face a crianças, adolescentes e jovens desaparecidos e/ou explorados sexualmente com especial incidência sobre os que se encontram em fuga. 2. <u>NÍVEL DA PREVENÇÃO</u> 2.1. <u>Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – Zona Oriental</u> – Potenciar nas crianças, adolescentes e jovens uma atitude proactiva, na construção de um projeto de vida saudável, implicando a família e parceiros. 2.2. <u>Centro de Apoio Comunitário</u> – Intervir, através da ação “Aprender na Rua” na prevenção e reparação de situações de risco, de crianças a descoberto de respostas institucionais e/ou em complementaridade com os recursos existentes. 3. <u>NÍVEL DO REVALORIZAR</u> 3.1. <u>Centro das Redes Sociais</u> – Partilhar e dar visibilidade à intervenção do Projecto Rua; – Promover a reflexão sobre a problemática da criança/jovem em risco, visando o reforço de conhecimentos e a transferibilidade de metodologias; – Cooperar com redes sociais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito nacional; – Cooperar com redes sociais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito internacional.

Ações Desenvolvidas
1. <u>NÍVEL DO RECUPERAR</u> 1.1. <u>Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro</u> – Giros de diagnóstico: . Diurnos; . Noturnos.

- Giros de denúncia:
 - . Diurnos;
 - . Noturnos.
- Contactos formais e informais (jovens, amigos);
- Reuniões (jovens; família; jovens e parceiros; jovens, família e parceiros; jovens e família);
- Relatórios e informações sociais;
- Ações lúdico pedagógicas;
- Ateliers;
- Ações de sensibilização/ formação para adolescentes e jovens;
- Participação em atividades transversais;
- Acompanhamento a serviços ;
- Entrevistas motivacionais;
- Acompanhamento de medidas/planos (CPCJ, EATTTL, DGRSP);
- Visitas socioeducativas;
- Projeto juvenil;
- Atendimento a famílias no espaço;
- Visitas domiciliárias;
- Ações de formação parental;
- Contatos com parceiros;
- Reuniões com parceiros;
- Elaboração de planos individuais com o envolvimento de pelo menos um parceiro;
- Reuniões da comissão alargada da CPCJ Lisboa Centro;
- Celebração e revisão de acordos/planos (CPCJ; EATTTL; DGRSP);
- Operações policiais conjuntas em ambiente noturno.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil – Zona Oriental

- Recolha de informação sobre as crianças, adolescentes, jovens e famílias, com vista a elaborar ou dar seguimento aos planos de acompanhamento delineados;
- Atendimento aos pais;
- Visitas domiciliárias e de sensibilização;
- Contactos telefónicos;
- Conversas individuais;
- Reuniões;
- Encaminhamentos e acompanhamentos a serviços;
- Entrevistas de diagnóstico;
- Articulação com entidades parceiras;
- Dia Mundial da Criança (em colaboração com a J. F. Marvila);
- Trabalho individual;
- Sessões de treino de competências e ateliers (de expressão plástica; culinária, construção de cenário e personagens para peça de teatro; dinamização da peça de teatro para crianças do 1º CEB);
- Sessões temáticas (“A comunicação”; “Prevenção dos abusos sexuais”; “estilos de comportamento”; “Afetos e emoções”; “Partilha”; “Família – importância dos diferentes papéis”; “Relações saudáveis – amizade e namoro”; “Responsável por mim e pelo mundo”; “O trabalho desenvolvido pelo IAC”; “Relações interpessoais”);
- Visitas socio educativas: Mata da Madre Deus; Quinta Pedagógica e Vale do Silêncio; Fragata “D. Fernando e Glória”; Parque da Paz; Jardim de Belém; Cascais – Forte e Vila;
- Ateliers lúdico pedagógicos: culinária divertida; cinema; construção de instrumentos musicais; Arborismo; Humana; atividade IVANK; construção de sabonetes;
- Intercâmbios com outros grupos (Rede Juvenil “Crescer Juntos”: Encontros do Polo de Lisboa e Encontro inter – equipas do IAC);
- Elaboração de informações sociais;
- Sessões temáticas sobre Direitos e Deveres da Criança na Escola EB1/JI do Condado;
- Animações de intervalo;
- Reuniões com Diretores de Turma e Direção das Escolas;
- Acompanhamento a serviços;
- Sessões de formação parental.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

2.2.1. Ação “Aprender na Rua”, com o suporte da unidade móvel lúdico-pedagógica no Bº Alfredo Bensaúde

- Reuniões de parceiros/grupos interinstitucionais no âmbito de:
 - . Divulgação da ação Aprender na Rua;
 - . Preparação e avaliação de atividades conjuntas;
 - . Grupo interinstitucional Bº Alfredo Bensaúde;
 - . Articulação institucional para a sinalização/encaminhamento/acompanhamento de menores em risco;
 - . Avaliações escolares do percurso escolar das crianças acompanhadas/sinalizadas;
- Visitas domiciliárias e “atendimentos” na Unidade Móvel lúdico pedagógica;
- Acompanhamento de famílias a serviços;
- Elaboração de relatórios/informações sociais;
- Sessões lúdico – pedagógicas em contexto de rua e de sala (animações temáticas, atividades desportivas, expressão dramática, expressão plástica, tecnologias educativas, dinâmicas de grupo diversas, apoio nos trabalhos escolares);
- Preenchimento e análise das grelhas de avaliação de competências;
- Saídas/Visitas socioeducativas com crianças e jovens;
- Participação em ações do Projeto Juvenil da Rede Construir Juntos;
- Ateliers com grupos restritos;
- Colaboração em atividades conjuntas com outros parceiros;
- Dinamização de sessões lúdico – pedagógicas e ateliers sobre os Direitos e Deveres na EB1 Santa Maria dos Olivais e na EB2,3 das Piscinas

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

44

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo da Divulgação/Transferibilidade

- Resposta a pedidos de informação relacionados com a temática da Criança em situação de risco/ encaminhamento de situações para outros setores do IAC ou outras entidades com competência na área da infância e juventude;
- Contributos escritos para o Boletim do IAC e Folha Informativa do Projecto Rua;
- Representação do Projecto Rua em reportagens (Repórter TVI – Crianças Invisíveis; participação nas Manhãs da TV-TVI; Rádio Antena 1- Dia Mundial da Criança; Rádio Renascença Internacional);
- Participação do Projecto Rua na animação das Montras do Ministério da Educação e Ciência;
- Receção de bens (brinquedos, livros, vestuário) resultantes de campanhas para angariação de donativos, promovidas por entidades externas, a favor do IAC;
- Receção de alunos (a título individual ou em grupo) dos ensinos secundário, superior e profissional;
- Resposta a pedidos de informação vária relacionados com a temática da Criança em situação de risco/ encaminhamento de situações para outros setores do IAC ou outras entidades com competência na área da infância e juventude;
- Colaboração em estudos: “The Third Sector Against Pushed Begging – Relatório Nacional – Portugal” promovido pela EAPN-Portugal;
- Participação de colaboradores do Projecto Rua, enquanto preletores em Seminários/ Workshops a pedido de entidades externas;
- Reunião de avaliação da atividade Capoeira promovida pela Federação Portuguesa de Capoeira.

3.1.2. Eixo da Formação

- Gestão da Formação
 - . Recolha e análise dos registos de participação em atividades formativas;
 - . Pesquisa de novos formadores de referência e atualização da base de dados;
 - . Início do processo de certificação do IAC enquanto entidade formadora.
- Formação Interna
 - . Triagem e inscrição dos elementos da equipa do Projecto Rua em diferentes momentos formativos;

- Recolha e análise dos registos de participação em atividades formativas;
- Participação mensal em sessões de supervisão com o apoio do SICAD.;

– Formação Externa

- Preparação do Dossier Técnico-Pedagógico da 24ª Ação de Formação para Animadores subordinada ao tema “Prevenção de Riscos na Intervenção Social – Uma questão de Direitos”;
- Organização e realização da 24ª Ação de Formação para Animadores com a participação de formandos externos e formandos das equipas do Projecto Rua;
- Dinamização de sessões sobre o tema “Jovens Multidesafiadores” para professores, técnicos de ação social e representantes de instituições com intervenção na área da infância e juventude em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;
- Dinamização de sessões sobre o tema “Prevenção de Abusos Sexuais” para técnicos e professores no âmbito de uma ação promovida pela CPCJ da Amadora para assinalar o mês dos Maus Tratos Infantis;
- Dinamização de workshop sobre o “Direito à Participação” para interventores sociais;
- Dinamização de sessões sobre Prevenção do Tráfico de Seres Humanos para técnicos de intervenção social.

– Ações de Sensibilização/Sessões Temáticas

- Dinamização de sessões sobre o tema “Prevenção de Perigos” a alunos do 3º ciclo;
- Dinamização de sessão sobre o tema “Internet Segura” a crianças e jovens acompanhados pelo Projeto Raízes – Programa Escolhas (Monte-Abraão/Queluz);
- Dinamização de sessão sobre os “Direitos da Criança” para alunos de 1º ciclo;
- Dinamização de sessão sobre “Internet Segura” para pais de jovens acompanhados pelo Projeto Raízes;
- Dinamização de sessão sobre “Maus Tratos” para mães de jovens acompanhados pelo Projeto Raízes;

– Estágios e Voluntariado

- Estabelecimento de protocolos com escolas de ensino superior;
- Receção e integração de estagiários;
- Reuniões de acompanhamento /supervisão com estagiários/orientadores de estágio;
- Receção de diversas ofertas de voluntariado, que levou ao acolhimento de voluntários;
- Apoio e supervisão na realização de trabalhos académicos.

45

3.1.3. Eixo da Cooperação Nacional

– Rede Construir Juntos em articulação com Fórum Construir Juntos

- Divulgação da Rede Construir Juntos junto de entidades com competência em matéria de infância e juventude;
- Reuniões de articulação com o Fórum para operacionalização do Plano Anual da Rede;
- Divulgação online de linhas de financiamento, programas, atividades e formação nas áreas da infância e Juventude;
- Preparação e realização do Seminário Anual da Rede “A Maioridade de uma Rede – Paradigma do Presente, perspetivas de Futuro”;
- Preparação e realização da Reunião Anual da Rede;
- Atualização do desdobrável informativo e filme de apresentação da Rede;
- Encaminhamento de situações relacionadas com a problemática do Desaparecimento de Crianças;
- Elaboração e aprovação do Plano de Ação para 2016.

– Dinamização do Pólo de Lisboa da RCJ

- Reuniões trimestrais;
- Operacionalização da Rede Juvenil Crescer Juntos;
- Preparação, desenvolvimento e acompanhamento do projeto juvenil no âmbito da temática do Ano Europeu;
- Encontros mensais com os jovens do Pólo de Lisboa;
- Realização de uma atividade regional no âmbito da temática escolhida;
- Conceção e realização de um spot/campanha para *Youtube* sobre as diferentes atividades desenvolvidas no Pólo de Lisboa partilhado no Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil;
- Sessão de preparação dos jovens para a apresentação de comunicações no Seminário Anual;
- Dinamização do Grupo Crescer Juntos no Facebook;
- Preparação e participação dos jovens do Pólo de Lisboa, no Intercâmbio Nacional da Rede Juvenil realizado em setembro em Braga;
- Preparação e dinamização da reunião anual da Rede Juvenil;

- . Elaboração do Plano Anual para 2016 do Polo de Lisboa.
- Rede de Apoio e Proteção à Vítima de Tráfico de Seres Humanos
 - . Participação nas reuniões da Rede;
 - . Contribuição com dados sobre a ação do Projecto Rua no âmbito do TSH para estudos, relatórios e documentos elaborados pela RAPVT;
 - . Disseminação do Sistema de Referência Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos junto de parceiros e técnicos de ação social que trabalham diretamente com populações mais vulneráveis ao risco de tráfico;
 - . Disseminação dos produtos da campanha “Apanhados no Tráfico”;
 - . Participação no Seminário Internacional “Novos (velhos?) desafios no combate ao Tráfico de Seres Humanos”;
 - . Participação num Encontro de reflexão assinalando o Dia Europeu de combate ao Tráfico de Seres Humanos – “A sensibilização como forma de prevenção e combate ao TSH”;
 - . Resposta ao questionário nacional para a 2ª avaliação da implementação da Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o TSH pelo *Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings* (GRETA);
 - . Integração da Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de TSH;
 - . Contributo para a avaliação do desenvolvimento do plano de execução de 2015.
- Colaboração com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos
 - . Adoção, preenchimento e encaminhamento do Guião de Sinalização de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.
- Projeto Resiland – Participation, Capacities, and Resilience of Children on the Move Against Trafficking & Exploitation
 - . Reunião de apresentação do projeto com a entidade promotora e operacionalização do *Focus Group*;
 - . Realização de um *Focus Group* envolvendo técnicos do Projecto Rua;
 - . Participação numa ação de formação intensiva sobre TSH em Atenas (Grécia);
 - . Participação de elementos da equipa no Seminário Final do projeto *Resiland*.
- Projeto “Tudo aos Direitos” – Programa de Promoção da Cidadania e dos Direitos (EEA Grants no âmbito do Programa Cidadania Ativa)
 - . Formalização do Protocolo de Parceria (colaboração nos pontos 6 e 7 do Projecto – avaliação e disseminação);
 - . Reunião *online* sobre a operacionalização do projeto.

46

3.1.4. Eixo da Cooperação Internacional

- No âmbito da parceria com a *European Federation on Street Children* (EFSC)
 - . Participação na Assembleia Geral Anual da EFSC.
- Implementação do projeto transnacional “*Catch & Sustain*”
 - . Tradução e retroversão de documentação técnica diversa sobre a temática do projeto;
 - . Articulação com o sector de contabilidade do IAC;
 - . Preenchimento de documentos e grelhas de *reporting* mensais;
 - . Elaboração do relatório financeiro;
 - . Contactos com parceiros locais;
 - . Elaboração de *PowerPoints* para apresentação do trabalho efetuado pelo IAC nas diferentes reuniões transnacionais;
 - . Participação em *online meetings*;
 - . Finalização e disseminação do Manual de Formação;
 - . Preparação e organização do Seminário Local Nacional para apresentação do Manual;
 - . Preparação e participação na Conferência Final do Projeto, que decorreu em Bruxelas.
 - . Elaboração de notícias sobre o projeto para a Folha Informativa do Projecto Rua, Boletim e *site* do IAC;
 - . Disseminação do manual em língua inglesa e tradução para a língua portuguesa.
- No âmbito da parceria com a ESAN
 - . Preparação de um grupo de crianças para participação na ação “*Copains du Monde*” promovida pela Associação *Secours Populaire Français*, que decorreu de 10 a 19 de agosto;
 - . Participação nas Jornadas Europeias para a Erradicação da Pobreza que decorreram no Conselho da Europa em Estrasburgo no dia 16 de outubro.

- Colaboração com dois setores do IAC - CEDI (Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Infância) e Serviço Jurídico, na Implementação e dinamização do projeto transnacional T.A.L.E. - *Training Activities for Legal Experts on Children Rights*
 - . Reuniões de entrosamento da equipa afeta ao projeto;
 - . Elaboração da *Self-audit tool* do Projeto;
 - . Preparação e participação na 1ª reunião de parceiros do Projeto, em Roma;
 - . Reuniões de preparação das atividades de consulta às crianças e jovens acompanhados pelo Projecto Rua;
- Ações de carácter geral
 - . Receção de um técnico espanhol representante da ECPAT Espanha;
 - . Participação no seminário “*Improving coordination in the prevention and protection of children vulnerable to trafficking in human beings in Europe*” promovido pela Associação *Terre des Hommes*;
 - . Colaboração em candidaturas a projetos transnacionais.

Grupo Alvo

1. Caracterização Quantitativa

Níveis de Intervenção	Áreas de Intervenção	Crianças/jovens sistematicamente abrangidos Idade 0-21		Famílias	Beneficiários não sistematicamente abrangidos	
		Gênero			Interventores sociais	Crianças e Jovens
		M	F			
NÍVEL DO RECUPERAR	Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro	32	33	60	—	—
NÍVEL DA PREVENÇÃO	Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Oriental	64	47	49	—	780
	Centro de Apoio Comunitário	52	63	31	—	215
NÍVEL DO REVALORIZAR	Centro das Redes Sociais	—	—	—	402	199 ¹⁶
	Total	148	143	140	402	1194

2. Caracterização Qualitativa

Tendo em conta o âmbito de intervenção do IAC – Projecto Rua, verifica-se que o seu grupo alvo é muito diversificado. Contudo, conscientes do nosso papel e finalidade realçamos que o principal grupo alvo são as crianças, adolescentes e jovens dos zero aos 18 anos, e respetivas famílias.

No entanto, não podemos descorar os restantes grupos que ao longo do nosso trabalho se cruzam a vários níveis, e com os quais partilhamos a nossa experiência e estratégias de intervenção.

São eles, todos aqueles que nos procuram (estudantes de várias áreas e de diferentes países) para obterem informações sobre o nosso projeto e onde privilegiamos o contacto direto e personalizado.

Focalizando-nos nas crianças, adolescentes, jovens e famílias que se encontram em contexto de risco, procuramos apoiá-los em meio natural de vida. Falamos de famílias multiproblemáticas caracterizando-se por baixa autoestima, pouco capazes de avaliarem e investirem nas suas potencialidades. Marcadas pela indefinição

¹⁶ Deste total 30 são adultos

e instabilidade, vivendo de apoios/subsídios e ainda manifestando dificuldade em investir na educação dos seus filhos.

Falamos também de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade condicionadas por vivências que não favorecem o seu saudável crescimento. A maioria em idade escolar cujo percurso é caracterizado por absentismo, retenções sucessivas, fraca participação nas atividades de enriquecimento curricular e abandono escolar precoce.

Referenciamos ainda o acompanhamento dos adolescentes e jovens que diariamente fazem da rua o seu espaço de aprendizagem. Apresentam comportamentos desviantes, dificuldades ao nível da aceitação/cumprimento de regras, por ausência de disciplina na sua vida quotidiana que os conduz à entrada no sistema judicial (percursos marginais e comportamentos disruptivos).

Referimos-mos a todos aqueles que, por motivos inerentes à sua própria história de vida, não tiveram oportunidade de aprender a “viver com o outro”, e o seu sofrimento espelha-se na única linguagem que conhecem: a violência, os furtos e os consumos.

Atualmente, em pleno século XXI são muitos os esforços feitos a nível mundial para reverter a situação em que estas crianças, adolescentes e jovens vivem. É o que o IAC – Projecto Rua tem vindo a fazer ao longo destes 26 anos, com crescente importância dada aos direitos da criança e com esforço reforçado para que estes sejam cumpridos.

Ainda assim, este não tem sido um trabalho fácil e requer continuidade, de forma a proporcionar um completo acompanhamento emocional, social, comunitário e educativo.

Resultados Qualitativos / Quantitativos

1. NÍVEL DO RECUPERAR

1.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ) - Zona Centro

Em jeito de balanço global, durante o ano de 2015 foram acompanhados pela equipa 65 casos. Destes, 29 chegaram até nós de diferentes formas, a saber:

- . Nove (9) situações de risco diagnosticadas pela equipa;
- . Treze (13) denúncias;
- . Sete (7) sinalizações para acompanhamento individual.

Os restantes 36, referem-se a processos que transitaram de anos anteriores. Assim, para melhor sistematizar a informação recolhida e ao constatarmos que as características, relativamente às categorias da faixa etária, escolaridade, origem, relação com a justiça, problemáticas e planos individuais de intervenção elaborados são idênticos, independentemente de se tratar de situações de diagnóstico, denúncia ou para acompanhamento individual, optámos por apresentar os dados destes casos globalizados. Posteriormente serão devolvidos os resultados qualitativos apresentados por objetivo geral, específicos e respetivas metas.

Da análise efetuada, contactámos que a maioria dos jovens tem idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos. Verifica-se também que algumas famílias continuam a ter como referência a equipa, solicitando o nosso apoio para os seus filhos/netos, como se verificou nas 3 situações das crianças mais novas de 4,5 e 6 anos.

Dos jovens que acompanhámos durante o ano, existe predominância do género feminino, contudo esta diferença não é significativa.

Temos verificado, em comparação com anos anteriores, que existem mais raparigas e cada vez mais novas a efetuarem fugas.

A maioria dos casos tem o 6º e o 9º ano de escolaridade. Apenas com o 1º ciclo temos 12 jovens, com o 2º ciclo 27 e 13 concluíram a escolaridade obrigatória.

Do total de jovens que acompanhámos conseguimos apurar que, 35 continuam a frequentar a escola, 19

encontram-se em abandono escolar e 4 dos que concluíram os estudos, não querem continuar na escola. Refira-se que em relação aos jovens em abandono incluem-se 8 que se encontram em paradeiro incerto.

Continuamos a verificar que muitos destes jovens não valorizam o seu percurso educativo e não o reconhecem como forma de atingir a empregabilidade.

O motivo de maior preocupação prende-se com o facto de interromperem os estudos sem completar a escolaridade obrigatória. Mesmo aqueles que frequentam a escola, nem sempre o fazem assiduamente.

A instabilidade escolar nestes jovens, que se caracteriza também pela baixa pontualidade, pouco investimento nos estudos e comportamentos desadequados dentro e fora da sala, origina sucessivas retenções e abandonos. O próprio sistema de ensino não está preparado para os acolher e manter.

A equipa com estes jovens, tem tentado aferir motivações e interesses e em paralelo tem pesquisado respostas educativas alternativas ao ensino regular, de forma a promover a sua reintegração escolar.

Assim, temos vindo a investir na articulação com as escolas e centros de formação, através de contactos com os diretores de escola/turma, de forma a manter um acompanhamento mais próximo das vivências escolares dos jovens, permitindo a deteção precoce de situações problema e contribuindo para a sua resolução.

A maioria dos adolescentes e jovens com quem trabalhamos é de origem Lusa, seguindo-se os Africanos e os de origem brasileira. Convém mencionar que de um modo geral possuem nacionalidade Portuguesa.

Face à sua vulnerabilidade escolar e contexto familiar, são tomadas algumas medidas que visam a sua promoção e proteção (PP), foi o que aconteceu em **41** dos casos acompanhados.

Medidas com carácter mais impositivo que visam a sua reabilitação, tutelares educativas (TE) e (PP) foram aplicadas a 7 dos jovens e com (PP) e Penal foi aplicada a 1 dos jovens.

Ao nível das medidas P.P., salientamos o acolhimento institucional aplicado a **30** jovens, como a única e última resposta, não encontrando estes no seio da família, a proteção, o afeto e os modelos estruturantes para o seu desenvolvimento.

Em contexto familiar, as medidas de apoio junto da família foram decretadas em **17** casos.

Duas situações encontram-se ainda sem aplicação de medida.

É frequente que alguns destes jovens privados de certos direitos se tornem posteriormente agressores, levando a processos tutelares educativos.

Relativamente a estes, a principal medida foi a imposição de obrigações (4 situações), enquanto que o acompanhamento educativo foi aplicado a 2 jovens.

Alguns destes envolveram-se na prática de delitos, por vezes com recurso à violência e com sentimentos de impunidade. Nestes casos, as medidas são uma oportunidade para redefinir os objetivos pessoais e para perspetivar novos caminhos.

Grande parte dos rapazes e raparigas sinalizados desde 2009 apresenta comorbidade de problemáticas psicológicas que culminam muitas vezes com a exposição a modelos de comportamento desviante, bem como o absentismo escolar e consumo de estupefacientes, sendo estes os fatores de risco que os podem levar à prática de outros atos ilícitos.

Os adolescentes e jovens apresentam geralmente, mais do que uma problemática associada.

Convém evidenciar que é notório o seu envolvimento no consumo e tráfico de estupefacientes. Cada vez mais cedo iniciam a experimentação de substâncias psicoativas e posteriormente o tráfico.

É devido à destruturação da sua vida, à falta de competências sociais, à reduzida capacidade de autocontrolo emocional e à falta de hábitos de planificação, que estes adolescentes e jovens procuram soluções imediatas, que na maioria dos casos não se apresentam como respostas saudáveis.

Para fazer face a estes problemas de comportamento que têm por base vivências negativas, traumatizantes e violentas, é importante adotar uma metodologia que os confronte emocionalmente de forma positiva.

Verificamos pela intervenção desenvolvida com o nosso grupo-alvo, que um número considerável de

jovens tem necessidade de apoio ao nível da Saúde Mental.

Durante o ano de 2015, foram abrangidos em atendimento psicológico 8 situações. Este acompanhamento foi assegurado pelo sector SOS Criança.

Apesar desta resposta ser um serviço gratuito, de relacionamento próximo e individualizado, não podemos deixar de mencionar que estes jovens face às suas características estão pouco motivados e em alguns casos, já tiveram sucessivas experiências inacabadas que condicionam a intervenção psicológica.

Neste sentido, 6 jovens desistiram principalmente por desmotivação e desinteresse.

É essencial que cada um descubra dentro de si as forças necessárias para ultrapassar as necessidades individuais. O fundamental é que cada um acredite em si mesmo.

Desta forma, foram realizadas durante este ano diferentes atividades, entre elas, visitas a museus e exposições, ateliers de culinária, acampamento, ações no âmbito do projeto juvenil e outras ligadas ao desporto.

É através de intercâmbios e grupos de reflexão que tentamos envolver estes jovens em projetos juvenis. A título de exemplo focamos a participação dos nossos jovens na Rede Juvenil “Crescer Juntos”, dinamizada pelas instituições que compõem a Rede Construir Juntos.

Este trabalho tem possibilitado o contacto com jovens de diferentes bairros, outras realidades e novas experiências, o desenvolvimento de competências de comunicação e de participação.

Outra das ações realizadas foi o acompanhamento a serviços, efetuámos 25.

Como foi referido anteriormente, é estratégia da equipa deslocar-se com o jovem e/ou familiar. Estes acompanhamentos visam por um lado conhecer e ir estabelecendo uma relação com o indivíduo e, por outro, colaborar na resolução das situações.

Das 43 atividades realizadas, 13 jovens participaram, sendo que apenas 9 estiveram em 3 ou mais. É ainda de salientar que todas estas ações integram os planos de intervenção.

Estes contemplam as principais competências e forças dos jovens e das suas famílias, e definem os objetivos que orientam o percurso a efetuar em conjunto.

Durante este ano estiveram em curso 65 planos. Convém salientar que a maioria (35) foi elaborada apenas pela equipa. Contudo, com a participação dos jovens foram elaborados 21, com o envolvimento da família foram redigidos 17 e com o apoio dos parceiros fizemos 18.

De seguida, serão apresentados os resultados qualitativos, tendo em conta o objetivo geral, os específicos e as respetivas metas.

Assim, no que diz respeito ao primeiro objetivo específico que visa atualizar o **diagnóstico** e responder às situações de denúncia, convém lembrar que a sua realização tem consistido num processo evolutivo de procura constante de informação, de forma a melhor compreender o fenómeno das crianças, adolescentes e jovens de rua.

O diagnóstico tem assim constituído um instrumento de trabalho dinâmico e tem-nos permitido identificar as zonas geográficas de intervenção.

É através da realização de giros diurnos e noturnos, que técnicos e animadores percorrem a cidade a pé ou com o recurso à Unidade Móvel Lúdico pedagógica. Esta facilita a identificação institucional, diminui os riscos da equipa inerentes a este tipo de zonas, assim como apoia a realização de atividades com crianças, adolescentes e jovens encontrados em contexto de rua.

Refira-se que a mobilidade e as características deste grupo alvo condicionam a nossa intervenção. Não frequentam regularmente os mesmos locais, criam “novas amizades” com muita facilidade o que lhes permite a sobrevivência em diferentes zonas.

Nos últimos anos, foram estabelecidas 7 zonas de giro, que se reportavam essencialmente à parte histórica da cidade às zonas comerciais e de diversão noturna. Contudo, em momento avaliativo, refletimos acerca da pertinência de existir uma zona específica (zona 6) onde eram apenas contempladas as zonas comerciais. Assim, ficou decidido retirar a zona 6, e incluir os diferentes centros comerciais nas outras zonas já definidas, usando como critério a sua localização. Face a esta alteração, ficam estabelecidas 6

zonas de giro, o que permitirá à equipa uma observação mais contínua nestes locais.

No âmbito da nossa intervenção procedemos à criação e gestão de um perfil de *facebook*.

O objetivo prende-se com o facto da maioria destes jovens terem uma página no *facebook*, onde partilham informação pessoal, é à qual a equipa poderia ter acesso, facilitando a sua intervenção. Realçamos que este é um contato privilegiado e que é atualizado e consultado diariamente, ao contrário dos telemóveis, cujos números são alterados com frequência.

Também nas situações de fuga, nos permite identificar esses jovens através das fotos publicadas, bem como conhecer amigos e locais que frequentam.

Relativamente aos jovens que já acompanhamos, pode ser um meio facilitador para comunicar e transmitir conteúdo pedagógico (ex: avisar das atividades a desenvolver, fazer ponto de situação, deixar recados, publicar pequenos filmes educativos, etc).

Estes jovens pelas suas características, procuram na rua a ausência de rotinas, o incumprimento de regras e limites e a vivência de riscos. Desta forma, estão expostos a diferentes problemáticas relacionadas com as piores formas de exploração de trabalho infantil (mendicidade, o tráfico de estupefacientes, a prostituição infantil) e o tráfico de seres humanos (mendicidade forçada e envolvimento em atividades criminosas).

Ao longo do ano, realizámos 53 giros (21 diurnos, 29 noturnos e 3 noturnos integrados com a PSP) a equipa diagnosticou 4 novos casos em situação de risco. Acresce a este número, 5 casos que chegaram até nós através das redes sociais (*facebook*), bem como 3 situações diagnosticadas em anos anteriores e que continuaram a ser alvo de acompanhamento este ano.

De forma a melhorar o diagnóstico, a equipa tem realizado um trabalho em conjunto com a 1ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa.

Esta atividade consubstancia-se na atuação de grupos mistos, formados por agentes da PSP, técnicos da CPJC – Lisboa Centro e de entidades parceiras. Através da observação, em locais de diversão noturna largamente referenciados de venda e de consumo de álcool e outras drogas, ou de ajuntamento de inúmeros jovens, nas noites de 6ª feira e sábado estas equipas analisam se existem condições para uma intervenção, no âmbito de um processo de promoção e proteção, sem tomada de medida imediata, e eventualmente com remessa para a CPCJ territorialmente competente.

Temos vindo também a promover a articulação com outras entidades ou equipas de rua, no sentido de estabelecer canais de comunicação e flexibilidade para fortalecer e otimizar respostas integradas. Realçamos a articulação realizada com o *Serve the City*, onde a equipa participou em 4 jantares comunitários organizados particularmente para as pessoas em condição de sem abrigo e aos quais recorrem também jovens em situações vulneráveis.

Tendo em conta o trabalho desenvolvido foi possível abordar 4 crianças/jovens.

Contudo, face à especificidade de cada uma destas situações houve necessidade de articular em todos os casos com as entidades competentes, nomeadamente a Casa Pia, SCML, DGRSP, Segurança Social, Comunidade Vida e Paz, PSP, Hospital Dona Estefânia, Associação Pica Pau, Polícia Judiciária e Departamento de Investigação e Ação penal.

Relativamente às situações de **denúncia**, enquadra-se todo o trabalho que visa a resposta a apelos lançados no que diz respeito às crianças, adolescentes e jovens em situação de fuga na área metropolitana de Lisboa, ou seja, referimo-nos a todos aqueles que voluntariamente saem de casa ou de uma instituição na qual residem.

Assim, acompanhámos 33 denúncias, 20 que transitaram de anos anteriores e 13 novos casos.

A fragilidade de algumas situações exige por parte da equipa, uma continuidade de trabalho. Jovens que conseguem fazer um percurso positivo, por vezes face à vulnerabilidade familiar e laboral, requerem em determinados períodos um maior investimento da nossa parte.

Esta intervenção tem normalmente como ponto de partida e como já foi referido anteriormente, a articulação com o SOS – Criança e muito particularmente com a linha 116000 (nº europeu para as crianças desaparecidas), daí que rececionámos mais casos por esta via (25). Evidenciamos ainda as sinalizações efetuadas por parte das instituições parceiras, nomeadamente instituições de acolhimento (4), Polícia Judiciária (2), Ministério público (1) e Fórum Construir Juntos (1).

Para averiguação dos casos, foram realizados 29 giros (19 diurnos e 10 noturnos), onde foram encontradas 2 crianças/jovens. Salientamos que estes giros permitem muitas vezes reunir informação que possibilita esclarecer as situações.

Do total de denúncias (33), foi possível identificar o paradeiro de 23 casos, dos quais foram contactados pessoalmente pela equipa, 18 adolescentes e jovens.

Apesar das inúmeras tentativas, no sentido deles e das suas famílias aceitarem o nosso apoio e colaborarem na construção de novos projetos, por vezes e em alguns casos, tal não é possível. Perante estas dificuldades, sinalizamos estes casos às entidades competentes.

Embora as situações sejam atempadamente sinalizadas às CPCJ, depois de esgotadas todas as tentativas ao nível da intervenção de 1ª linha, as medidas adotadas nomeadamente, o acolhimento em instituição, continua a não conseguir contê-los.

Muitos deles iniciam então um processo de fugas e de experiências que comprometem seriamente o seu presente e futuro.

Durante este ano verificámos que a não-aceitação da medida de institucionalização foi o principal motivo pelo qual os jovens realizaram fugas (15).

As restantes prendem-se com rutura familiar, o estabelecimento de relações amorosas e o desejo de aventura e risco.

A duração das fugas pode ser de 1 dia até 6 anos. Contudo, a maior percentagem tem duração de 2 a 30 dias (14 jovens).

Apenas uma jovem esteve em fuga da instituição de acolhimento durante 6 anos, tendo regressado à instituição por iniciativa própria.

Dos 23 adolescentes e jovens que conhecemos o seu paradeiro, 12 não efetuaram novas fugas, e 11 reincidiram (8 jovens mais de três vezes).

Conscientes da importância dos jovens estarem motivados e empenhados na construção e execução do seu plano de intervenção, a equipa tem tentado estabelecer uma relação de confiança com cada um deles, como já foi referido, recorrendo à dinamização de atividades lúdico pedagógicas, bem como o acompanhamento a serviços. É durante estes momentos que se consegue conhecê-los melhor e saber quais os seus interesses e expectativas.

De referir que a grande maioria tem acesso fácil a várias iniciativas juvenis, e são fortemente influenciados pelo grupo de pares.

Realçamos mais uma vez que o risco e os consumos são vividos de forma intensa e apelativa, colocando-os muitas vezes em situações de risco, quer a nível da sua integridade física, quer psicológica.

Todos estes fatores condicionantes dificultam a sua integração na família/ instituição, na formação e comprometem o seu futuro.

No entanto, foi possível que relativamente às denúncias rececionadas em 2015 regressassem à família 5 jovens, e à instituição 4. Destes, 7 estão a frequentar a escola e 1 integrado no mercado de trabalho.

No que diz respeito, às situações mencionadas no período de 2009 a 2014, 65% (20) encontram-se integrados na família/ instituição e continuam os estudos e/ou estão a trabalhar.

Tendo presente o segundo objetivo específico, que diz respeito ao **acompanhamento individual** podemos dizer que este enfoque, de um modo geral, contempla as situações de adolescentes e jovens que manifestam comportamentos disruptivos. As dificuldades relacionais e os comportamentos desajustados que apresentam, revelam o sofrimento em que se encontram. São adolescentes e jovens nos quais predomina a ausência de quadros de referência, assim como uma baixa autoestima e intolerância à frustração. Caracterizam-se, ainda, por dificuldades da aceitação/ cumprimento de regras, por falta de disciplina na sua vida quotidiana. A maioria tem a decorrer processos de promoção e proteção, tutelar educativos e/ou penais.

Este ano registámos 7 pedidos para acompanhamento individual. Estas sinalizações foram efetuadas por particulares (5), por outras equipas do IAC-P Rua (1) e pela CPCJ Centro (1).

À semelhança do diagnóstico e das denúncias continuámos a acompanhar situações que transitaram de anos anteriores (13).

Por se acreditar que é em meio natural de vida que as crianças, adolescentes e jovens devem permanecer, foram também deliberadas medidas nesse sentido. Procuramos assim, fortalecer competências e canais de comunicação.

É com base nesta premissa, que estamos presentes na celebração de acordos de promoção e proteção, colaboramos na execução de medidas tutelares e intervimos com as famílias.

A articulação com os tribunais, CPCJ, DGRSP, SCML e outros requer uma atualização de informação frequente.

Para iniciarmos a nossa intervenção com estes adolescentes e jovens realizamos entrevistas a fim de conhecermos os seus interesses, promover a sua motivação e estabelecer alguns compromissos.

Assim, foram realizadas apenas 4 entrevistas, uma vez que as outras 2 situações se reportam a crianças em idade pré-escolar e um dos casos, o jovem recusou conhecer a equipa. Geralmente neste momento procuramos sensibilizá-los para a importância de, em conjunto, elaborar um plano de intervenção.

Quanto ao terceiro objetivo específico, que visa o apoio, encaminhamento e coresponsabilização das **famílias**, consideramos que a educação é uma tarefa para todos e a família continua a representar o primeiro espaço de realização e desenvolvimento da personalidade humana e da solidariedade entre gerações. Assim, estamos bem conscientes, que é de primordial importância o envolvimento das famílias na vida dos seus filhos.

Dos 65 casos, e tendo em conta a existência de fratrias, o universo das famílias foi de 60. Destas, foi possível conhecer 39 (pelo menos um elemento do seu agregado). Mantivemos como procedimento conhecer as famílias dos jovens que acompanhamos, contudo, nem sempre isso aconteceu, porque se encontravam ausentes, detidos ou não manifestaram interesse em nos conhecer. Nas situações em que não conseguimos apurar informação sobre a identidade ou paradeiro do jovem, também foi impossível obter dados sobre a sua família.

Face à disponibilidade que a equipa manifesta, foi possível ir ao seu encontro. Assim, efetuámos 17 visitas domiciliárias, realizámos 45 atendimentos e estabelecemos 421 contactos telefónicos.

Do universo abrangido (60) e tendo presente o nível da responsabilidade e do assumir o compromisso, 32 famílias fazem-no ou seja (53%). Há ainda algumas que embora se predisponham para colaborar, nem sempre o conseguem. As suas histórias de vida caracterizam-se por um desinvestimento afetivo, fragilidade emocional e modelos de referência pouco positivos. A família enquanto núcleo securizante, protetor e seguro não existe na maioria destes casos.

Uma das características comuns é o seu fraco investimento na vida dos filhos, tendo estes, desde cedo que assumir algumas tarefas do quotidiano. Mais tarde, na fase da adolescência, quando surgem alterações de comportamento e conflitos, as famílias continuam a desresponsabilizar-se das suas funções parentais, centrando a situação/ problema nos filhos.

Esta realidade traduz-se posteriormente na fraca participação em ações de formação, onde 9 mães estiveram presentes de forma pouco assídua. No entanto, este número é superior ao que se verificou no ano transato.

Estas ações têm como objetivo fortalecer a relação pais/ filhos, aumentar a capacidade de diálogo e comunicação na família e abordar a importância do estabelecimento e cumprimento de regras e limites.

Relativamente aos indicadores escolaridade e situação profissional, apurámos que a maioria tem o 1º e 2º ciclo e apenas 2 pais concluíram o ensino superior. À semelhança do percurso escolar dos seus filhos, também os pais apresentam uma baixa escolaridade. Encontram-se empregados 51 pais e atualmente estão desempregados 24 progenitores. A equipa sempre que necessário acompanha/encaminha estas situações para serviços especializados nesta área.

A tipologia familiar é na sua maioria monoparental feminina (22). A família nuclear (12), alargada (11) e a reconstruída (9) são também tipologias frequentes nestes agregados. Observamos ainda que existem alguns casos, em que os filhos ficam a cargo dos progenitores masculinos (5).

Vale a pena refletir sobre alguns exemplos de organização familiar e sobre os padrões relacionais fragmentados. De facto sabemos que existe grande instabilidade relativamente à continuidade e perseverança das figuras familiares.

Sucessivas reconstruções dos agregados acontecem na vida destes jovens.

Constatamos também que, na maioria dos casos, os jovens perderam a relação com, pelo menos, um dos progenitores (morte, abandono, emigração e por motivo de privação de liberdade).

Outro dos fatores que originam a quebra de laços é a incompatibilidade existente entre progenitor e o filho ou entre este e o companheiro(a) do progenitor(a).

Em consequência desta fragilidade, e como já foi enunciado, alguns jovens encontram-se sob medida de acolhimento institucional.

Por vezes, perante esta situação, verifica-se uma maior abertura por parte de ambos (pais/ filhos) para um reinvestimento na relação, alterando-se os padrões comunicacionais.

Mas é igualmente verdade, que alguns centros de acolhimento/ lares não promovem o envolvimento da família, muito menos a sua participação em ações conjuntas e não preparam o regresso do jovem ao seu contexto sociofamiliar. No entanto, algumas famílias, apesar de todas as dificuldades continuam a acreditar e a investir na relação com os seus filhos, aceitando o seu regresso, dando-se uma segunda oportunidade.

O quarto objetivo específico diz respeito ao envolvimento dos **parceiros** na intervenção que se pretende que seja integrada, e sempre caracterizou a intervenção do IAC – Projecto Rua. Neste sentido, também esta equipa considera o envolvimento dos parceiros e entidades competentes nas áreas da infância e juventude como imprescindível, assumindo uma posição de relevo em todo o processo de intervenção. Salientamos as parcerias de carácter mais formal como o estabelecimento de protocolos e as de carácter mais informal. Referimo-nos concretamente à continuidade do protocolo com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e a Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves (SPPB).

Com o primeiro realçamos a cooperação ativa na sinalização de casos, na definição de estratégias conjuntas e na troca constante de informações. Após o término das medidas e sempre que o jovem permita e se justifique, a equipa continua o acompanhamento.

Relativamente ao segundo, evidenciamos a otimização de recursos e a possibilidade de também os jovens adultos e famílias (acompanhadas pelas diferentes equipas do Projecto Rua) usufruírem de acompanhamento psicológico gratuito. Desta forma foram-nos sinalizadas 11 mães/pais que reconheceram a importância deste apoio e aderiram ao processo terapêutico e 3 jovens adultos. Atualmente já desistiram 4 pais e 1 jovem por desmotivação/desinteresse, incompatibilidade de horário, razões familiares e institucionalização fora da área de residência.

Do total de 65 casos acompanhados, foi possível a participação dos parceiros em 55 situações. Continuamos a defender que esta articulação com as diferentes entidades proporciona um valor adicional ao desempenho dos diferentes intervenientes sociais e que a troca de experiências e a partilha de boas práticas enriquecem e inovam as metodologias de intervenção, promovendo uma maior eficácia da mesma.

De forma a colaborar na redução do número de fugas, sobretudo as dos centros de acolhimento temporário (com maior índice de saídas não autorizadas) reunimos com os seus responsáveis, no sentido de em conjunto definirmos algumas estratégias articuladas que possam minimizar este fenómeno. Pretendemos intensificar esta articulação, convictos de que se pode melhorar estas respostas.

Em cada uma das situações e sempre que seja identificado um potencial parceiro, é metodologia da equipa, promover a intervenção integrada. Assim, realizámos 415 contactos, efetuámos 62 reuniões com parceiros e 8 reuniões com parceiros, jovens e família.

Relativamente às entidades com trabalho de rua esforçamo-nos em estreitar laços com instituições que diariamente percorrem alguns locais da cidade e parceiros que dinamizam ações para grupos mais vulneráveis, referimo-nos concretamente ao *Serve the City*, Médicos do Mundo e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (projeto saúde + próxima). Consideramos que apesar deste esforço, ainda não foi alcançada uma ação concertada nesta área. Salientamos também a integração da equipa em grupos interinstitucionais, nomeadamente a nossa participação enquanto membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Centro, no âmbito da sua modalidade alargada. Este grupo tem vindo a desenvolver juntamente com outras entidades de 1ª linha, operações policiais nos locais de diversão noturna como já foi referenciado anteriormente, com vista a identificar e prevenir situações de risco.

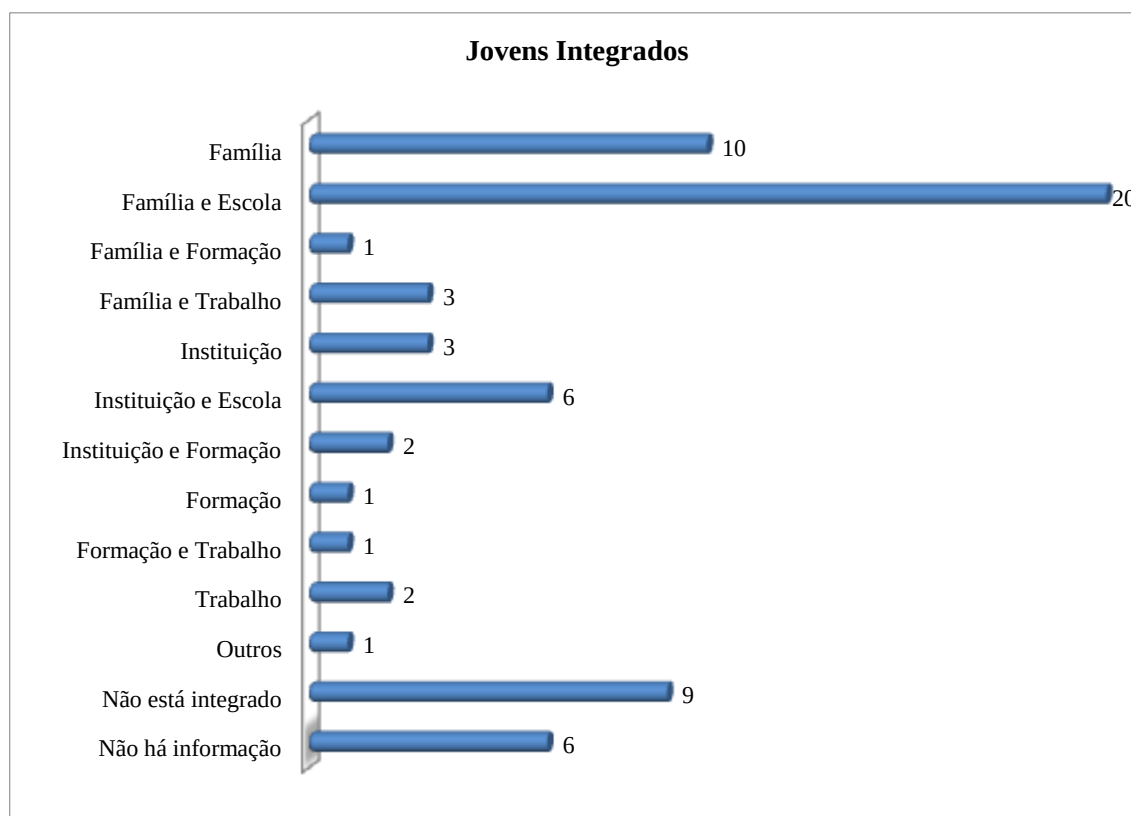
Estamos também especialmente atentos na identificação de possíveis situações de tráfico de seres humanos. Sempre que existem suspeitas fazemos a sua sinalização às entidades competentes, nomeadamente ao Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH).

Contamos ainda com a articulação com a Polícia Judiciária e o Departamento de Investigação e Ação Penal, em algumas situações que requerem uma intervenção mais específica dada a sua complexidade.

Os bons resultados de qualquer parceria dependem da disponibilidade para cooperar uns com os outros, acrescentando valor à aliança e criando confiança entre eles, bem como consciência de que o objetivo a ser alcançado é um sucesso de todos.

Na realidade as parcerias são instrumentos facilitadores e optimizadores de recursos, contribuem de forma decisiva para a integração dos jovens que acompanhamos facultando resposta às necessidades sentidas.

Assim dos 65 jovens intervencionados foram integrados 50, destes a maioria foi integrada na família e na escola, como consta no gráfico a seguir.



Quanto ao quinto objetivo específico que consiste em dar resposta de acolhimento a situações de **emergência**, realçamos que esta equipa dispõe de um recurso fragilizado a nível do acolhimento em emergência. Continuamos limitados pelas condições físicas deste espaço, que não permitem o acolhimento condigno das situações encontradas pela equipa ou sinalizadas por outras instituições.

Esta resposta tem como intenção uma permanência nunca superior a 72 horas, tendo em conta os critérios pré-definidos.

No ano 2015 foi aceite um pedido para acolhimento em emergência, de um jovem refugiado, sinalizado pela CPCJ Lisboa Oriental.

Contudo, face à intervenção que esta equipa desenvolve e atendendo às características do grupo alvo, consideramos que é benéfica a existência de uma resposta de acolhimento restrita a casos resultantes da intervenção direta do Projecto Rua.

2. NÍVEL DA PREVENÇÃO

2.1. Centro de Desenvolvimento e Inclusão juvenil – Zona Oriental

A equipa do CDIJ – Zona Oriental acompanhou um total de **110** crianças, adolescentes, jovens e jovens

adultos ao longo do ano 2015.

Iremos devolver os resultados obtidos por faixas etárias de acordo com os intervalos definidos pela própria equipa, de acordo com o enfoque da intervenção para cada um destes intervalos.

No que se refere às crianças dos 0 aos 5 anos: a intervenção incide no acompanhamento às famílias tendo em conta que um número significativo destas crianças são ainda bebés e as restantes estão em idade pré-escolar. A maioria dos seus pais são eles próprios jovens ou jovens adultos, com uma situação socioeconómica instável e/ou precária. A atenção da equipa centra-se no encaminhamento, com vista à satisfação das necessidades básicas das crianças, uma vez que frequentemente detetamos lacunas, por exemplo ao nível da alimentação e higiene. Por outro lado, as conversas informais com estes pais visam uma sensibilização para a importância da afetividade e carinho a par do estabelecimento de regras e rotinas de modo a transmitir uma linha de consistência educativa às crianças, nas primeiras fases do seu desenvolvimento, que são tão significativas para um crescimento equilibrado e saudável.

De seguida temos: as crianças do 1º CEB a frequentar a Escola EB1 do Condado (um total de 15). Estas crianças são alvo da intervenção da equipa em dois momentos distintos, a saber: aquando das sessões lúdico-pedagógicas e animações de intervalo na referida Escola e, nas várias pausas letivas – carnaval, páscoa, verão e natal.

Quanto às primeiras, faremos a devolução dos resultados obtidos em momento mais à frente neste relatório.

Quanto ao segundo aspeto e uma vez que, atualmente, as crianças desta faixa etária têm nas escolas um horário completo e diversificado de atividades que lhes proporciona um currículo variado e enriquecido, foi opção estratégica da equipa estar com estas crianças nos momentos acima mencionados.

Nas pausas letivas são, então, dinamizadas atividades lúdico-pedagógicas apropriadas à sua idade e de acordo com os seus interesses.

Estas possibilitam uma maior aproximação à equipa, o que por vezes nos traz o conhecimento de situações de risco em, que a nossa intervenção é imediatamente acionada. Verificamos por esta via que, as atividades lúdico-pedagógicas para além de treinar competências (o que também faz parte dos nossos objetivos) permite-nos intervir ao nível da proteção das crianças, adolescentes e jovens (causa principal e nobre pela qual existimos).

Quanto ao Grupo “Os aventureiros” recordamos a informação avançada no relatório de atividades de 2014, a saber: durante o ano 2014 estiveram em funcionamento 2 grupos de adolescentes – “Os Aventureiros” e “Os engenhocas”. No entanto e por diversos motivos em 2015 houve a necessidade de juntar aqueles grupos, mantendo-se no entanto o nome do primeiro.

Este grupo integrou ao longo de 2015, 31 elementos, com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos. Estes frequentam o 2º e o 3º Ciclo do ensino básico, com exceção de uma adolescente que frequenta o ensino secundário.

Alguns destes adolescentes têm medidas de promoção e proteção e/ou tutelares educativas a decorrer.

A intervenção junto deste grupo é regular, com uma intensidade de 2 sessões semanais: nestas prioriza-se a aplicação do programa de treino de competências pessoais, sociais e escolares, onde são abordados diversos temas como a comunicação, os afetos, as emoções, os estilos comportamentais, a partilha, entre outros.

O lúdico é uma estratégia privilegiada para promover a participação ativa dos elementos, sendo o jogo um recurso educativo bastante utilizado.

Para a totalidade destes, foi feito o diagnóstico sociofamiliar, foi reforçada a aproximação às famílias e, a articulação com os parceiros com vista a trabalhar as situações em conjunto.

As competências trabalhadas foram definidas pela equipa, com base na observação e diagnóstico das situações em acompanhamento. Tendo sido priorizadas: a higiene (apresentação e hábitos de higiene pessoal) e a responsabilidade, nomeadamente ao nível da dimensão: estabelecimento e cumprimento de compromissos entre os jovens e a equipa.

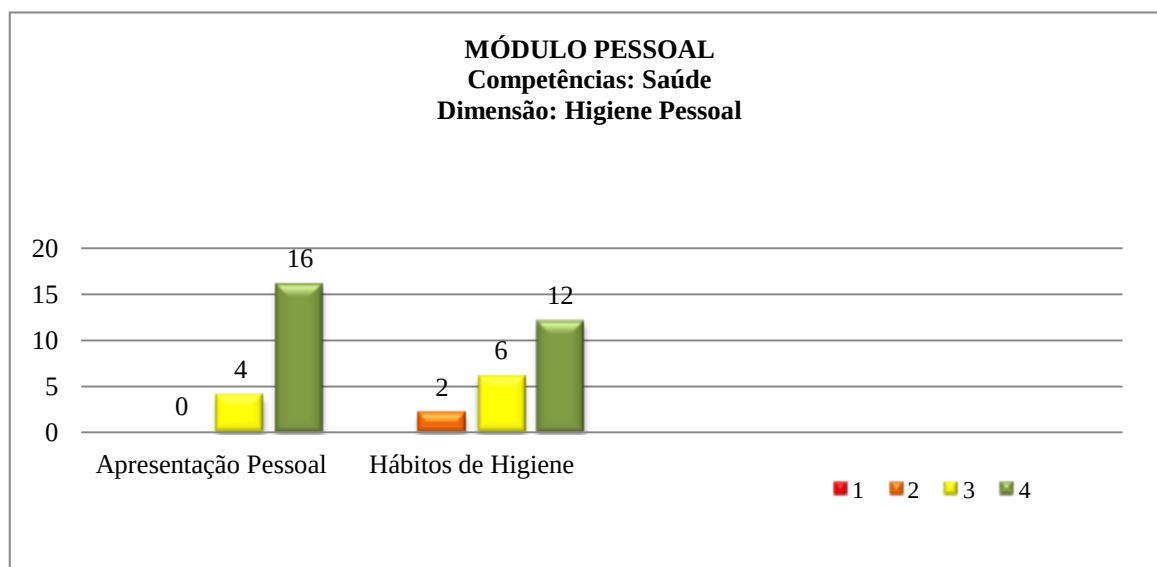
No arranque do ano letivo 2015/2016, iniciámos o preenchimento semanal das grelhas de avaliação de competências pessoais e sociais e, definimos o 1º trimestre avaliativo como base para elaborar o respetivo diagnóstico.

Deste modo, estamos já em condições de apresentar os resultados obtidos no período mencionado.

As sessões de treino de competências pessoais e sociais reiniciaram-se a 26 de Outubro de 2015. No total foram avaliadas 17 sessões, de 26 de outubro até 22 de dezembro de 2015.

Apesar de termos tido 31 adolescentes em acompanhamento ao longo do ano 2015 (tal como já referimos anteriormente), a avaliação de competências abrangeu 20 deles.

Neste contexto, e seguindo uma avaliação que vai de 1 ao 4, (em que: 1 corresponde ao Não Satisfaz; 2 ao Satisfaz Pouco; 3 ao Suficiente e 4 ao Bom) foi possível chegar à avaliação traduzida nos seguintes gráficos:



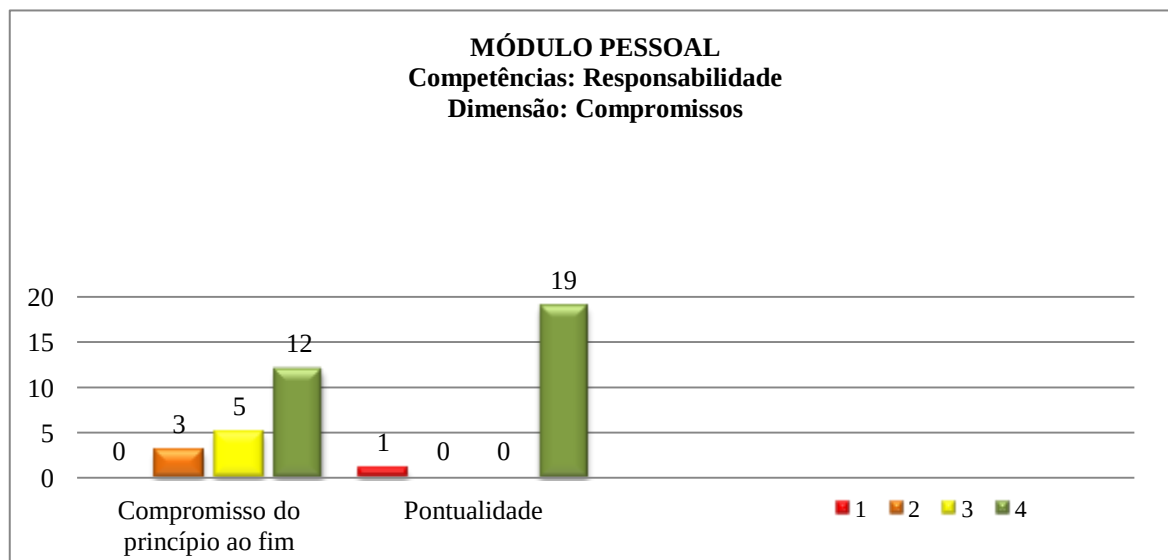
57

De uma forma geral podemos observar que, a esmagadora maioria dos jovens que constitui “Os Aventureiros” se apresenta de forma bem cuidada, sendo que os restantes se apresentam de forma satisfatória. Por outro lado e quanto a hábitos de higiene, 12 dos jovens aparentam adotar diariamente cuidados de higiene, enquanto 6 parecem adotar de forma aceitável cuidados e hábitos de higiene. Existem no entanto dois elementos, com os quais será necessário um maior trabalho a este nível.

Relativamente às metas pré-estabelecidas pela equipa, podemos dizer que:

- 100% dos jovens atingiu a avaliação 3 ou 4 no item apresentação pessoal;
- e
- 90% dos jovens atingiu 3 ou 4 no item hábitos de higiene.

Face ao conhecimento que a equipa já tem acerca do referido grupo, surge evidenciada a preocupação com as questões da saúde oral e da alimentação que, aliás estão diretamente relacionadas.



Quanto à competência da responsabilidade e, mais especificamente no que se refere aos compromissos estabelecidos entre os jovens e a equipa, podemos dizer que a maioria dos jovens cumpre de forma satisfatória os seus compromissos: são muito pontuais (19 em 20 jovens) e de uma forma geral cumprem as tarefas/atividades de uma forma estável do princípio até ao fim. As 3 situações evidenciadas no gráfico acima apresentado e, em que o resultado é pouco satisfatório, dizem respeito a 3 jovens instáveis do ponto de vista emocional, afetivo e comportamental. Estas características também são visíveis noutros aspetos da sua vida (familiar e escolar, por ex.). Face a este quadro, os jovens têm vindo a ser acompanhados do ponto de vista clínico (apoio psicológico e pedopsiquiátrico).

Relativamente às metas pré-estabelecidas pela equipa, podemos dizer que:

- 85% dos jovens atingiu a avaliação 3 ou 4 na meta assumir um compromisso do princípio até ao fim;
- 95% dos jovens é pontual.

Importa referir que os resultados acima apresentados são bastante positivos, mas não são representativos de todos os seus contextos quotidianos, nomeadamente família e escola.

Os bons resultados podem ficar a dever-se por exemplo: ao interesse pelas atividades propostas pela equipa, ao afeto e respeito pelos técnicos que acompanham o grupo, à informalidade das dinâmicas, entre outros.

Gostaríamos que no futuro o nosso trabalho pudesse conduzir ao transfere destas vivências no grupo para os outros contextos em que os jovens interagem.

Por outro lado, destacamos que ao longo do ano 2015, 8 destes adolescentes estiveram envolvidos na Rede Juvenil “Crescer Juntos”, o que potenciou os relacionamentos com adolescentes de outras realidades, abrindo a oportunidade de alargarem os seus conhecimentos. Alguns deles não apresentam ainda uma grande capacidade participativa, no entanto estes encontros são precisamente uma mais-valia a este nível.

No que se refere às faixas etárias dos 17 aos 21 anos, o enfoque da intervenção situa-se ao nível do acompanhamento individual e do encaminhamento das situações para outras respostas. De seguida apresentamos o trabalho a este nível, em que abrangemos 50 situações. Face a esta intervenção, podemos concluir que a meta foi largamente alcançada, uma vez que 100% dos jovens que procuraram a equipa, todos foram alvo de acompanhamento individual com vista a dar resposta às suas solicitações e necessidades.

Ao nível do acompanhamento individual encaminhámos o grupo alvo para diversos serviços e estruturas de acordo com as necessidades evidenciadas.

Dos encaminhamentos efetuados, a maioria centrou-se na área das respostas educativas/formativas e mercado do trabalho. As restantes áreas foram ao nível da saúde, justiça e apoio social.

Verificámos que:

- o contato prévio/envolvimento dos diversos serviços,
e
- o acompanhamento dos jovens aos serviços nas primeiras vezes,

foram estratégias importantes por um lado, ao nível da sensibilização dos serviços para as problemáticas em causa e por outro como um facilitador do processo de autonomização dos jovens.

Temos então que 78% dos jovens acompanhados foram encaminhados pelo que a meta proposta foi largamente ultrapassada.

Os resultados que em seguida apresentamos dizem respeito à intervenção desta equipa junto das escolas locais que o nosso grupo alvo frequenta, nomeadamente o 2º e 3º período de 2014/2015, e o 1º período do ano letivo 2015/2016 na Escola EB1/JI do Condado, bem como o trabalho realizado no GTE – Projeto VIVA (Grupo de Trabalho das Escolas – Projeto “Vamos Intervir, Vamos Ajudar”) no âmbito da representatividade do IAC na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Oriental.

No que se refere às sessões temáticas sobre Direitos e Deveres da criança foram realizadas todas as sessões previstas inicialmente, num total de 29 sessões.

No ano letivo 2014/2015, as sessões focalizaram-se nos seguintes temas: “Os tipos de comportamento” no 2º período e, a dinamização do atelier “o jogo do galo” no 3º período. Estas sessões permitiram o diálogo e

a reflexão sobre como devemos agir perante as diversas situações do dia-a-dia. Quanto ao jogo do galo o objetivo foi também aferir a informação transmitida ao longo do ano e consolidar os conhecimentos adquiridos nas sessões realizadas nos períodos letivos anteriores. As crianças responderam de forma acertada às questões colocadas, o que significa que a estratégia utilizada para a dinamização das sessões permite uma boa aquisição de conhecimentos.

Ao longo do ano, todos os professores foram dando um retorno extremamente positivo à equipa e, tendo por base as avaliações feitas pelos alunos após a dinamização de cada sessão, o grau de satisfação apresentado foi bastante elevado.

O outro aspeto positivo que destacamos tem a ver com o reforço da ligação à escola e o maior conhecimento das crianças que frequentam a escola. Por outro lado, por parte de alguns professores é dada continuidade aos temas que a equipa leva, o que possibilita a consolidação do trabalho por nós iniciado.

No ano letivo 2015/2016, iniciámos com novas sessões, a saber:

- para o 1º e 2º ano “O comboio da solidariedade”
- e
- para o 3º e 4º “Prevenção dos abusos sexuais”.

Parece-nos ainda importante destacar que, no início do presente ano letivo, aquando do arranque das sessões, a equipa verificou que as crianças ainda tinham presente os temas trabalhados no ano letivo anterior.

A avaliação do percurso escolar e a sua devolução junto das crianças, adolescentes, jovens e suas famílias é fundamental para trazer uma maior consistência à intervenção da equipa ao nível da dinamização e acompanhamento dos grupos de adolescentes e jovens.

Deste modo, a equipa fez junto dos D.T. (Diretores de turma) a avaliação do percurso escolar, nas Escolas: 2.3 Marvila; 2.3 Luís António Verney; 2.3 das Olaíais, Escola EB1 – JI do Condado; Colégio Maria Pia – Xabregas, Escola nº 123 do Beato e Escola Rainha D. Leonor. Em cada momento da avaliação a equipa foi-se apercebendo das dificuldades de cada adolescente, tanto em termos escolares como comportamentais, o que permitiu atuar na resolução de algumas das situações problemáticas.

59

Nestes momentos de avaliação é feita uma sensibilização aos D.T., relativamente ao meio em que a criança/jovem está inserido e que a maioria das vezes é um fator desestabilizador tanto do rendimento escolar como do comportamento.

Na generalidade, os professores consideram bastante pertinente a intervenção da equipa a este nível e, chegam mesmo (em alguns casos) a contactar para pedir apoio, no sentido de abordarmos determinado tema junto de algum adolescente ou para fazer o ponto de situação de algum caso.

Na sequência da avaliação do percurso escolar das crianças/adolescentes e jovens acompanhados pela equipa ao longo do período mencionado anteriormente, foi também feita a sua devolução junto das famílias dos adolescentes abrangidos. Esta devolução é feita em momento próprio, combinado com as famílias, ou no nosso espaço ou em situação de visita domiciliária. Quanto às crianças, adolescentes e jovens, por regra esta devolução é feita no nosso espaço.

Todos os agregados familiares tiveram acesso à evolução do percurso escolar dos seus filhos.

Estes momentos são valorizados pelas famílias, pois a equipa disponibiliza-se também para, em conjunto, encontrar estratégias que possam ser um contributo para melhorar o que não está a correr tão bem. Por outro lado, apelamos sempre para um maior envolvimento e valorização do percurso escolar dos filhos.

A todas as crianças, adolescentes e jovens foi feita a devolução da avaliação do seu percurso escolar, algo que é muito bem acolhido e valorizado pelos mesmos. Esta é feita através de conversas informais apelando para a importância de uma maior valorização da escola.

Aquando do início do ano letivo 2015/2016, foi repensado em equipa a operacionalização das metas relativas à avaliação do percurso escolar e, devolução do mesmo junto das famílias e crianças. Face ao volume de casos em acompanhamento e ao tempo despendido nas deslocações, por referência às mais valias colhidas no todo deste trabalho, decidimos que, no ano letivo 2015/2016 apenas seria feita a avaliação do percurso escolar e respetiva devolução para os casos considerados prioritários. Aproveitamos ainda para referir que este conceito – “considerados prioritários” – foi definido pela equipa como: as situações que têm processos a decorrer numa CPCJ, Tribunal ou DGRSP.

No ano letivo 2015/2016, estabelecemos já contactos telefónicos ou presenciais com os Diretores de Turma

dos referidos casos.

Apesar desta estratégia ter sido implementada apenas a partir de setembro/outubro 2015, já foi possível observar que nos permitiu dispor de mais tempo para o acompanhamento mais próximo destes casos que de facto exigem à equipa um trabalho mais intensivo e diário.

No que diz respeito à sinalização de situações de risco feitas pela escola, foram recebidas um total de 6 ao longo do 2º e 3º período letivo e a meta foi alcançada na totalidade, uma vez que todas elas foram alvo da intervenção da equipa.

Esta passou por diversos contatos e diligências junto das famílias e dos serviços que já conhecem e acompanham os casos.

Quanto à tipologia de situações sinalizadas temos: necessidades de apoio psicológico; satisfação de necessidades básicas (alimentação e vestuário); conflitos familiares e negligência ao nível do acompanhamento do percurso escolar da criança.

Ressaltamos o facto de que, em fevereiro de 2015 informámos as escolas de que não nos seria possível receber mais sinalizações devido ao facto de perspetivarmos para daí a alguns meses a mudança do enfoque da intervenção desta equipa.

Apesar desta alteração não se ter verificado, não podemos deixar de a referir uma vez que, condicionou diretamente a intervenção e os resultados obtidos, face à meta delineada inicialmente.

As animações de intervalo previstas para a Escola E,B1/JI do Condado na planificação, foram todas realizadas. Estas versaram sobre o tema “O Direito a Brincar”. A equipa leva alguns jogos distribuídos por vários postos pelos quais as crianças vão passando, ao longo dos vários intervalos.

Esta atividade permite uma maior aproximação entre a equipa e as crianças, bem como a observação do comportamento das crianças sinalizadas pela Escola.

Além disso, também a comunidade escolar no seu todo valoriza a presença da equipa nos intervalos pelo facto do espaço exterior (recreio) ser desprovido de qualquer tipo de equipamento lúdico. Nos dias da animação de intervalo as crianças usufruem de jogos educativos e brincam de forma orientada, possibilitando-lhe assim momentos contentores.

Nesta atividade, e no ano letivo 2014/2015 foram abrangidas as 9 turmas da escola, num total de 198 crianças em cada momento, num total de 5 ao longo do 2º e 3º período letivo. Num destes momentos foi feita uma sensibilização para a problemática das crianças desaparecidas e, posteriormente foram dinamizadas 2 aulas de Tai-Chi para as crianças do Jardim de Infância (um total de 30+80 crianças).

Quanto ao ano letivo 2015/2016, a animação de intervalo do 1º período teve lugar no mês de novembro.

A última meta diz respeito à representação do IAC no GTE – Projeto VIVA: Este é um dos grupos de trabalho ao nível da dinamização da modalidade alargada da CPCJ Lisboa Oriental. Por regra este grupo reúne com uma periodicidade mensal e leva a cabo a dinamização de sessões junto das várias escolas da zona de abrangência daquela Comissão. Estas sessões destinam-se aos professores e dão a conhecer o funcionamento da Comissão e o modo mais adequado de se sinalizar uma situação de risco.

Por outro lado, também são dinamizadas sessões aos alunos sobre “Os Direitos da Criança”. Quaisquer destas sessões é feita com base na colaboração dos diversos parceiros que têm assento neste grupo de trabalho.

Foram realizadas 3 reuniões no âmbito deste grupo no ano letivo 2014/2015, nas quais a equipa esteve presente. Face à mudança de presidente na CPCJ Lisboa Oriental, a nova presidente avaliou como pertinente tomar conhecimento do trabalho anteriormente desenvolvido para se poder dar continuidade no ano letivo 2015/2016.

Com a colocação de 2 novas professoras na CPCJ Lisboa Oriental no ano letivo 2015/2016, foi possível avançar com a dinamização do trabalho que havia sido interrompido.

Deste modo, tiveram lugar 3 reuniões nas quais a equipa esteve presente. Para além de se planearem e prepararem as sessões a dinamizar ao longo do presente ano letivo, foi feita também uma partilha de informações e troca de experiências face às respostas existentes/necessidades evidenciadas pelo grupo alvo.

Ao nível das parcerias destacamos ainda a participação no Conselho Educativo da freguesia de Marvila, que no ano 2014 se materializou na presença nas reuniões e na comemoração do Dia Mundial da Criança com a dinamização de uma gincana de jogos sobre os “Direitos e Deveres da Criança”, que abrangeu 472 crianças dos JI e Escolas de 1º CEB, da freguesia de Marvila.

Por outro lado, o trabalho com as famílias dos menores acompanhados reveste-se da maior importância, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das competências parentais com vista a capacitar estas pessoas para o exercício duma parentalidade consistente, assertiva e afetiva. Tendo por base esta premissa, a equipa em todos os contatos que estabelece com as famílias trabalha numa linha de reforço das competências parentais. Verificámos que, de um modo geral as famílias são permeáveis à intervenção da equipa e valorizam o trabalho do IAC.

Por outro lado, ao longo de 2015 foram realizadas 15 sessões de formação parental e foram identificadas 8 famílias para frequentar o referido programa.

Estas sessões foram planeadas/ realizadas em conjunto com a equipa do CDIJ Centro e contaram com a colaboração graciosa duma formadora voluntária. As temáticas abordadas pela referida formadora foram: quem sou eu?; quero gostar?; quero entender?; quem és tu?; e eu escolho?. Foram ainda realizados 2 momentos dinamizados pelas equipas, a saber: avaliação/ auscultação das mães para a continuidade da formação parental e momento de convívio na Quinta das Conchas para as famílias abrangidas.

Tendo em conta a meta proposta, podemos referir que a mesma foi atingida na sua totalidade.

No que concerne às sinalizações, estes meses rececionámos duas e, em consequência disso acionámos o respetivo encaminhamento após diagnóstico feito pela equipa face à situação em questão, para uma delas. A outra encontra-se em acompanhamento por parte da equipa.

Por outro lado, devemos mencionar que recebemos 8 auto – sinalizações, i.e., situações em que são as próprias famílias a procurar o apoio da equipa uma vez que nos reconhecem capacidades específicas para apoiar em determinadas situações sócio familiares.

Quanto ao apoio dado às famílias que nos procuram (no total 49), podemos referir que a meta foi atingida na sua totalidade, uma vez que todas obtiveram resposta face às necessidades identificadas. No global podemos, ainda afirmar que as famílias aderem aos encaminhamentos feitos pela equipa. Apesar disso, o ritmo da família nem sempre é o esperado pela equipa, o que exige uma grande flexibilidade e capacidade de gestão da frustração.

Esta equipa é atualmente a única equipa do Projecto Rua que trabalha numa comunidade (“em regime de permanência”), sendo vista como um ponto de apoio para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

Mantém uma postura de abertura e flexibilidade no acolhimento e acompanhamento dos casos que lhe chegam, seja por via de sinalização por parte dos parceiros seja por auto-sinalização.

As principais barreiras que identificamos prendem-se com a gestão de prioridades na intervenção face à complexidade dos casos com que lidamos diariamente e, com a necessidade de manter o foco no apoio às crianças, adolescentes e jovens que se enquadram especificamente no perfil do “nosso” grupo alvo.

2.2. Centro de Apoio Comunitário

O primeiro objetivo específico “Diagnosticar comunidades de risco” não teve qualquer resultado este ano, uma vez que a equipa tomou a decisão o ano passado de se fixar apenas no Bº Alfredo Bensaúde. No entanto, manteve-se este objetivo na planificação para a eventualidade de surgir alguma comunidade que necessite de uma intervenção com as características da ação “Aprender na Rua”.

Para que atingíssemos o objetivo específico “Promover uma participação assídua no Aprender na Rua das crianças e jovens”, foram realizadas no período em análise, 70 sessões em contexto de rua e de sala (por vezes em simultâneo rua/sala). Sempre que possível, as crianças encontram-se na rua, mas depois o grupo é dividido em dois – um vai para a sala e o outro fica na rua. Alternadamente, todas as crianças foram alvo de atividades diferentes, mais enfocadas no treino de competências pessoais e sociais. Esta divisão do grupo foi necessária devido aos problemas a nível comportamental e à falta de regras que a maior parte das crianças que acompanhamos apresenta, não tornando viável um elevado número de crianças em sala.

Este ano, a acrescentar a estas ações, houve a criação de grupos restritos – um só de raparigas e outro só de rapazes – também eles com uma planificação específica e em dias diferentes das sessões do “Aprender na Rua”. Surgiu a necessidade de constituir estes grupos porque a equipa constatou que havia um conjunto de crianças mais velhas que já não se identificavam com as atividades desenvolvidas na rua e acima de tudo,

já não gostavam de estar com as crianças mais novas e tinham outros interesses. Note-se que não estamos a falar de diferenças de idade muito significativas, mas atendendo aos costumes da cultura cigana, as crianças assumem responsabilidades de adultos em idades muito precoces (12/13 anos...). Uma vez mais, devido a questões culturais, os grupos tiveram de ser separados (raparigas para um lado e rapazes para outro). Com estes grupos restritos, procurou-se acima de tudo promover a frequência escolar e combater o absentismo e o abandono; trabalhar algumas competências pessoais e sociais e sensibilizar para algumas temáticas relacionadas com a sua adolescência.

Cada grupo reúne uma vez por semana, tendo-se realizado no período em análise, 17 sessões para as raparigas e 30 para os rapazes.

Com a mudança do ano letivo, houve a necessidade de fazer algumas reestruturações nos grupos porque houve elementos que saíram (alguns por falta de disponibilidade no horário escolar) e outros que entraram pela primeira vez. O retomar da rotina após as férias demorou o seu tempo, mas no final do 1º período os grupos já estavam mais estabilizados.

Passamos de seguida a apresentar uma caracterização (género, faixa etária e assiduidade nas sessões) do universo das crianças que foram alvo de uma intervenção/acompanhamento (quer seja nas sessões em sala, na rua, quer ao nível dos grupos restritos).

Houve um total de 115 crianças/jovens abrangidos, não sendo muito significativa a diferença entre o nº de raparigas (52) e o nº de rapazes (63).

A maioria das crianças tem idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos (74%). Predominam as faixas etárias coincidentes com as crianças que frequentam a escola. A partir dos 13/14 anos é quando se acentuam as situações de absentismo ou mesmo de abandono escolar. Nestas idades temos mais dificuldade em conseguir a sua adesão às nossas atividades, pois alguns estão a preparar-se para iniciar a “vida adulta”.

Do universo das 88 crianças que foram identificadas na ação “Aprender na Rua” (as restantes 27 dizem respeito aos grupos restritos), conseguimos manter um grupo mais assíduo de cerca de 20 crianças, com as quais foi possível fazer um trabalho mais sistemático ao nível do treino de competências. No entanto, no que respeita às situações de risco, estão a ser acompanhadas através destas sessões bissemanais (rua/sala) 24 crianças, sendo que grande partes são assíduas e têm ótima relação com a equipa – o que representa uma boa base para a intervenção junto das suas famílias.

Quer seja, em sala ou na rua, há a preocupação em abordar diferentes temas com as crianças, de acordo com as necessidades observadas. Assim, de janeiro a dezembro, explorámos as seguintes temáticas: dias festivos (Carnaval, S. Valentim, dia do pai, dia da mãe, Páscoa, Primavera, dia da criança, Santos Populares, Halloween, S. Martinho e Natal), o ambiente, as cores e a importância da escola.

Realçamos que este último tema foi dinamizado por uma estagiária de animação sociocultural. Foram realizadas entrevistas às crianças, realização de trabalhos e no final, houve a apresentação de uma peça de teatro feita com as crianças e que contou com a presença de alguns pais.

Consideramos ainda importante destacar a comemoração dos aniversários pelo impacto que causa nas crianças. De um modo geral as famílias não festejam os aniversários e quando somos nós a fazê-lo, com uma pequena festa, as crianças ficam muito sensibilizadas.

Ainda ao nível das atividades, as crianças e jovens tiveram a oportunidade de usufruir de aulas de capoeira, uma vez por mês, graças à colaboração da Federação Portuguesa de Capoeira.

Também a Associação Jorge Pina proporcionou um conjunto de 11 sessões de *Music Boxe* para as crianças/ jovens desta comunidade, para poderem experimentar esta modalidade desportiva.

Esta iniciativa decorreu durante o mês de agosto e início de setembro, 2 vezes por semana, tendo participado cerca de 50 crianças (com um grupo assíduo de 10 crianças).

Com o início do ano letivo, o atleta Jorge Pina em conjunto com as entidades que compõem o Grupo Comunitário, decidiu que seria uma boa estratégia esta iniciativa passar a ser desenvolvida na escola de 1º ciclo como forma de motivar as crianças para a frequência escolar. O balanço feito até ao final do 1º período é muito positivo, com uma redução significativa do absentismo escolar (em comparação com o ano transato).

Pelo grupo das raparigas passaram 10 adolescentes, sendo que apenas cerca de 4 foram mais assíduas, com mais de 50% de presenças. Foi um grande desafio conseguir motivar este grupo para as atividades

propostas pela equipa. Procurámos abordar temáticas que fossem de encontro com os seus interesses, tais como a violência no namoro, o corpo humano, educação sexual, culinária, maquilhagem, entre outros ateliers. Ainda assim, as questões relacionadas com os namoros, os casamentos destabilizam muito estas jovens e foi com muita dificuldade que se conseguiu abordar outros temas. Por serem raparigas, coloca-se aqui muito preocupante a questão da escola, pois a partir de uma certa idade (13/14), acontecem com alguma frequência os abandonos escolares, especialmente quando transitam para o 2º ciclo e mudam de escola. Os pais consideram que já não devem ter contacto com os rapazes mais velhos.

O retomar do grupo após as férias do Verão foi difícil, predominando uma participação muito irregular. Face a esta situação, a equipa desenvolveu estratégias no sentido de promover a participação de outras jovens do bairro, para alargar o grupo.

O grupo dos rapazes foi composto por 17 adolescentes e, também aqui, a assiduidade não foi conseguida – apenas 2 tiveram mais 50% de presenças. Conseguiu-se, no entanto, desenvolver mais sessões do que no grupo das raparigas. Neste grupo destacam-se os problemas ao nível do comportamento e do interesse pelas atividades propostas. A equipa procurou desenvolver ateliers mais práticos (construíram uma mesa de ping-pong; construção de foguetões de água, bolas de malabarismo; aviões de balsa, etc.) e jogos. A capoeira (com a colaboração da Federação Portuguesa de Capoeira) foi também pensada especialmente para este grupo, mas como abrimos à participação de outras crianças, alguns dos jovens do grupo já não quiseram participar. Foi um grupo muito resistente à entrada de elementos novos, especialmente se eram de idades mais novas. O grupo criou a sua identidade e passaram a chamar-se “Os Cavaleiros”.

Desde o início do ano letivo que o grupo tem vindo a incluir elementos com características diferentes. É um grupo mais heterogéneo e perspetiva-se que se possa criar uma dinâmica diferente.

Ambos os grupos são recentes e será necessário continuar a investir nestes adolescentes – as questões culturais e as problemáticas que apresentam requerem que a equipa continue a desenvolver um trabalho mais individualizado e focalizado nas necessidades identificadas.

Um dos principais desafios desta equipa é conseguir, gradualmente, melhores resultados para o objetivo “Promover a mudança de comportamentos e a aquisição de novas aprendizagens”, sem, no entanto, descuidar que a sua identidade cultural não pode ser esquecida durante o processo de aprendizagem.

A equipa continua a sentir alguma dificuldade em conseguir avaliar a aquisição das competências das crianças que acompanha, pelo facto de que não é um grupo sempre constante. As atividades realizadas em sala tornam mais fácil esta avaliação, pois é possível individualizar o trabalho e até mesmo criar grupos com características semelhantes e com os quais se pode aplicar um programa de treino de competências.

Ainda assim, tem havido a preocupação em fazer a avaliação das crianças mais assíduas, o que correspondeu este ano a um grupo de 19 crianças.

Os resultados desta amostra no que respeita às competências pessoais e sociais revelam que ainda existem bastantes fragilidades, especialmente no que respeita à capacidade relacional e à assertividade. Algumas crianças adotam comportamentos agressivos que muitas vezes são entendidos pela equipa como chamadas de atenção. São crianças na maioria com baixa autoestima, desvalorização de si próprias. Revela-se, nesta perspetiva, muito importante no processo de acompanhamento destas crianças a valorização constante das suas qualidades.

Ainda numa perspetiva de contribuímos para a mudança de comportamentos e atitudes e de proporcionar experiências gratificantes fora do contexto bairro, realizámos 4 saídas sócio – educativas (Oceanário, Parques dos Índios, Fragata D. Fernando – em Cacilhas e Vila Natal – em Óbidos), em que participaram em média 13 crianças por saída. Para além destas atividades em que participaram as crianças que apresentam melhor comportamento e com idades mais novas, realizaram-se mais 6 saídas com os grupos restritos (Teatro “O Príncipezinho” e “Tarzan”; Belém; Bowling (2x) e Jardim da Portela).

As saídas socioeducativas continuam a assumir uma grande importância para estas crianças, pois raramente as famílias lhes proporcionam essas experiências. Para a equipa constituem igualmente momentos privilegiados na medida em que podemos trabalhar outro tipo de regras/comportamentos em contexto fora do bairro. Nas crianças que já têm alguns hábitos de saídas conosco, são visíveis algumas melhorias no cumprimento das regras, assim como também as suas famílias já são mais cumpridoras dos horários e da alimentação.

Ainda no contexto de experiências gratificantes, é importante realçar a participação de 7 crianças em 9 encontros/intercâmbios no âmbito do Projeto Transversal da Rede Juvenil, sendo de destacar a participação de um jovem no intercâmbio final em Braga. Esta troca de experiências foi entre crianças/jovens de outras equipas e também de outras instituições. Foi uma experiência muito enriquecedora, em particular para as

nossas crianças que raramente têm contacto com outras realidades. Ao nível dos intercâmbios, houve ainda a participação de 3 crianças em 2 encontros de preparação da viagem a França patrocinada pelo *Secours Populaire Français* no âmbito da iniciativa “*Copains du Monde*” e a participação dessas crianças nessa viagem durante 10 dias. Apesar dos inúmeros receios das famílias, revelou-se numa experiência inesquecível para essas crianças. Para a equipa, foi também uma prova de confiança que estas famílias deram ao IAC.

Durante este período, continuou também a constituir um objetivo “Sensibilizar as crianças das escolas de primeiro ciclo para os direitos e deveres”.

Durante o ano letivo 2014/2015, continuámos a levar a Ação “Aprender na Rua” à EB1 Santa Maria dos Olivais. Através destas sessões lúdico-pedagógicas, foram abrangidas cerca de 120 crianças, num total de 6 turmas (em cada turma é dinamizada uma sessão por período). O tema principal continuou a ser “Os Direitos e Deveres das Crianças”, tendo sido abordados como subtemas, O Direito a Brincar e a Assertividade. Para além destas sessões, foi realizada uma animação de pátio, na Páscoa, destinada à comunidade escolar como um todo, envolvendo os professores e auxiliares de educação.

No início do ano letivo 2015/2016, demos continuidade a estas sessões, tendo-se realizado 6 durante o 1º período, em que se abrangeram cerca de 93 crianças. No Natal, realizou-se um atelier em que as crianças elaboraram um cartão de Natal, a decoração de um anjo e a realização de jogos.

Estas primeiras sessões abordaram a temática do Direito à Diferença, com a apresentação da história “Meninos de todas as cores”. O objetivo foi sensibilizar as crianças para as diferenças culturais, raciais e para a deficiência.

No ano letivo 2014/2015, foram igualmente realizadas sessões na Escola 2,3 das Piscinas. Uma turma do 8º ano foi alvo da aplicação de um conjunto de sessões sobre a temática do Tráfico de Seres Humanos e outra turma de 5º ano (maioritariamente de crianças de etnia cigana), beneficiou de 2 ateliers práticos, sendo que um deles abordou especificamente a temática da Criança Desaparecida para assinalar o dia 25 de maio. Para o ano 2015/2016 está prevista a realização de sessões para a turma de PCA 5º ano, com uma frequência mensal.

As sessões têm um efeito muito positivo, quer nas crianças, como nos professores, que valorizam muito a temática e as estratégias utilizadas na sua dinamização, sendo que alguns dão continuidade aos conteúdos nas suas aulas. Por outro lado, as sessões são facilitadoras de uma maior proximidade às escolas e também ajudam à sinalização de crianças em risco e à partilha de informações. Reforçam também a nossa ligação à escola, pois as crianças percebem que existe uma articulação estreita com os professores no sentido de acompanharmos o seu percurso escolar. Da avaliação recolhida junto das crianças, a maioria gostou da sessão e considerou que adquiriu novos conhecimentos.

Considerando que a intervenção é desenvolvida junto de uma comunidade cigana, o objetivo específico “Contribuir para a integração e sucesso escolar” assume aqui um especial destaque. É necessário a equipa estar muito atenta à integração das crianças na escola, pois com alguma frequência é desvalorizada, acontecendo tardiamente ou, não chegando mesmo a ser efetivada, quando se trata, por exemplo, do ensino pré-escolar.

A educação pré-escolar é pouco valorizada pelas famílias, cujo modo de vida permite manter as crianças na companhia dos pais. Os pais alegam choros, birras, sono, etc., como justificação para os filhos não irem ao jardim-de-infância. Como resultado da intervenção da equipa junto das famílias verificámos algumas melhorias na assiduidade de algumas crianças. De um universo de 27 crianças entre os 3 e os 5 anos identificado pela equipa, 15 estão matriculados, sendo que 4 não são assíduos ou deixaram de frequentar; 4 não estão inscritos e 8 não temos dados.

Para a concretização destes resultados, a equipa investiu muito nas conversas informais com os pais, em visitas domiciliárias, na articulação com as escolas e outros parceiros.

Quando avaliamos a integração no 1º ciclo, podemos constatar que a maioria das crianças que frequenta assiduamente o “Aprender na Rua” está integrada numa escola – o principal problema diz respeito, acima de tudo, à falta de pontualidade e ao elevado absentismo, o que não significa que não existam situações de abandono escolar.

Sendo a integração socioeducativa de crianças e jovens o nosso principal foco, consideramos fundamental a intervenção junto dos pais, cujas expectativas em relação à escola e à escolarização ainda não motivam um investimento importante no acompanhamento da integração escolar das crianças. Conseguimos, durante este ano, apoiar alguns menores a regressar à escola e a reduzir o nível de absentismo, mas temos ainda um longo caminho, pois os hábitos de vida, sem vínculos às estruturas do Estado, próprios da

comunidade cigana e a resistência em promover ou em ceder à mudança, dentro das normas da sociedade dominante, estão ainda muito enraizados e continuam a ser uma barreira para a obtenção dos resultados esperados por parte dos serviços, das instituições e técnicos.

A equipa valoriza diariamente as crianças e as famílias cumpridoras da frequência escolar e questiona as famílias das crianças que faltam, alertando-as para a necessidade de cumprir os deveres escolares.

Foi mantida a dinâmica da recolha trimestral das avaliações escolares junto dos professores das crianças mais assíduas. Desta forma, a equipa fica com o ponto de situação, não só ao nível da aprendizagem, mas, e acima de tudo, ao nível do absentismo escolar. Sempre que possível, esta informação é devolvida às crianças e às famílias – quer seja ao nível de um reforço positivo, quer seja na definição de estratégias para melhorar a situação.

Salientamos aqui a evolução da intervenção junto da EB 2,3 das Piscinas, onde já conseguimos acompanhar um grupo alargado de crianças (16). A maior parte integrou o 5º ano no presente ano letivo, sendo anteriormente acompanhadas pela equipa na escola de 1º ciclo. Consideramos muito importante o apoio às crianças e famílias nesta fase de integração no 2º ciclo, pois tem sido assinalada como uma etapa propícia ao agravamento do absentismo e do abandono escolar. De facto, conseguimos identificar, logo nas primeiras reuniões de avaliação, as dificuldades de aprendizagem e de interação das crianças do bairro. As exigências escolares ao nível de 2º ciclo (falta de conhecimentos de base e o incumprimento dos regulamentos estabelecidos) acabam por resultar no insucesso dos alunos e, consequentemente, na desmotivação para a frequência. A equipa está a desenvolver ações específicas com as crianças do 2º ciclo ao nível dos grupos restritos e a relação com a escola tem vindo a ganhar um maior dinamismo com o investimento na realização de reuniões frequentes com diretores de turma, com o contacto permanente com a técnica do Serviço Social da escola e com a realização de sessões pedagógicas.

Questões culturais da etnia cigana têm sido apontadas, por parte dos docentes, como fatores de insucesso na integração e aproveitamento escolar das crianças, sendo a desvalorização do papel da escola, o motivo fundamental desta problemática. Neste sentido, o absentismo, o comportamento inadequado na sala de aula e a falta de colaboração dos encarregados de educação são os aspetos mais evidenciados pela escola como obstáculos ao sucesso escolar dos alunos, que, por sua vez, são também os aspetos associados ao modo de vida das famílias ciganas.

A situação global das crianças desta comunidade é de tal forma preocupante que a Escola decidiu apelar à colaboração das várias entidades que fazem parte do Grupo Comunitário por forma a ser criada uma estratégia conjunta e concertada (IAC; SCML; Escola Segura; CPCJ Oriental; entre outras). Assim, no início do ano letivo, a escola reuniu com as famílias e as entidades com responsabilidade nesta matéria, para fazer um balanço negativo de como tinha corrido do ano passado, no que respeita ao abandono e absentismo escolar, apelando a uma maior responsabilização dos Encarregados de Educação no acompanhamento escolar das crianças.

Aparentemente, esta reunião surtiu algum efeito, pois no final do 1º período, a escola fez uma avaliação positiva quanto à assiduidade e cumprimento das justificações de faltas. No entanto, continua a haver casos resistentes.

A falta de instituições sediadas no bairro, com uma intervenção diária, fez com que o objetivo “Apoiar e encaminhar as famílias para as instituições/serviços competentes, corresponsabilizando-as de forma a garantir a satisfação das necessidades biológicas e psicossociais das crianças” assumisse um particular destaque na intervenção desenvolvida por esta equipa. Embora grande parte das famílias esteja a ser acompanhada pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (a maioria é beneficiária do RSI) e por vezes até por mais entidades, o facto é que as famílias recorrem muito à equipa do IAC para pedidos de apoio de diversa ordem. Ainda existe alguma resistência na deslocação aos serviços, algumas vezes por desconhecimento, outras por dificuldades de entendimento dos assuntos a tratar (é importante recordar que muitas destas pessoas não sabem ler nem escrever).

Todas as famílias que solicitaram apoio (total de 31) foram encaminhadas para as respostas competentes ou foram alvo de um acompanhamento direto por parte da equipa, nas áreas da educação, habitação, serviço social, saúde e cidadania. Houve um grande crescimento do número de pedidos de apoio face ao ano anterior – o que significa que a população começou a considerar a equipa como um recurso no bairro. No acompanhamento às famílias foram priorizadas as situações de maior carência e de situações de abandono escolar. É importante realçar que estas 31 famílias correspondem a 65 crianças que foram igualmente alvo de intervenção.

O acompanhamento dos utentes aos diferentes serviços mereceu também um grande investimento por parte da equipa, uma vez que as famílias apresentam grandes dificuldades em resolverem as situações autonomamente e com assertividade.

As características específicas destas famílias, no quadro de uma minoria étnica, com hábitos e costumes fortemente enraizados, mas fora dos padrões da nossa sociedade, têm levado a equipa a refletir e a procurar apoio junto dos parceiros e outras entidades, no sentido de perceber de que forma se deverá atuar perante situações que geralmente se consideram de risco, mas que aqui ocorrem com relativa normalidade e sem que os serviços atuem de acordo com os procedimentos a que, formalmente, se encontram obrigadas. Destacamos, aqui, as situações de grave absentismo e abandono escolar, os casamentos entre adolescentes muito novos que rompem com o percurso escolar e formativo a que deveriam dar continuidade, o incumprimento nas questões da habitação (falta de pagamento de rendas; ligações ilegais de água e luz; ocupação ilegal e permutas não autorizadas; vandalização das infraestruturas do bairro...) atividades de venda não declarada e os sinais exteriores de riqueza que acumulam com o benefício do RSI, etc.

O quadro seguinte dá uma perspetiva da intensidade da ação junto destas famílias.

Tipologia de Ações	Nº de Ações
Atendimentos em sala e na Unidade Móvel	41
Atendimentos na rua	86
Visitas domiciliárias	118
Visitas domiciliárias integradas (SCML/Escola)	11
Acompanhamento a serviços	74
Encaminhamento para entidades para apoio material (ex: Humana, OptiKa, etc...)	Vários
Contactos e articulação com outras instituições e serviços	Vários
Outros apoios (marcação de consultas, preenchimento de formulários, leitura de correspondência, etc.)	Vários

Ainda enquadrado neste objetivo, existe a intenção da equipa em promover a participação das famílias em ações pedagógicas, tendo em vista o reforço das competências parentais.

Apesar da relação de proximidade com as famílias ter vindo gradualmente a melhorar, assim como a relação de confiança, prevalece a dificuldade em a equipa conseguir mobilizá-las para a participação em ações específicas (quer sejam relacionadas com os filhos ou em benefício próprio). Ainda assim, conseguimos a participação de algumas mães num atelier de velas, de culinária, de apresentação de uma peça de teatro aos filhos, reunião de preparação de viagem a França, reunião promovida pela escola e ainda a participação em entrevistas para o Projeto “Aprender, Brincar, Crescer”.

Trata-se de um projeto resultante da parceria entre várias entidades e que visa fomentar a aprendizagem natural da criança através do brincar e promover a interação entre todos os participantes, crianças e adultos. Tem como destinatários crianças até aos 4 anos que não frequentem a creche ou Jardim de Infância, acompanhados pelos pais. Consideramos que poderá ser uma experiência muito estimulante para as crianças e enriquecedora para as mães que na sua maioria são ainda jovens, logo mais recetivas a novas aprendizagens. Conseguimos envolver 10 mães na fase das entrevistas, tendo sido selecionadas 6 para constituir o primeiro grupo que deverá iniciar em 2016.

É importante salientar que esta população nunca foi alvo de uma intervenção consistente e sistemática por parte de alguma entidade e isso reflete-se ao nível do seu envolvimento em iniciativas que não sejam de âmbito comunitário. O desconhecimento e a desconfiança do que se vai passar; as tarefas domésticas e os filhos; o receio ou mesmo a não permissão por parte dos maridos, apresentam-se como as principais razões para não aderirem às iniciativas.

O objetivo “Identificar situações de risco e colaborar na sinalização, criação e implementação de planos de inserção” requer um grande investimento por parte da equipa, não só pelo elevado número de crianças diagnosticadas como estando em situação de risco, assim como, por vezes, pela gravidade das mesmas. As principais problemáticas identificadas são: abandono escolar; absentismo; insucesso escolar; dificuldades de aprendizagem; problemas de comportamento; negligência na higiene, saúde e acompanhamento escolar; carência socioeconómica e a falta de condições habitacionais.

Assim, relativamente a este objetivo, foram identificadas 56 crianças em situação de risco: 37 identificadas pela equipa e as restantes 19 foram sinalizadas pelos parceiros, sendo que a maioria tem

mais de uma problemática associada.

Face aos resultados desta avaliação, devemos realçar a gravidade da situação geral da população infantil e juvenil desta comunidade. Consideramos que as questões culturais e as dificuldades económicas contribuem em grande medida para a situação atual. Sendo particularmente a área da educação a principal problemática identificada, foi aquela que mereceu uma maior atenção por parte da equipa, alertando logo desde o início os parceiros para a necessidade de uma intervenção integrada. A relação das crianças com a escola reflete a desvalorização que a comunidade em geral tem acerca desta entidade e, por este motivo, considera-se essencial a intervenção junto das famílias. Destacamos, também, as situações precárias de habitabilidade, a falta de recursos e a instabilidade de algumas famílias, como problemas graves que condicionam o desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens.

Para além dos acompanhamentos, conseguimos realizar 22 planos de intervenção conjuntos com outras entidades (SCML e Escola) para as situações prioritárias. Cumpre aqui destacar a boa colaboração dos parceiros envolvidos que foram correspondendo positivamente ao desenvolvimento de uma intervenção integrada.

As entidades com as quais temos vindo a desenvolver um trabalho integrado para a resolução das situações são: a Gebalis e a C.M. Lisboa para as questões habitacionais; a SCML Oriental (equipa de acolhimento social e equipa de apoio à família) que constitui um dos parceiros privilegiados, na medida em que acompanha a maior parte das famílias sinalizadas por nós; a CPCJ Oriental; CPCJ Amadora; EATTL; Escolas (EB1 Stª Maria dos Olivais, Colégio Eduardo Claparède, Colégio Bola de Neve; Colégio das Descobertas; EB 2,3 Fernando Pessoa; EB 2,3 das Piscinas, EB 2,3 de Marvila, Panioli - receção de sinalizações, encaminhamentos, pedidos de vaga, integrações de alunos em abandono escolar, etc.); a Associação das Famílias Diferentes (apoio ao nível da alimentação, apoio escolar); o Centro de Saúde dos Olivais; Clínica da Encarnação, Hospital Júlio de Matos; Unidade de Saúde da SCML Dr. Domingos Barreiro; Cerci; Cesis e Pastoral dos Ciganos (Bº Zambujal), entre outras.

Manteve-se como metodologia, uma intervenção mais individualizada junto de algumas crianças sinalizadas em situação de risco. Das 56 situações identificadas, cerca de 42 crianças foram acompanhadas ao nível dos grupos, nos quais foi possível acompanhar de uma forma mais individualizada/sistemática cerca de 16 crianças, em que se deu especial enfoque às problemáticas relacionadas com o absentismo/abandono escolar e com os cuidados de saúde.

Em relação à devolução dos resultados obtidos ao nível do trabalho interinstitucional – “Promover/apoiar a criação e/ou o desenvolvimento de grupos interinstitucionais comunitários”, temos a destacar o Grupo Comunitário do Bº Alfredo Bensaúde e do qual fazem parte os seguintes parceiros: Gebalis (entidade dinamizadora); IAC; SCML; Escola EB1 Santa Maria dos Olivais; PSP; Centro de Saúde; Junta de Freguesia dos Olivais; Associação das Famílias Diferentes, Fundação Aga Khan; Pastoral dos Ciganos, Elo Social e a Associação Jorge Pina. Para o ano de 2015, o Grupo Comunitário criou uma planificação muito centrada na continuidade das ações relacionadas com a preservação do meio ambiente, com o envolvimento da população (crianças e adultos).

Neste sentido, foi realizado um giro com as crianças pelo bairro para identificação das zonas mais prioritárias (especialmente ao nível da segurança e da higiene), em que elas próprias tiraram fotos e deram ideias de como gostariam que essas zonas ficassem num futuro próximo. Houve uma caça ao lixo, com a participação das crianças e técnicos (as famílias ficaram apenas a observar) e com a preciosa colaboração da Junta de Freguesia que facultou as luvas, 2 cantoneiros, vassouras e sacos do lixo. Os adultos foram convidados a participar em duas sessões temáticas dinamizadas pela CML (uma sobre o acondicionamento dos monos e outra sobre as pragas) e ainda dirigido aos adultos, um atelier dedicado à mulher (maquilhagem e culinária). O dia mundial da criança também foi realizado com a colaboração de todos os parceiros, que se distribuíram por diferentes ateliers para proporcionar um leque variado de atividades às crianças.

Já perto do final do ano, foi realizada uma ação de sensibilização “Prevenção de violência doméstica”, promovida pela CML. Esta ação realizou-se em parceria com o IAC, Pastoral dos Ciganos e UMAR e na qual participaram 15 mulheres.

As reuniões do grupo mantiveram uma periodicidade mensal e constituem um momento de partilha de informações e de pôr em comum a intervenção que está a ser desenvolvida por cada parceiro.

No decorrer do mês de agosto, o Grupo Comunitário foi confrontado com a decisão da Associação Famílias Diferentes ir sair do bairro devido a constrangimentos financeiros e à falta de recursos humanos.

Perante este dado, a Junta de Freguesia dos Olivais assumiu o compromisso enquanto entidade gestora das 2 lojas, comprometendo-se a realizar obras e a criar as condições necessárias à continuidade da

intervenção dos parceiros locais, vislumbrando-se uma utilização partilhada entre o IAC e a Pastoral dos Ciganos.

Nesta perspetiva, e com a atribuição de uma sala para a equipa, está prevista a instalação do IAC no bairro, passando a intervenção a ser desenvolvida diariamente nesta comunidade.

A ação “Aprender na Rua” continuou a apostar no princípio metodológico do Projecto Rua - “...ir ao encontro e estar com...”, em contexto de rua, de bairro. A Unidade Móvel lúdico-pedagógica constitui um recurso importante nesta ação, sendo um suporte às atividades e um meio privilegiado de captação das crianças e jovens. Através de atividades lúdicas e pedagógicas atingimos aquilo que consideramos ser o essencial: o diagnóstico, a sinalização e o acompanhamento / encaminhamento das situações de risco/perigo e desta forma prevenir que situações mais graves possam acontecer. E é aqui que se torna fundamental a articulação entre as instituições locais e a existência de grupos interinstitucionais que respondam às principais necessidades da população das comunidades.

Para além desta intervenção no Bº Alfredo Bensaúde, a equipa ainda colabora na dinamização de ações transversais do Projecto Rua, destinadas a outros grupos alvo e também é beneficiária de ações de supervisão, de formação/sensibilização com o objetivo de adquirir ou reciclar conhecimentos que ajudem a tornar a intervenção mais eficaz. Nesta perspetiva, houve a participação de vários elementos da equipa em Encontros/Seminários sobre a temática da população cigana.

3. NÍVEL DO REVALORIZAR

3.1. Centro das Redes Sociais

3.1.1. Eixo da Divulgação/Transferibilidade

Ao longo do ano de 2015, o Projecto Rua continuou a partilhar a sua filosofia de intervenção junto dos vários grupos alvo, contribuindo para a tomada de consciência sobre a problemática da criança/jovem em perigo, quer presencialmente, quer através de Folhas Informativas.

Desta forma, foi possível transmitirmos a nossa metodologia de trabalho aos grupos que nos solicitaram esse tipo de informação, como foi o caso de alunos do ensino secundário e superior, e também com organizações da sociedade civil, algumas das quais manifestando a vontade de estabelecer protocolo de cooperação institucional com o objetivo de rentabilizar recursos e promover a ajuda mútua, como é exemplo a Federação Portuguesa de Capoeira e a Associação para o Planeamento da Família.

Como resultado do reconhecimento que nos é prestado por diferentes instituições, nomeadamente no que diz respeito à metodologia de intervenção que nos caracteriza, fomos convidados a colaborar enquanto preletores em vários seminários, tendo igualmente dinamizado vários workshops de formação sobre temas de particular interesse para quem trabalha com populações mais vulneráveis a situações de risco.

No decorrer do ano fomos ainda solicitados para colaborar em estudos no âmbito do tráfico de seres humanos. Na qualidade de membro da Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT), o IAC – Projecto Rua associou-se igualmente à campanha de sensibilização que pretende alertar a população para o crime do tráfico de seres humanos, nomeadamente na vertente de exploração laboral, fazendo a sua divulgação através das redes sociais e *site* do IAC.

Também recebemos profissionais que nos procuram para partilhar metodologias. Neste sentido, reunimos no dia 13 de Maio com um representante espanhol da *Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil* (FAPMI), que nos contactou enquanto instituição-membro em Espanha da rede ECPAT International. Esta visita foi paralela a outras reuniões com diretores dos hotéis Accor em Portugal, que tiveram como objetivo sensibilizá-los para a prevenção do turismo sexual em Portugal e apresentar o Código de Conduta para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual em viagens e turismo – “*The Code*” (<http://www.thecode.org/>). O Projecto Rua e o SOS Criança refletiram com o representante da FAPMI acerca da legislação nacional referente ao sistema de proteção e do fenómeno da prostituição infantil e turismo sexual em Portugal, tendo apresentando a Linha SOS Criança e a intervenção do IAC a este nível.

No que respeita à divulgação da intervenção do Projeto Rua que é feita através dos *media*, e que este ano se traduziu em 4 reportagens e entrevistas, foi dada resposta à totalidade dos pedidos e os conteúdos dos produtos por eles realizados, refletiram respeito, veracidade e fidedignidade.

Num ano continuamente marcado pela crise económica e social que inevitavelmente tem vindo a tocar

de forma especial as famílias mais vulneráveis, tivemos mais uma vez a oportunidade de reunir donativos (alimentação, roupa, ingressos para espetáculos) e distribuí-los pelas “nossas” crianças e suas famílias, contribuindo desta forma para atenuar o impacto que a crise tem vindo a exercer junto das nossas famílias e a proporcionar a oportunidade de participar em atividades recreativas e culturais, que de outra forma dificilmente teriam acesso.

Um dos exemplos é o da Campanha de Peluches para a Educação da *IKEA Foundation*, bem como a participação em circos e outros espetáculos.

3.1.2. Formação

Tendo como premissa a promoção da reflexão sobre a problemática da criança/jovem em risco e o reforço de conhecimentos e a transferibilidade de metodologias, o Eixo da Formação procurou, ao longo do ano, dar continuidade à criação de mecanismos para melhorar o sistema de gestão da formação, pelo que não podemos deixar de referir a importância da continuidade do Grupo de Trabalho da Atividade Formativa do IAC, tendo em conta a importância da uniformização dos procedimentos a ter em conta nesta área por parte dos diferentes setores do IAC.

O IAC e nomeadamente a equipa do Projecto Rua tem desenvolvido a sua atividade formativa no sentido de contribuir para a qualificação das organizações, dos seus profissionais e da população em geral, pelo que urgia iniciar a implementação de um sistema de gestão da qualidade formativa.

Reforçando o que foi acima referido, esta equipa avaliou junto da coordenação a importância e a pertinência de o IAC iniciar novo processo de candidatura no âmbito da Certificação, assumindo o Projecto Rua a liderança deste processo.

A Certificação da atividade formativa do IAC constituindo uma ação transversal aos objetivos que delinearemos para 2016, virá igualmente reforçar a estratégia de comunicação entre os diferentes setores, bem como rever e harmonizar o sistema de planeamento, monitorização e avaliação da entidade como um todo.

O Projeto Rua continuou a apostar na formação interna da sua equipa, cujas mais-valias se refletem nos quatro domínios do saber, reforçando os conhecimentos ao nível das problemáticas, dos recursos existentes, das estratégias e práticas de intervenção, permitindo melhorar a eficácia e eficiência da sua atuação. É de realçar que, todos os elementos da equipa participaram em pelo menos uma ação de formação /Encontro/Seminário.

Como estratégia de disseminação e partilha de informação, é intenção desta equipa promover, pelo menos uma vez por ano um momento de formação cooperada. No entanto, este ano tal ação não foi priorizada em virtude do elevado número de solicitações externas para a dinamização de sessões de sensibilização sobre os direitos da criança e prevenção de perigos, junto de diferentes escolas e associações.

Partindo da premissa que o lúdico facilita a apreensão dos conteúdos pedagógicos, procuramos numa linguagem atenta e adequada lembrar às crianças que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”, e que, para que esses direitos se efetivem temos necessariamente que os conhecer.

Procuramos, ainda que com alguma subtilidade levantar questões como o direito à imagem e à privacidade; o respeito pelo nosso corpo e a nossa intimidade; a capacidade de saber dizer que não e outras formas de defesa perante certos tipos de perigo, etc.

Tem sido uma experiência muito gratificante, dado o interesse e entusiasmo devolvido pelas crianças. Das 88 crianças e jovens que beneficiaram das diferentes ações de sensibilização, 91,6% referiram ter gostado e aprendido muito. Relativamente aos professores das turmas-alvo e a quem também foi solicitada uma avaliação, foi possível apurar 78,88% com avaliação Excelente e 21,11% com avaliação Bom, tendo por base a aplicação de 9 parâmetros de avaliação.

Ainda a nível do investimento na formação interna, mantivemos a relação estreita com o SICAD, que numa tarde por mês tem vindo a proporcionar às equipas do Projecto Rua um momento de partilha, avaliação e supervisão. Esta iniciativa, que tem vindo a ser valorizada pelos elementos que nela participam, permite a análise da intervenção de forma mais distante e por consequência mais objetiva. É por essa razão uma ação de extrema importância para o sucesso da intervenção.

À semelhança de anos anteriores, o Projeto Rua promoveu mais uma ação de formação para Animadores (24^a), através da qual se pretende o reforço da formação teórica – prática dos vários agentes de intervenção social.

O tema escolhido para este ano – “Prevenção de Riscos na Intervenção Social – Uma questão de Direitos” – visava, por um lado, promover a reflexão acerca do papel do técnico enquanto pessoa e profissional, e o conhecimento de estratégias de prevenção de risco, e por outro, a transferibilidade de metodologias testadas no terreno e a partilha de experiências.

Todos os formandos consideraram a formação muito satisfatória, tendo realçado a pertinência dos temas abordados, o elevado nível de conhecimento dos formadores; as metodologias ativas e as técnicas lúdico-pedagógicas; o ambiente relacional e interpessoal, bem como a capacidade organizacional.

No decorrer deste ano e em consequência da avaliação muito positiva da sessão de formação subordinada ao tema “Jovens Multidesafiadores”, dirigida, em particular, a professores de turmas PIEF, fomos convidados por diferentes escolas a dinamizar sessões junto da comunidade educativa local. Também outros profissionais a intervirem em várias instituições sediadas em diversos municípios do Algarve e algumas CPCJ nos solicitaram a dinamização destas sessões.

Esta formação que tem como objetivo principal que os participantes adquiram e reforcem os seus conhecimentos por forma a melhorar a intervenção junto de jovens com comportamentos disruptivos; nomeadamente sobre o contexto familiar em que estes jovens cresceram/vivem e os impactos ao nível individual, na interação com os outros e no seu percurso de vida, promovendo a reflexão sobre estratégias de intervenção, tendo sempre ponto de partida as suas potencialidades; tem-se revelado como uma ferramenta de trabalho muito positiva. Dos 194 profissionais que participaram nestas ações, mais de 92% avaliaram como excelente, especialmente no que se refere à pertinência do tema, à sua aplicabilidade na intervenção e ao aprofundamento e/ou aquisição de novos conhecimentos.

No que diz respeito à ação “Prevenção dos Abusos Sexuais”, também esta teve uma avaliação muito positiva. Dos dados que foram possíveis analisar, podemos concluir que esta ação foi bem sucedida, no que ao cumprimento dos seus objetivos dizia respeito.

A motivação dos formandos é normalmente um fator crítico no sucesso de qualquer formação. Acreditamos que os formando estavam motivados, uma vez que os fatores que mais pesaram na decisão de participar na ação de formação foram a pertinência do tema e dos conteúdos anunciados, seguido de imediato pelo intervenientes/formadores” e o “aprofundamento e/ou aquisição de novos conhecimentos”.

O módulo referente à abordagem dos maus-tratos foi o que alcançou os objetivos mais satisfatórios (avaliação excelente a todos os parâmetros de avaliação).

Os restantes módulos tiveram avaliações muito idênticas: excelente relativamente à pertinência e ao aprofundamento e aquisição de novos conhecimentos, reunindo também uma avaliação muito boa (4) relativamente à aplicação dos conhecimentos ao contexto de cada intervenção.

Houve formandos que sugeriram – face à quantidade e pertinência dos conteúdos transmitidos – que seria positivo aumentar futuramente a duração da ação de formação, tendo em consequência já sido solicitado à equipa a organização de novas ações de formação neste âmbito.

De uma forma de geral, os formandos gostaram do desempenho das formadoras, da clareza da linguagem utilizada e da empatia que conseguiram estabelecer com cada participante.

No que diz respeito ao *workshop* “Direito à Participação” e tendo em conta as avaliações recolhidas, foi possível extrair as seguintes conclusões:

Quanto às expectativas, houve unanimidade relativamente à satisfação das expectativas geradas pelos formandos, encontrando-se entre os argumentos apresentados, fatores como a riqueza da informação transmitida, pelo dinamismo da formação, pertinência e adequabilidade dos conteúdos e reflexão provocada em torno da participação juvenil.

Em relação à organização da formação, os formandos referiram que os objetivos foram cumpridos, tendo sido dadas diferentes estratégias de trabalho e abordagem para os jovens. Foram utilizados adjetivos como equilíbrio (entre teoria e dinâmica de grupo), acessibilidade (à compreensão e reflexão), e mais-valia (na prática profissional).

Quanto ao funcionamento das sessões e Motivação/Participação, verificou-se unanimidade relativamente ao funcionamento das sessões e Motivação/Participação, tendo a avaliação grau de Bom.

Quando se perguntou aos formandos de que forma esperam aplicar os conhecimentos adquiridos, os formandos manifestaram a sua vontade em aplicar os conhecimentos adquiridos (estratégias,

instrumentos, metodologias), através da sua implementação *tout cour* no trabalho diário ou no ajuste das atuais formas de trabalho, incorporando os novos conceitos.

No último trimestre do ano, foram dinamizados pela equipa 2 *workshops* de Prevenção do Tráfico de Seres Humanos (TSH) com o objetivo de disseminar o Manual de Formação do *Catch and Sustain* e de capacitar os técnicos para uma intervenção nesta problemática, não só para detetarem possíveis situações de TSH como também capacitá-los para serem, também eles, agentes na prevenção junto das pessoas com quem trabalham.

Participaram 33 técnicos nestes *workshops* e das avaliações feitas pelos participantes, podemos verificar que de uma forma geral, avaliaram como excelente (5) a pertinência do tema e o aprofundamento e/ou a aquisição de novos conhecimentos. Em relação à aplicabilidade na sua intervenção prática avaliaram como muito bom (4). Foi possível ao longo da dinamização dos *workshops*, perceber que a maioria dos técnicos que participaram, não tinham conhecimento da dimensão deste fenómeno em Portugal e também revelaram alguma informação errada em relação à tipologia das situações de TSH.

A maior parte dos participantes também referiu que a forma de atuação (especialmente em relação às formas de coação utilizadas pelos traficantes e do comportamento das vítimas) era um conhecimento que lhes iria permitir olhar melhor para algumas situações e intervirem de forma diferente, ficando mais alerta para detetarem de forma mais eficaz, vulnerabilidades e riscos de possíveis vítimas de TSH. Em ambos os *workshops* ocorreram várias verbalizações de situações que os participantes tiveram conhecimento na sua vida profissional e que eventualmente poderiam constituir-se como possíveis situações de TSH. Este é sem dúvida um fenómeno que pela sua natureza é um fenómeno escondido, no entanto, acreditamos que é pela capacitação dos intervenientes sociais para detetar estas situações e pela sua denúncia, bem como na prevenção junto das pessoas com quem trabalham, que conseguiremos combater o tráfico de Seres Humanos.

No final do ano recebemos ainda algumas solicitações de outras entidades, para replicarmos este *workshop*, pedidos que já respondemos afirmativamente e que iremos realizar ao longo de 2016.

À semelhança de anos anteriores o Projecto Rua foi palco de acolhimento de 6 estágios, traduzindo-se num espaço privilegiado de complemento à sua formação académica e pessoal.

De uma forma geral podemos dizer que é uma cooperação em que ambas as partes ganham. O aluno exercita os seus conhecimentos teóricos e práticos (técnicos) e a instituição ganha um colaborador, sem que tenha que despende dinheiro no seu acolhimento. É também do ponto de vista institucional uma forma de transferir conhecimentos, ajudar a formar técnicos e perpetuar/ transferir a nossa metodologia.

Uma consequência natural desta relação é o estreitar da nossa ligação com o meio académico, conferindo legitimidade e robustez à intervenção.

A este propósito realçamos aqui a realização por parte da Coordenadora do Projecto Rua, de um trabalho de investigação – Mestrado em Política Social que permitiu uma análise avaliativa da qualidade de intervenção do Projecto Rua ao longo de 25 anos de intervenção. O trabalho apresentado foi considerado de grande qualidade, com elevado grau de profundidade científica e de problematização, merecendo-lhe a atribuição de uma Menção Honrosa.

3.1.2. Eixo da Cooperação Nacional

No que diz respeito à Rede Construir Juntos (RCJ), o trabalho realizado a nível nacional e em particular a dinamização do Pólo de Lisboa assumiram grande preponderância no plano das redes nacionais.

Assim, ao longo do ano, e a nível nacional, operacionalizou o seu plano de ação tendo em conta os 3 eixos de intervenção considerados prioritários: - Crianças Desaparecidas; - Direitos da Criança; - Coesão e Comunicação.

Destacamos a este nível, o trabalho desenvolvido e o empenho, quer dos técnicos, quer do grupo alvo para a operacionalização do eixo dos Direitos da Criança.

Procurando ajustar o plano de ação da RCJ aos interesses e vontade dos jovens da Rede Juvenil, estes propuseram-se trabalhar o tema “Cooperação para o Desenvolvimento – Socialização, Inovação Tecnológica e o Impacto nos Jovens” associando-se mais uma vez aos objetivos do Ano Europeu. Assim, no Pólo de Lisboa, foram desenvolvidas sessões de trabalho mensais, onde se reuniram 31 crianças e jovens com idades entre os 12 e os 23 anos. Estas sessões de partilha de ideias e de reflexão permitiram uma maior consciencialização dos jovens para realidades que nem sempre estão visíveis e também, promoveu uma maior motivação para o exercício da cidadania de forma esclarecida e responsável.

A metodologia utilizada na dinamização do grupo foi a mesma, mas este ano, colocámos um desafio aos jovens da Rede Juvenil. Este desafio consistia no lançamento de uma campanha digital que se pudesse tornar viral.

A reflexão sobre o tema do Ano Europeu para o Desenvolvimento foi o ponto de partida para esta campanha. Os jovens da Rede Juvenil Crescer Juntos do Pólo de Lisboa escolheram a imagem e o vídeo como formato adequado para transmitir a mensagem de que todos nós podemos Mudar o Mundo. Como já referido, o objetivo é fazer chegar esta mensagem ao maior número de pessoas e por isso, o meio escolhido para a sua divulgação e disseminação foi a internet.

Nos encontros de reflexão e de debate, os jovens propuseram-se partilhar 3 questões que consideram fundamentais para que exista cooperação para o desenvolvimento e assim foi criado um guião. A primeira questão tem a ver com a forma como comunicamos e a importância que devemos dar às necessidades dos outros. A segunda questão, prende-se com as escolhas que fazemos na nossa vida e os jovens destacam a importância da educação como um meio para vencer obstáculos, contrariar desigualdades e preparar um futuro, onde todos podem exercer a sua cidadania de forma responsável e informada.

Num terceiro momento, os jovens realçam o quanto é importante não discriminar ninguém e ter uma atitude proactiva na construção de um mundo mais justo e mais Humano.

E assim nasceu a Campanha MOM – Mudar O Mundo, já disponível no *youtube* em https://www.youtube.com/watch?v=QSdwRV_k_vQ. Simultaneamente foi lançado um desafio a toda a comunidade para aderir a esta campanha de sensibilização, partilhando o vídeo, disseminando a mensagem e onde, pintar o rosto, simboliza que vamos ser ativos na construção de um Mundo “mais colorido”, onde impere o respeito pelos outros e por nós próprios, enquanto seres humanos.

Desde a sua fundação, que o IAC tem pugnado por uma participação mais ativa das crianças e jovens, sendo o Direito de Audição e o Direito à Liberdade de Expressão uma das suas constantes reivindicações. Neste contexto, o trabalho desenvolvido pelos técnicos junto da Rede Juvenil Crescer Juntos, reveste-se de relevante importância e tem-se traduzido numa experiência riquíssima de partilha e aprendizagem mútua.

No entanto, podemos afirmar que o resultado mais gratificante é revelado pelos próprios jovens. A promoção do exercício da participação feita pelos técnicos tem encontrado uma enorme disponibilidade e interesse por parte das crianças e dos jovens envolvidos, sem esta postura e forma de estar, não seria possível obtermos, em conjunto, um resultado tão positivo especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de reflexão e de contribuir com a elaboração de propostas e sugestões sobre várias temáticas que os afetam diretamente no seu dia-a-dia e/ou que podem comprometer os seus projetos de vida num futuro próximo. Estes jovens não têm só “crescido juntos”, têm convidado outros a juntarem-se a si e a serem, como eles, agentes proactivos na defesa dos seus próprios direitos.

Na reunião Anual da Rede Juvenil “Crescer Juntos”, feita no final do Intercâmbio Anual, os jovens decidiram que em 2016 iriam trabalhar o tema “As diferentes formas de acolhimento e a autonomia de vida”. Nesta reunião estiveram presentes 23 jovens, a decisão do tema foi unânime e de alguma forma reflete as suas preocupações acerca da aplicação de medidas de promoção e proteção “quando a família não pode ou não consegue” (verbalização dos participantes).

Este foi um tema muito bem acolhido pela Rede Construir Juntos onde cerca de 1/3 das suas instituições membro têm a valência de acolhimento de crianças e jovens.

No ano em que a Rede Construir Juntos assinalou 18 anos de atividade, as entidades parceiras mais ativas uniram-se para organizar o Seminário Anual “A Maioridade de uma Rede – Paradigma do Presente, Perspetivas de Futuro”, no qual saiu reforçada a importância das parcerias e do trabalho em rede com vista ao desenvolvimento de competências de participação e de cidadania, em particular daqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade.

Neste seminário também ficou patente que outra das grandes vantagens de trabalhar em rede, se prende com a partilha de boas práticas e com a troca de estratégias de intervenção, de saberes e de conhecimentos, muitas vezes em formato de “ formação cooperada” entre os vários membros da Rede, muito especialmente entre os membros do mesmo Polo, sendo mais rara a possibilidade de realizar estas formações, entre membros de polos diferentes, unicamente por razões económicas.

Relativamente ao eixo das Crianças Desaparecidas, não obstante o esforço de melhoria que se tem vindo a desenvolver no âmbito da otimização das respostas nesta área e no reforço das competências dos técnicos

face aos procedimentos a adotar quando recebem sinalizações de crianças desaparecidas, constrangimentos de ordem financeira levaram a que algumas ações ficassem por realizar. Gostaríamos, porém, de salientar que os procedimentos devidos aquando do encaminhamento de sinalizações de desaparecimento foram devidamente acautelados.

No que diz respeito ao nosso papel enquanto entidade parceira, destacamos igualmente a nossa participação na Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico (RAPVT). Assim e no cumprimento daquelas que são as obrigações das entidades subscritoras do Protocolo da Rede, o IAC-Projecto Rua, através das suas equipas de terreno, adotou, nos casos de suspeitas que possam configurar situações de vítimas de tráfico de seres humanos, o Guião de Sinalização que, após preenchimento, é encaminhado para o Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH). Outra das obrigações assumida é o desenvolvimento de ações de sensibilização e formação na área do tráfico de seres humanos junto de técnicos, de modo a capacitá-los para a problemática, sensibilizando e apostando na prevenção. Embora tenhamos promovido ações de formação interna sobre o tema, cujos resultados não virão aqui espelhados, dado enquadrarem-se igualmente no projeto europeu “*Catch and Sustain*” (vide Cooperação Internacional).

Por outro lado e fruto da disseminação do Manual de Formação, começámos a receber pedidos para realizar workshops de prevenção do tráfico de seres humanos, cujos resultados são apresentados no eixo da Formação. Apesar de considerarmos que a capacitação dos intervenientes sociais e a sua sensibilização para os novos problemas sociais que vão surgindo e que exigem uma formação contínua de todos nós enquanto profissionais, não podemos deixar de mencionar aqui, neste item, enquanto nosso contributo para a concretização dos objetivos da RAPVT. A este nível, temos colaborado, sempre que solicitado pelo Relator Nacional para o TSH, na revisão de documentos e publicações, nomeadamente o Sistema de Referência Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.

Ainda no âmbito desta problemática, temos colaborado com a EAPN Portugal no projeto “*The Third Sector Against Pushed Begging*”, tendo contribuído para o “Relatório Nacional - Tráfico de Seres Humanos e Mendicância Forçada”, para o “Catálogo de Projetos” (que consiste em propostas de projetos que possam ser desenvolvidas em parceira) e participado em diversos eventos no âmbito do projeto.

Para o IAC, esta participação tem-se revestido de enorme importância e responsabilidade pelas expectativas criadas face ao papel que o IAC, enquanto entidade que promove e defende os Direitos da Criança, pode desempenhar no âmbito do apoio/encaminhamento a vítimas menores de TSH.

Destacamos também, ao nível da Cooperação Nacional, o convite para parceria no âmbito do projeto “Tudo aos Direitos” – Programa de Promoção da Cidadania e dos Direitos, que surge na sequência do trabalho que desenvolvemos junto das faixas etárias mais jovens no reforço do Direito à Participação.

Embora não tenhamos ainda resultados concretos a apresentar, consideramos de relevo acrescentar neste ponto, o envolvimento da equipa do Projecto Rua em ações de carácter comunitário que visam a obtenção de financiamento para implementação de novos projetos locais.

Assim, com o propósito da construção de uma estrutura que permitisse a candidatura ao novo Quadro Comunitário 2020 na área do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) em Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa mobilizou várias entidades (Juntas de Freguesia, IPSS, Associações várias, etc...) e constituiu a Rede DLBC Lisboa – Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa, da qual o IAC também se constituiu como membro associado.

Desde o início do ano, tem havido várias reuniões das quais resultaram, até ao momento, na aprovação da candidatura que a Rede DLBC submeteu à 1ª fase de pré-qualificação de candidaturas e também a construção e submissão de candidatura à 2ª fase – seleção de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).

3.1.3. Eixo da Cooperação Internacional

No âmbito da intervenção deste eixo pressupõe-se a participação em redes sociais internacionais através de projetos de cooperação com vários parceiros europeus, com vista ao desenvolvimento de ferramentas de trabalho que permitam uma intervenção mais adequada. Privilegia ainda este nível, a colaboração com os PALOP, através da monitorização e formação a projetos de intervenção em Cabo Verde.

Recebemos ao longo do ano um feedback muito positivo, valorizando as iniciativas por nós promovidas, bem como aquelas em que participamos. É de referir que o facto do IAC- Projecto Rua, pertencer a estas redes europeias e estabelecer uma forte parceria com os PALOP, é por si só um veículo potenciador da divulgação de toda a metodologia desenvolvida não só pelo Projeto Rua, mas também pelo IAC como um todo, em prol da promoção dos Direitos da Criança.

Podemos afirmar, portanto, que o IAC – Projeto Rua viu reconhecida a sua intervenção por parte de todos os parceiros, face ao papel enquanto parceiro ativo nas redes europeias, nomeadamente ESAN e EFSC.

Se por um lado, esta participação promove a visibilidade da instituição e a transferibilidade de boas práticas, por outro, potencia o acesso a informação diversificada acerca de recursos europeus e metodologias de outras instituições.

No que diz respeito à EFSC, mantivemos a participação ativa nas tomadas de decisão sobre a intervenção desta rede e demos o nosso contributo para o desenvolvimento do seu plano de ação, tendo mantido ao longo do ano o contacto e participação ativa nas diferentes ações promovidas.

No âmbito da nossa participação na EFSC, demos continuidade ao projeto europeu “*Cross-Actors Exchange Plattform for Trafficked Children on Methodology Building for prevention and sustainable Inclusion – Catch & Sustain*”.

Este projeto que integra diferentes instituições europeias, tem como objetivos aprofundar o conhecimento face à problemática do tráfico de seres humanos, nomeadamente das crianças, bem como capacitar os técnicos para uma intervenção preventiva nesta área.

A principal ação deste projeto foi a criação de um programa formativo na área da prevenção do tráfico de crianças, o qual foi desenvolvido com base na pesquisa teórica, análise de instrumentos existentes e realização de *workshops* com parceiros a nível nacional e internacional, os quais permitiram avaliar as necessidades na área da intervenção com crianças em risco de TSH e delinear o perfil deste grupo-alvo.

O programa de formação foi construído pelas várias ONG que compõem a parceria do projeto e divide-se em 2 partes, uma direcionada para profissionais e outra para crianças. A primeira, vocacionada para a sensibilização e capacitação de profissionais para esta temática, é constituída por 3 módulos: Identificação, *Empowerment* e Recolha de Dados.

A formação para crianças, - contributo integrante do IAC, tendo por isso, muitas dinâmicas de grupo, bem ao estilo da nossa abordagem usual, - visa a prevenção do tráfico e que as mesmas adquiram competências para se defenderem de possíveis situações nas quais possam vir a estar envolvidas. Esta parte aborda o tema do tráfico de seres humanos a partir de 4 dimensões: Mitos e Factos, Riscos e Sobrevivência, Abordagem e Recrutamento e Proteção e Prevenção.

Após o teste do programa formativo, foi finalizado o Manual que constitui o produto deste projeto, e que foi apresentado em Bruxelas na Conferência Final a 26 de março 2015. Para além do consórcio de parceiros do projeto, estiveram presentes representantes do Parlamento Europeu, representantes de ONG a operarem no âmbito da defesa e promoção dos Direitos da Criança, autoridades locais e regionais e comunicação social. A versão portuguesa encontra-se já disponível em formato digital.

Ainda no âmbito desta problemática e na sequência da cooperação que o IAC e nomeadamente o Projecto Rua tem vindo a desenvolver com o OTSH, fomos convidados a participar no *Workshop* Transnacional “*Improving coordination in the prevention and protection of children vulnerable to trafficking in human beings in Europe*” que decorreu de 27 a 29 de maio em Budapeste.

Promovido pela Associação “*Terre des Hommes*”, este encontro, cujo objetivo consistia em promover uma melhor cooperação transfronteiriça na prevenção do tráfico de crianças e proteção das suas vítimas, com especial incidência na Roménia e no Reino Unido, reuniu representantes de vários países europeus que durante 3 dias debateram e partilharam experiências no âmbito da sua intervenção direta com população vítima de tráfico de seres humanos.

Este *workshop* pretendeu ainda, através da discussão de estudo de casos, que os participantes partilhassem os procedimentos de cada país relativos à referenciação e à proteção de menores perante suspeitas de envolvimento em situações de tráfico. Enquanto representantes de Portugal e em conjunto com o Relator Nacional para o Tráfico de Seres Humanos, partilhámos o sistema de referenciação nacional em vigor, reforçando a importância da cooperação interinstitucional para uma melhor orientação para a sinalização de vítimas de TSH e mais eficaz atuação na proteção das mesmas, bem como a importância do trabalho de prevenção junto dos mais jovens reforçado com a apresentação do manual de Formação do projeto *Catch and Sustain*.

A convite de um outro parceiro do IAC-Projecto Rua, o CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, participámos numa formação europeia especializada, destinada a profissionais experientes na área do tráfico de seres humanos, no âmbito de um projeto europeu “*RESILAND - Participation, Capacities and Resilience of Children on the Move Against Trafficking & Exploitation*” (www.resiland.org), do qual o CESIS é parceiro e que decorreu em Atenas de 3 a 7 de Junho.

Esta formação surgiu na sequência de uma série de atividades de investigação desenvolvidas em Itália, Grécia, França e Portugal e teve por base o processo de participação das crianças. De carácter residencial, teve como principal objetivo reforçar as competências de profissionais de instituições que trabalham com crianças, dando enfoque ao reforço das estratégias e práticas que se baseiam nas perspetivas das crianças, nos seus recursos e no direito à sua proteção.

A formação foi realizada pela equipa da *Defence for Children* de Itália com a colaboração de um grupo internacional de especialistas que acompanhou o Projeto. Durante 4 dias muito intensos, uma equipa de excelentes formadores, deu-nos a oportunidade de usufruir de alguns dos conteúdos desenvolvidos pelo Projeto *Resiland* e de experimentar algumas das suas dinâmicas e técnicas. A formação centrou-se no tema dos direitos das crianças como um plataforma sistémica para redefinir e fortalecer os sistemas de proteção, programas e práticas, com especial ênfase na Convenção dos Direitos da Criança. Centrou-se também em abordagens para aumentar a resiliência através da participação ativa das crianças; nos ciclos de migração e dinâmicas interculturais na determinação de estratégias de proteção e ainda, nas narrativas e biografias das crianças, como elementos-chave para aumentar a eficácia de medidas que assegurem o melhor interesse da criança.

A convite da ESAN e à semelhança de anos anteriores, e tendo igualmente em conta a metodologia de intervenção do IAC-Projecto Rua, especialmente ao nível da promoção dos Direitos e do “*empowerment*” do grupo-alvo com quem trabalhamos, fomos convidados a participar nas Jornadas Europeias para a Erradicação da Pobreza que decorreram no Conselho da Europa em 16 de outubro. A técnica do Projecto Rua em representação do IAC apresentou uma comunicação centrada no trabalho de promoção da autonomia do grupo-alvo com que trabalha, reforçando a importância de se promover competências pessoais e sociais capacitando e dando voz aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e exclusão social.

Esta participação na Conferência Anual das ONG é de particular importância para o IAC – Projecto Rua pelo reconhecimento da qualidade da intervenção que estes convites lhe conferem.

Ainda no âmbito da parceria com a ESAN, o IAC foi convidado pelo *Secours Populaire Français* a participar com um grupo de 8 crianças e 3 técnicos numa semana de férias em França. Sob o alto patrocínio da UNESCO e com o apoio dos muitos voluntários e membros do *Secours Populaire*, foi possível dar corpo à iniciativa “*Copains du Monde*”, que tem como objetivo proporcionar a crianças que vivem em condições, por vezes, humana e socialmente adversas, a oportunidade de experienciarem momentos únicos e inesquecíveis, mas também de desenvolverem o espírito de solidariedade entre elas.

Relativamente à cooperação com Cabo Verde, mantivemos, ao longo do ano a nossa parceria com a ACRIDES, ao nível da supervisão e monitorização do projeto “Educação de Rua”. No entanto, por constrangimentos financeiros este acompanhamento continuou a ser realizado à distância e não in loco como desejável. Atualmente, estamos em fase de preparação de uma ação de formação para técnicos de intervenção comunitária a realizar na cidade da Praia mas cuja data, por motivos meramente financeiros, ainda não foi definida.

No último trimestre do ano, teve início a implementação do Projeto T.A.L.E. - *Training Activities for Legal Experts on Children Rights*, promovido por *Save the Children Italy* e que convidou o IAC para participar como parceiro no Projeto. Este é um projeto que envolve 3 setores do Instituto de Apoio à Criança; o CEDI - Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Infância que está como responsável pelo Projeto, O Serviço Jurídico que está como “*legal expert on children rights*” e o Projecto Rua que está como “*expert on children participation*”.

A técnica do Projecto Rua afeta a este projeto, tem como função específica assegurar a participação de um grupo de 10 crianças e adolescentes (com processos na área da justiça) nas atividades de consulta (5 a 10 sessões) e o seu envolvimento direto nas atividades de formação dos profissionais que as representam em qualquer procedimento judicial.

Para assegurar que a formação dos advogados inclui as vozes das crianças e dos adolescentes, a dinamização das sessões de consulta têm que permitir e facilitar que os participantes atuem como defensores dos seus próprios direitos, que expressem as suas necessidades e os seus pontos de vista, na sua própria linguagem e que ajudem a desenvolver materiais com uma linguagem perceptível e adaptados às crianças e adolescentes.

Um dos aspetos inovadores do Projeto é precisamente o envolvimento direto das crianças e dos adolescentes na formação dos profissionais que as representam. É através destas atividades de consulta que as crianças e os adolescentes têm a oportunidade de revelar as suas perspetivas sobre o processo de justiça e serem o ponto de referência inicial, identificando que aspetos nesse processo precisam de ser

melhorados para que exista uma Justiça Amiga da Criança.

Outro dos resultados esperados da participação das crianças e dos adolescentes, é o seu contributo direto na criação e desenvolvimento de materiais de formação *e-learning/online*.

Gostaríamos de salientar que os aspetos inovadores do Projeto TALE, vêm ao encontro de um princípio metodológico do IAC que desde sempre se preocupou em ouvir a Criança, dar-lhe voz e proporcionar-lhe o acesso e a oportunidade de se expressar junto de entidades e de decisores políticos, numa perspetiva de contributo para a melhoria de medidas na área da Infância e Juventude que, obviamente, têm impacto direto nas suas vidas.

Sem dúvida, que este projeto constitui uma oportunidade excelente para que as crianças e jovens portugueses possam “dizer da sua justiça”.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD: RE

Designação

Relações Externas

Responsável

Ana Filipe

Equipa

Ana Filipe – Docente ¹⁷

Outros Serviços Intervenientes

IPSS; Organismos Governamentais e Entidades Particulares

Duração Prevista

Atividade permanente

Objetivos

Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

- Analisar, informar, orientar e encaminhar situações apresentadas ao IAC;
- Colaborar e participar em ações com outras instituições e entidades, tanto a nível nacional como internacional;
- Desenvolver e assegurar uma rede de contactos com entidades nacionais e internacionais, interessadas na definição de uma política global da Infância.

77

Ações Desenvolvidas

- Representação do IAC em ações conjuntas com outras instituições de âmbito nacional e/ou internacional
 - Plataforma Saúde em Diálogo
 - Comissão Social Inter-Freguesias de Stª Maria de Belém e São Francisco Xavier
 - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
 - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Plenário da Comissão Alargada
 - Grupo dos Direitos da Criança
 - Grupo da Formação
 - Seminários e Congressos
- Atendimento e encaminhamento de situações apresentadas ao IAC
- Realização e participação em ações e campanhas de solidariedade, no âmbito dos objetivos do IAC
- Recolha e sistematização de dados referentes a Instituições de âmbito nacional e internacional, que desenvolvem ações na área da criança

¹⁷ Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

Resultados Obtidos

- Realização de diversas reuniões
- Colaboração na organização e realização de Campanhas de Solidariedade
 - . Campanha Nacional de Recolha de Material Escolar “É Capaz de lhes dizer que não?”
 - . A Cascata – *Food Franchise*
 - . Associação Portuguesa de Engenheiros para o Desenvolvimento Social
 - . Clube Millennium bcp
 - . Espaço Casa – Natal Solidário
 - . Fundação PT – Pontos TMN
 - . Seguros Allianz – Circo Chen
- Organização e realização de Conferências / Congressos / Encontros
 - . Teatro Nacional de S. Carlos - Concertos para Famílias
 - . VIII Conferência Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente
 - . Associação Humana – Por um Natal mais Verde
- Intervenção/Participação em Conferências / Programas
 - . Conferência “Jogos Tradicionais no processo de socialização de crianças e jovens”
 - . Programa Agora Nós, RTP
 - . Programa Notícias, TVI24
 - . Conferência “Projecto Amar é Agasalhar”, Escola Profissional Magestil
 - .
- Participação em Conferências / Encontros
 - . Conferência de Imprensa “As Histórias do Lucas”
 - . Encontro Nacional de Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
 - . Apresentação Pública do Relatório da Cáritas Europa 2015 “O aumento da pobreza e das desigualdades” - Modelos sociais justos são necessários para a solução

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD: SA

Designação
Serviços Administrativos/Financeiros

Responsável
Pina e Silva ¹⁸ Paulo Santos ¹⁹

Equipa
<u>Setor de Secretariado e Apoio Geral (SAGE)</u> Antónia Passinhas - Técnica Auxiliar Administrativa²⁰ Susana Pimentel - Técnica Auxiliar Administrativa Isabel Ramirez - Técnica Auxiliar Administrativa Paulo Pereira - Técnico Auxiliar Administrativo Luis Varanda - Motorista <u>Sector de Pessoal (SP)</u> Fernanda Casal – Técnica Auxiliar Administrativa²⁰ <u>Sector de Economato e Património (SEP)</u> Manuela Neves - Técnica Auxiliar Administrativa²⁰ <u>Serviços Financeiros (SCT)</u> Odete Avelino - Técnica Superior²⁰ Paula Queiroga - Técnica Auxiliar Administrativa Beatriz Caldeirão - Técnica Auxiliar Administrativa

79

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Setores do IAC	Atividade permanente

Objetivos
- SAGE – Apoiar os setores e projetos do IAC, designadamente nas áreas de expediente geral, arquivo e apoio geral - SP – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito do pessoal - SEP – Apoiar os setores e projetos do IAC, no âmbito de aquisições de bens/serviços e do património - SCT - Dar tratamento de forma adequada e em tempo útil a toda a documentação de carácter contabilístico e financeiro.

¹⁸ Gestor Administrativo; Vogal da Direção

¹⁹ Gestor Financeiro

²⁰ Responsável pelo Setor

Ações Desenvolvidas

Ações desenvolvidas em conformidade com a legislação vigente e a regulamentação e diretivas estabelecidas pela Direção do IAC

SAGE

- Assegurou as tarefas inerentes às operações de receção, classificação, registo, distribuição e expedição da correspondência;
- Procedeu à organização do arquivo geral e à sua articulação com os arquivos sectoriais ao nível dos serviços;
- Manteve os serviços de processamento de texto, reprodução e impressão da documentação do Instituto quando necessários;
- Acolheu, esclareceu e encaminhou as pessoas, que pessoalmente ou por via telefónica, se dirigiram ao IAC;
- Assegurou o funcionamento do serviço telefónico através da central;
- Acompanhou o funcionamento dos serviços numa perspetiva de relacionamento com o público, recolhendo as queixas e reclamações apresentadas e promovendo o seu esclarecimento e/ou resolução mediante adequada intervenção junto dos serviços;
- Efetuou outras atividades de carácter administrativo quando a Direção do IAC ou outro órgão ou entidade do Instituto assim o determinou.

SP

- Executou as ações burocráticas relativas à constituição, modificação e extinção das relações jurídicas de emprego (trabalho e prestações de serviço);
- Organizou e manteve atualizado o cadastro pessoal que presta ou prestou serviço no IAC, por forma a assegurar em tempo a respetiva progressão profissional;
- Instruiu em tempo o Sector da Contabilidade ou os serviços de origem com os dados indispensáveis ao processamento das remunerações e dos benefícios sociais a que o pessoal tinha direito;
- Deu seguimento aos procedimentos relativos à classificação periódica de Serviço do Pessoal;
- Assegurou os processos de registo, controlo e arquivo da documentação relativa à assiduidade e ausências do pessoal em funções no Instituto;
- Promoveu o expediente relativo às ações de formação do pessoal do IAC que os serviços consideraram necessárias e superiormente aprovadas.

SEP

- Promoveu a aquisição de máquinas e equipamentos, mobiliário e outros objetos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços;
- Garantiu a conservação dos artigos e materiais de consumo e assegurou a sua distribuição de acordo com as necessidades dos serviços;
- Organizou os processos de aquisição de bens ou serviços relativos à conservação e/ou reparação do edifício - sede e das instalações a cargo do IAC e desencadeou a introdução de benfeitorias quando o funcionamento dos serviços o justificou;
- Promoveu a celebração dos contratos de arrendamento das frações prediais indispensáveis ao funcionamento dos serviços do IAC;
- Estruturou e manteve atualizado o inventário dos bens móveis, propriedade do IAC e/ou a que ele se encontrem afetos, em coordenação com o serviço da Contabilidade e acompanhou os processos relativos à administração das frações prediais pertencentes ao IAC;
- Promoveu a celebração de contratos de seguros dos bens do IAC ou à sua responsabilidade, mantendo-os atualizados em termos de espécie de risco e de valores;
- Assegurou a gestão das viaturas do IAC..

SCT

- Procedeu à organização da contabilidade do Instituto;
- Assegurou uma correta classificação, escrituração e arquivamento dos documentos contabilísticos;
- Proporcionou a informação atualizada à Direção e aos responsáveis dos Projetos do IAC, designadamente através da apresentação de balancetes periódicos;
- Promoveu a elaboração do Orçamento Anual do Instituto, a submeter à aprovação da Direção, agregando de forma coerente e sistemática num documento único as propostas dos responsáveis dos Projetos do IAC;
- Manteve o controlo dos registos relativos à movimentação dos depósitos bancários;
- Assegurou o controlo sobre os fundos de maneio tendo em conta as regras aplicáveis e as diretrizes da Direção.
- Promoveu o envio das contas anuais aos órgãos da tutela após sujeição a parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral;
- Organizou e manteve atualizado o ficheiro contabilístico do imobilizado da Instituição;
- Controlou os movimentos da Tesouraria, através da cobrança das receitas e da promoção dos pagamentos das despesas previamente autorizadas;
- Manteve devidamente escriturados os registos e livros da Contabilidade.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD:SJ

Designação
Serviço Jurídico

Responsável
Ana Perdigão

Equipa
Ana Perdigão – Técnica Superior - Jurista Ana Sotto-Mayor Pinto – Docente / Jurista ²¹

<u>Outros Serviços Intervenientes</u>	Duração Prevista
Tribunais de Família e Menores, Tribunais de Comarca, Escolas; Centros de Saúde; Hospitais; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; IPSS	Atividade permanente

Objetivos
Maximizar o objetivo geral do IAC, contribuindo para o Desenvolvimento Integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos. – Divulgar a legislação dos Direitos da Criança; – Prestar esclarecimentos jurídicos e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal; presencial, telefónica e eletronicamente; – Elaborar opiniões jurídicas; – Recolher e tratar toda a legislação relativa à Infância, a nível nacional e internacional, com especial incidência na legislação da União Europeia; – Contatos com instituições europeias sobre Direitos da Criança.

Ações Desenvolvidas
– Atendimento e tratamento de casos apresentados; – Membro da Equipa Técnica do Centro de Acolhimento Temporário “Os Miúdos”, em Loulé, onde se desloca mensalmente para prestar apoio jurídico; – Membro da Comissão de Acompanhamento da Acção de Saúde para Crianças e Jovens em Risco coordenada pela Direção Geral da Saúde; – Colaboração com Serviço de Pediatria do Instituto Português de Oncologia de Lisboa – IPO, na prestação de apoio jurídico a situações concretas daquele serviço;

²¹ Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC.

- Colaboração com o Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian;
- Projeto Europeu T.A.L.E. (*Training Activities for Legal Professionals*); *Project Officer*, Duração: novembro 2015 a dezembro 2017;

Ações de Formação realizadas por Ana Perdigão

- **15 janeiro** - – “Protecção de Menores”, organizada pelo Agrupamento de Escolas de Murallas do Minho, dirigida aos profissionais de educação, Cabeceiras de Basto;
- **16 de janeiro** – “Protecção de Menores”, organizada pela Câmara Municipal de Valença do Minho e dirigida a profissionais de educação e da rede social local, Valença do Minho;
- **20 fevereiro** – “Protecção de Menores”, dirigida à Equipa de Pedopsiquiatria do Hospital de Santa Maria, Lisboa;
- **26 de fevereiro** – “Consentimento informado”, dirigida aos alunos do Mestrado de Adolescentes, no Hospital de Santa Maria, Lisboa;
- **14 de maio** - “Protecção de Menores”, dirigida à Equipa Técnica da Associação “Ajuda de Mãe, Lisboa;
- **21 de maio** – “Protecção de Menores”, dirigida à Equipa Técnica da Associação “Ajuda de Mãe, Lisboa;
- **4 de junho** – “As Responsabilidades Parentais” dirigida às utentes da Associação “Ajuda de Mãe, Lisboa;
- **20 de julho** – “A importância da privacidade na vida das utentes”, dirigida às auxiliares das residências da Associação “Ajuda de Mãe, Lisboa;
- **8 de outubro** – Curso de Formação de Animadores do IAC – Projeto Rua, sobre “Protecção dos Direitos da Criança”, Caneças;
- **15 de outubro** – “Violência Doméstica, Materna, Infantil e Juvenil”, dirigida a profissionais de saúde, organizada pela ARSLVT, Lisboa;
- **3 de novembro** – “Família e Criança”, no âmbito do Grupo de reflexividade no ISCTE dirigida a assistentes sociais, ISCTE, Lisboa;
- **10 de novembro** – “Parentalidade e Aleitamento Materno”, dirigida a profissionais de saúde, organizada pelo Hospital Garcia de Horta, Almada;
- **21 de novembro** – “Direitos da Criança”, dirigida à Equipa do Abrigo Infantil de Santa Maria de Belém, Lisboa;
- **30 de novembro** – “Direitos da Criança”, dirigida aos estagiários da Associação “Ajuda de Mãe”, Lisboa;
- **1 de dezembro** – “Conversando sobre Direitos Humanos e da Criança”, no V Ciclo de Seminários dirigida aos alunos de Educação Básica e Educadores de Infância, na Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa;

82

Comunicações realizadas por Ana Perdigão

- **11 de fevereiro** – XXI Jornadas de Pediatria do Hospital de Santa Maria, com a comunicação “Direitos da Criança com necessidades especiais”, HSM, Lisboa;
- **4 de março** – Encontro sobre “Partilha de experiências em Serviço Social”, com a comunicação “Crianças em Risco”, organizado pelo ISCTE, Lisboa;
- **16 de março** - No Debate Público, com a comunicação “O Direito à Imagem”, organizado pela Associação Acreditar no Auditório do Instituto Português de Oncologia (IPO), Lisboa;
- **19 de março** – No Seminário “Direitos das Crianças”, organizado pelo Instituto das Ciências Educativas, Ramada, Odivelas;
- **17 de Abril** - Seminário “Violências sobre a Infância” organizado pela CPCJ de Condeixa;
- **27 de maio** – Jornadas das Unidades Cuidadoras Funcionais do Hospital de Cascais/Sintra, organizadas por

estas duas entidades, com a comunicação “O Abuso nas crianças e nos jovens adolescentes”, Auditório da Casa das Histórias Paula Rego, Cascais;

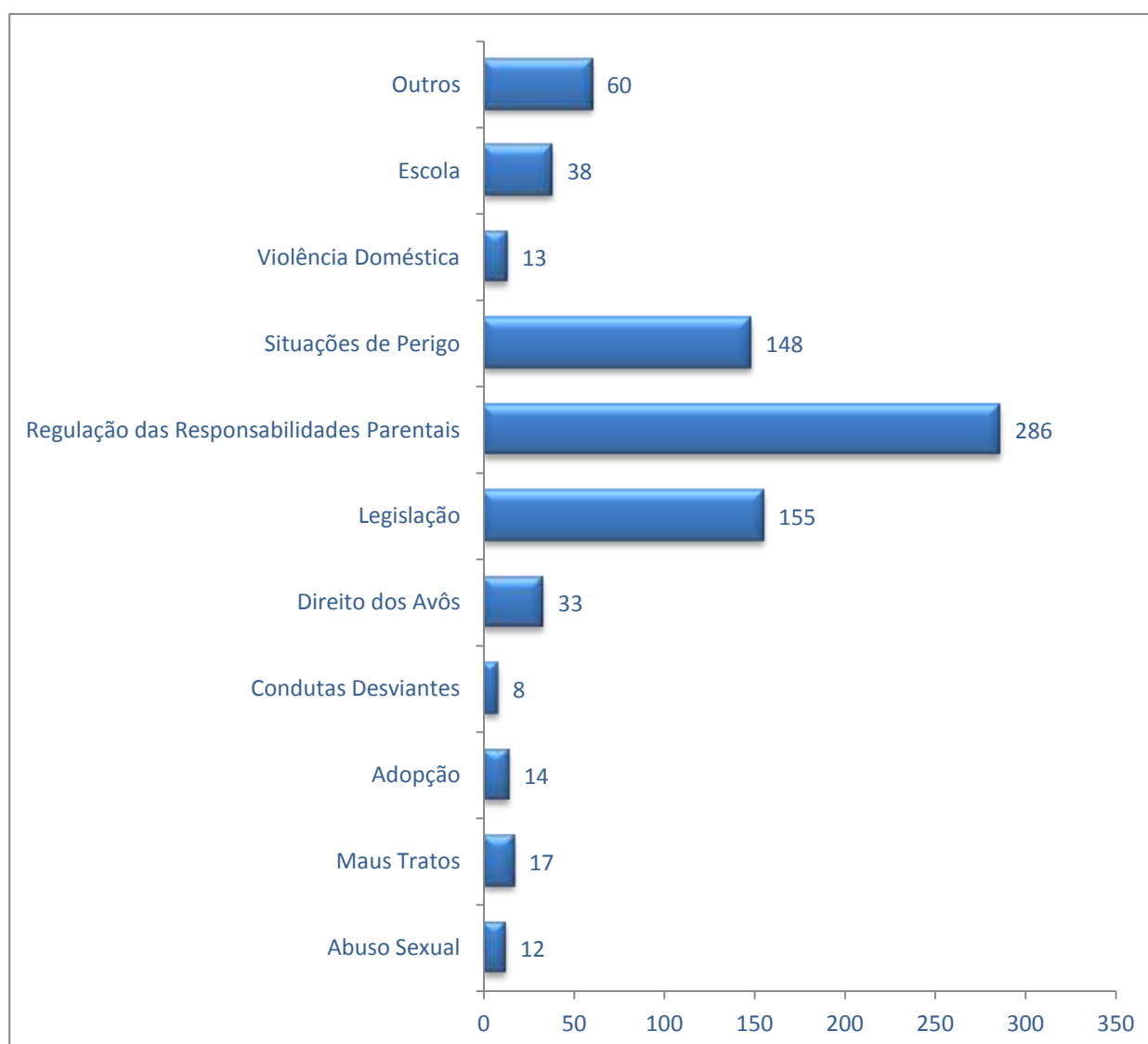
- **27 a 29 maio** – XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e Adolescência, como Comentadora da Conferência sobre “Fathers, children and Mothers Following Parental Separation and Divorce – por Gill Gorell Barnes, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real;
- **1 de Junho** – Encontro sobre “Do desenvolvimento ao bem-estar: a evolução dos Direitos da Criança no Sistema Nacional de Saúde”, organizado pela Direção Geral de Saúde com a comunicação “O Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a saúde”, no Centro de Saúde de Sete Rios, Lisboa;
- **26 de setembro** – 5º Congresso da Sociedade Portuguesa da Contraceção – “Consultório Jurídico”, organizado por esta entidade, Lisboa;
- **9 de outubro** – 14º Fórum entre Gerações “Amores e Desamores”, organizado pela Junta de Freguesia de Carnide, Lisboa;

Ações realizadas por Ana Sotto-Mayor

- **23 de março** – delegação do Ministério da Justiça da Bulgária, (“Internacional Legal Cooperation and EU Affairs”), recebida no IAC, a pedido da Direção Geral de Políticas de Justiça, Ministério da Justiça, acompanhada pela Dra Susana Pereira, da DGPI (Assuntos: quadro legal e boas práticas adotadas por Estados europeus, no âmbito da violência doméstica e de género);
- **15 de maio** – Viseu, Delegação da Ordem dos Advogados; “A família como instrumento de prevenção e proteção” (preletora);
- **03 e 04 junho** – Bruxelas, “9th European Forum on the rights of the child, Coordination and Cooperation in integrated child protection systems”;
- **26 junho** – O papel da Autoridade Central Portuguesa nos desaparecimentos de crianças em situação de rapto parental, por Dra Maria Ascensão Isabel, Diretora da DGRS- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (Autoridade Central), com Dra Maria João Pena, SOS Criança,
- **21 de agosto** – TVI, Programa “A tarde é sua” de Fátima Lopes, Debate com Dra Teresa Antunes, Diretora da Unidade de Adoção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sob o tema “Porque demoram tanto os processos de adoção em tribunal?”;
- **18 novembro** – Comemoração do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a exploração Sexual e os Abusos Sexuais (Convenção de Lanzarote); “O desaparecimento e a exploração sexual de crianças; situação em Portugal” (preletora); Encontros de Direito Internacional, DGPI-Direção Geral de Políticas de Justiça/Ministério da Justiça;
- **19 de novembro** – Seminário “Infância e juventude: quando o mundo está ao contrário”, “Alienação Parental: Não entendo porque me afasta dele...” (preletora); COOLCOOP, cooperativa de solidariedade social, Forum Montepio, Lisboa;
- **23 e 24 de novembro** – Roma, 1ª reunião do Projeto TALE com todos os parceiros internacionais (Itália, Espanha, Reino Unido, Roménia, Bélgica).

Resultados Obtidos

<i>Tratamento e Encaminhamento</i>	Número de casos
Abuso Sexual	12
Maus Tratos	17
Adopção	14
Condutas Desviantes	8
Direito dos Avôs	33
Legislação	155
Regulação das Responsabilidades Parentais	286
Situações de Perigo	148
Violência Doméstica	13
Escola	38
Outros	60
Total	784



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2015
COD:SOS

Designação
SOS – Criança – Serviço de âmbito Nacional de Apoio às Crianças / Jovens / Famílias / Profissionais e Comunidade Linha Telefónica – 116 111 116 000

Responsável
Manuel Ataíde Ferreira Coutinho

Equipa
Ana Isabel Mendonça – Técnica Superior de Psicologia²² Ana Perdigão - Técnica Superior - Jurista Anabela Rosa – Técnica Auxiliar Administrativa Dina Faria – Técnica Superior de Psicologia Isabel Oliveira - Técnica Superior de Psicologia Luísa Moniz – Professora do Ensino Básico²³ Manuel Coutinho - Técnico Superior de Psicologia²⁴ Maria da Conceição Santos – Empregada de Limpeza Maria João Cosme – Técnica Superior de Psicologia Maria João Pena - Técnica Superior de Serviço Social Palmira Carvalho – Técnica Superior de Psicologia Rita Esperto - Técnica Auxiliar Administrativa Sara Matias - Técnica Superior de Psicologia <u>Outros:</u> 4 Estagiários do Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)

85

Outros Serviços Intervenientes	Duração Prevista
Ministério da Segurança Social e do Trabalho: Centros Distritais de Segurança Social (CDSS), Serviços de Fiscalização, Centros de Acolhimento Educativo e Formação (CAEF), Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, Inspeção para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho (IDICT), Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Serviços de Acolhimento de Emergência. Ministério da Saúde: Centros de Saúde, Hospitais, Saúde 24, Linha Anti -Venenos, Inspeção Geral dos Serviços de Saúde (IGSS), Núcleo de Estudos do Suicídio, Departamento de Pedopsiquiatria. Ministério da Educação: Direcções Regionais da Educação, Inspeção Geral da Educação (IGE), Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), Escolas, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), Associações de Pais, Universidades, Institutos Superiores, Jardins de Infância. Ministério da Justiça: Tribunais Judiciais e de Família, Direcção Geral da Reinserção Social (DGRS), Procuradoria Geral da República, Polícia Judiciária, Interpol, Gabinete de Mediação Familiar. Ministério da Administração Interna: Polícia de Segurança Pública (PSP), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Guarda Nacional Republicana (GNR), Gabinete Coordenador de Segurança, Escola Segura, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia Bombeiros Secretaria de Estado da Juventude: Instituto Português da Juventude e do Desporto. Provedoria da Justiça, Santa Casa da Misericórdia, Presidência do Conselho de Ministros: Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Serviço Social Internacional. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Rede Construir Juntos,	Atividade permanente

²² Em licença sem vencimento a partir de Maio/2015

²³ Docente do Ministério da Educação e Ciência, destacada no IAC

²⁴ Coordenador do SOS-Criança, Gestor de Projetos e Secretário-Geral do IAC

Organizações Não Governamentais (ONG), Paróquias, Sindicatos, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), Instituto da Defesa do Consumidor, Confederação Nacional Sobre o Trabalho Infantil (CNAsti), Embaixadas, Comunicação Social, Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), Miúdos Seguros na Net; Ordem dos Psicólogos ; Bristish Council; APAV; APCD;AMCV; Observatório tráfico de seres humanos

Contactos Internacionais: Child Focus, Federação Europeia de Crianças Desaparecidas (MCE), Euronet, International Forum For Child Welfare, Child Helpline International (CHI), Fundação BAXTER, ICMEC; NCMEC; EU Kids Online; Fondation pour L'Enfance; ENASCO

Objetivos

Finalidade

Promover e Defender os Direitos da Criança

Objetivos Gerais

- Ouvir e dar Voz à Criança
- Promover o desenvolvimento harmonioso e integral da criança
- Apoiar a Criança e a Família
- Prevenir situações problema
- Garantir à criança o direito à palavra, proteção em situação de risco e/ ou mau trato, quando privada de afeição, isolada, abandonada, ameaçada de agressão física, sexual, negligência ou obrigada a trabalhar prematuramente.
- Sensibilizar as estruturas comunitárias e a sociedade em geral para a problemática da criança em risco.

Objetivos Específicos

- Informar crianças, jovens e famílias;
- Orientar as situações problema;
- Encaminhar as questões apresentadas;
- Reavaliar as situações encaminhadas;
- Aferir a qualidade de intervenção e Refletir com a Criança! Jovem! Família e com a Comunidade em Geral sobre diversas temáticas que preocupam o apelante.

86

Ações Desenvolvidas

1. ATENDIMENTO TELEFÓNICO 116 111

- Atendimento telefónico às situações de crianças apresentadas na linha telefónica;
- Registo dos apelos telefónicos em base de dados;
- Abertura e distribuição de processos nas situações em que o encaminhamento é feito pela equipa SOS-Criança;
- Gestão dos casos: Recolha de dados através do contacto telefónico com as entidades da área de residências da criança que têm a competência territorial para intervenção.
- Reavaliação das situações encaminhadas;
- Tratamento estatístico e análise dos dados referentes às situações apresentadas;
- Divulgação da linha junto de escolas de 1º ciclo através de ações lúdicas de sensibilização e divulgação, com colaboração dos estagiários académicos: “Na escola com ... o SOS-Criança !”;
- Divulgação da linha telefónica junto dos meios de comunicação social (rádio, tv e imprensa) assim como participações associadas a temáticas relacionadas com a criança;
- Participação em seminários e encontros no âmbito da linha telefónica assim como dos Direitos da Criança;
- Ações de sensibilização em escolas e outras organizações sobre temáticas relacionadas com a criança;
- Supervisão de estágios académicos na área da Psicologia;
- Manutenção e atualização do site www.soscrianca.pt;
- Reuniões com diversos organismos e entidades públicas e particulares para uma melhor parceria inter-institucional;
- Participação nas atividades desenvolvidas pelo CHI (*Child Helpline International*), Federação que reúne linhas telefónicas de ajuda à criança a nível internacional.

2. LINHA TELEFÓNICA 116 000 / CRIANÇAS DESAPARECIDAS

- Rececionar as situações de crianças desaparecidas, recolha de dados e análise da situação e encaminhamento;
- Apoio psicológico, social e jurídico às crianças e famílias em articulação com o Projecto Rua, Fórum Construir Juntos e Rede Construir Juntos;
- Articular com as forças e serviços de segurança no sentido de agilizar a informação disponível sobre as Crianças desaparecidas;
- Partilha de informação e articulação da intervenção com o Projecto Rua, Fórum Construir Juntos e Rede Construir Juntos;
- Partilha de informação e articulação da intervenção com as entidades de proteção à criança;
- Divulgação da Linha 116 000 em organizações ligadas à criança, assim como nos meios de comunicação social;
- Ações de Formação para técnicos de diferentes áreas nas situações de crianças desaparecidas;
- Participação nas atividades da Federação Europeia *Missing Children Europe* (MCE);
- Organização de um seminário para assinalar o Dia da Criança Desaparecida (25 de maio);
- Tratamento estatístico da informação e análise dos dados.

3. ATENDIMENTO PERSONALIZADO : PSICOLÓGICO / SOCIAL / JURÍDICO

3.1. No atendimento Psicológico:

- Observação
- Entrevista psicológica
- Avaliação psicológica
- Acompanhamento psicológico
- Triage e aconselhamento
- Tratamento estatístico e análises dos dados

87

4. E-MAIL soscrianca@iacrianca.pt

- Leitura, registo e distribuição das situações apresentadas por email
- Resposta ao apelante
- Recolha de dados com o apelante e abertura de processo para encaminhamento nas situações em que o conteúdo assim o justifica
- Tratamento estatístico da informação e análise dos dados

5. MEDIAÇÃO ESCOLAR

Valência inovadora do SOS-Criança, que se baseia na ideia da Escola Inclusiva, considerando a comunidade escolar como um todo, promove a pedido das Direções das Escolas e sempre que possível integra Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, que autonomiza.

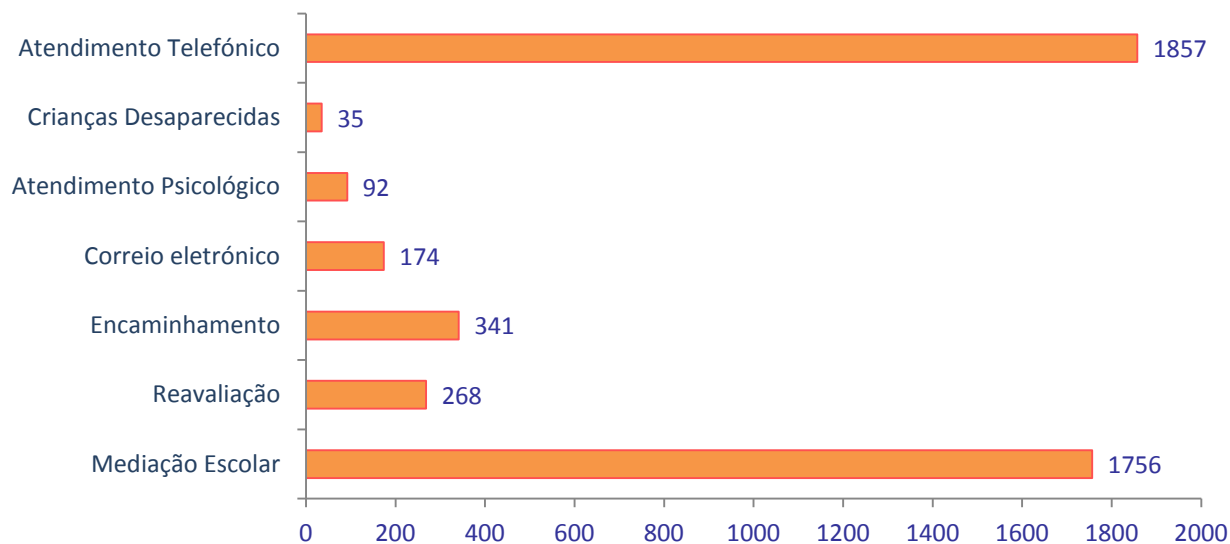
Em escolas sem GAAF, fazem-se intervenções pontuais, nomeadamente com ações de sensibilização de prevenção primária.

6. FORMAÇÃO

Bom dia SOS Criança – Projecto ao abrigo dos Direitos da Criança.

O SOS- Criança tem como principal objetivo chegar à Criança antes que o risco aconteça.

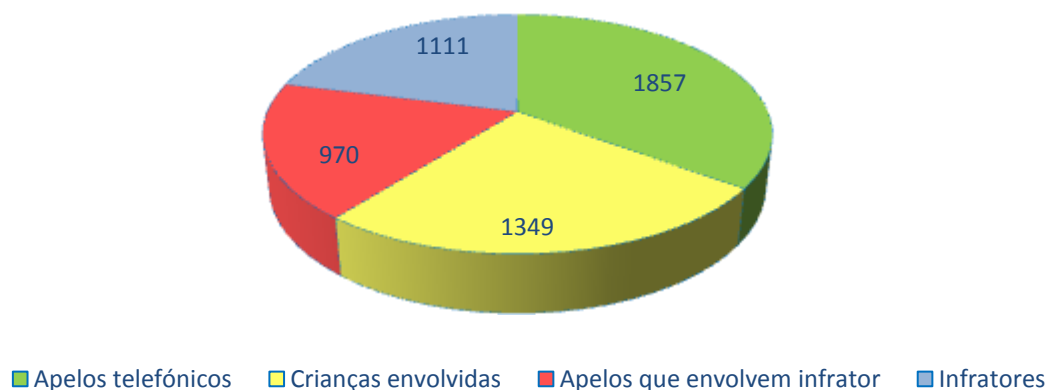
Valências do SOS-Criança 2015



1. ATENDIMENTO TELEFÔNICO

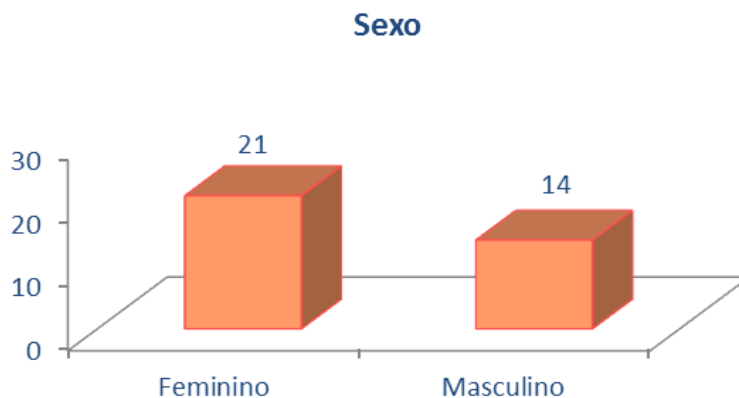
Num total de **1857** apelos telefônicos para a linha do SOS-Criança (116 111- crianças em risco e 116 000-crianças desaparecidas) no ano de 2015, 1349 situações envolveram crianças vítimas de algum tipo de risco e em 970 dos apelos havia um infrator envolvido na situação de criança em risco, num total de 1111 infratores, pois muitas vezes existe em cada apelo mais do que um infrator envolvido (por exemplo quando são ambos os pais os infratores ou quando são situações de *Bullying* em que existe uma vítima e vários infratores ou agressores, no caso).

Apelos



2. LINHA CRIANÇA DESAPARECIDA

Em 2015, o SOS-Criança recebeu 35 novos casos de crianças desaparecidas, menos 7 que no ano anterior, sendo que 60% referem-se a crianças do sexo feminino e 40 % a crianças do sexo masculino, acentuando-se a tendência do ano anterior.



No final do ano, 45% das crianças continuava desaparecida, o que comparado com o ano anterior revela um decréscimo, pois em final de 2014, 59% das crianças ainda não tinham aparecido.

A duração do desaparecimento tende a variar entre as 48h até uma semana, acompanhando a tendência do ano anterior.



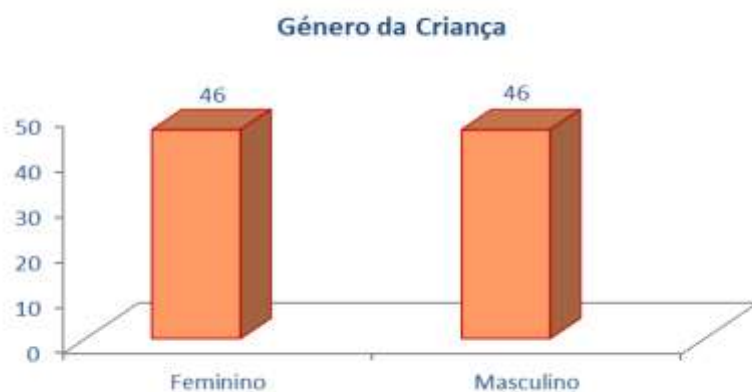
3. ATENDIMENTO PERSONALIZADO: PSICOLÓGICO

Este serviço é solicitado através da linha de apoio do SOS-Criança, através do número gratuito 116111-116000.

Durante o ano de 2015, o SOS-Criança recebeu um total de 92 crianças e jovens, sendo que 46% foram casos novos e 54% foram casos transitados de anos anteriores.

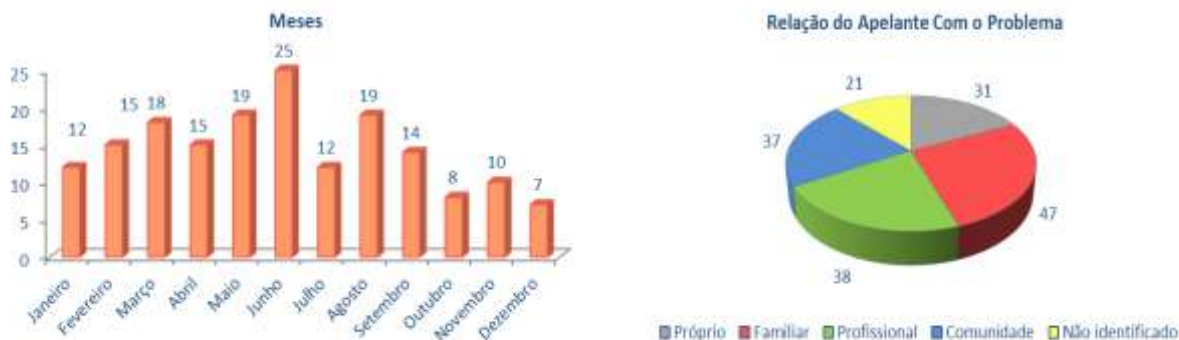


Destas situações, 50% referem-se ao **gênero feminino** e os outros 50% ao **gênero masculino**, sendo que a faixa etária com maior destaque é a dos 11 aos 16 anos, com 48 %, seguida da faixa etária dos 6 aos 10 anos, com 43%.



4. E-MAIL. soscrianca@iacrianca.pt

O Serviço SOS-Criança recebeu no ano de 2015, um total de cento e setenta e quatro (174) e-mails, entre os quais, estão cento e setenta e cinco (175) crianças envolvidas.



Observamos que quarenta e sete e-mails foram enviados por familiares, trinta e oito por profissionais, seguindo-se de trinta e sete enviados pela comunidade. Pelo próprio apelante, chegaram-nos trinta e um e-mails. Dos cento e setenta e quatro, vinte e um, não foram identificados.

5. ENCAMINHAMENTO

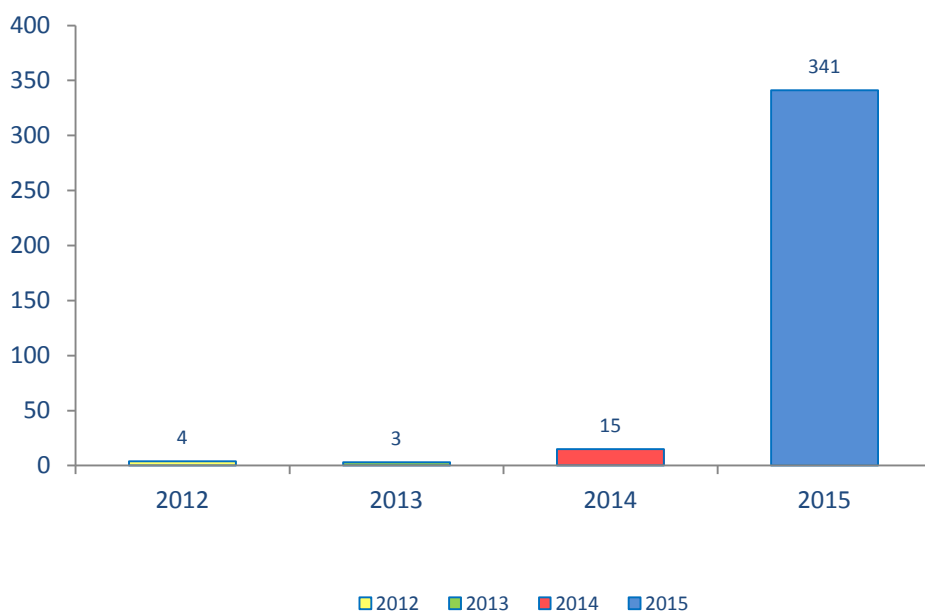
Ao longo do ano de 2015, o SOS-Criança encaminhou 341 novos casos e 22 processos de anos anteriores, totalizando assim 363 processos.

O encaminhamento destas situações envolveu 1213 contactos e referiu-se a 540 crianças.

Um aspeto relevante a destacar no ano de 2015, foi o aumento em relação ao ano anterior, do número de processos que foram alvo de um encaminhamento para os parceiros locais com competência em matéria de infância e juventude.

91

Ano dos processos que foram alvo de encaminhamento

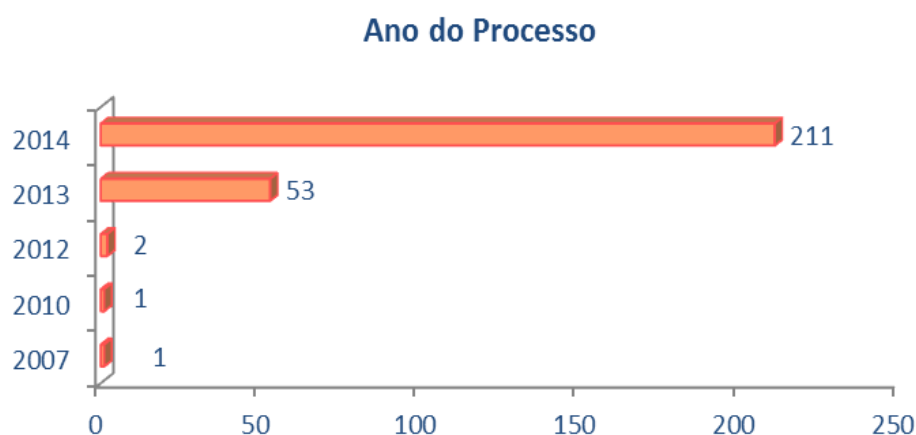


A principal via de sinalização dos novos casos que foram alvo de encaminhamento durante o ano de 2015, continua a ser a linha telefónica do SOS-Criança (89%), seguida do correio eletrónico (9%).



6. REAVALIAÇÃO

Para se aferir a qualidade da intervenção no ano 2015, reavaliaram-se 268 processos, dos já anteriormente encaminhados pelo serviço para outras entidades, com o objetivo de obter uma resposta mais concreta.



92

7. MEDIAÇÃO ESCOLAR

No ano letivo de 2014/2015, o Serviço do SOS Criança, através da Mediação Escolar, Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, acompanhou local e diariamente várias crianças, em idade escolar, num total de 1873 alunos.

Mediação Escolar:

- Reuniões de escolas: 4
- Ações de Sensibilização/Formações: 5
- Reuniões com estagiários: 9
- Reuniões para Projetos: 1
- Reuniões Equipa SOS Criança: 2
- Reuniões na Sede do IAC: 3
- Ações Conjuntas com Serviço Jurídico do IAC: 4 em escola e 5 de atendimento a pais

8. FORMAÇÃO

Atividades Desenvolvidas (ações de sensibilização, palestras, atividades lúdicas, atividades cívicas, entre outras): 248 (abrangeram-se 16775 alunos e 1980 adultos)

Mediação Escolar, através dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, apoiaram diretamente 1873 alunos.

A intervenção dos GAAF, no ano letivo de 2014/15 foi realizada em 18 Agrupamentos Escolares, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência, Autarquias, Associações de Pais e outras iniciativas da comunidade, sendo da responsabilidade do setor da Mediação Escolar, a supervisão, formação e acompanhamento, de forma a uniformizar as boas práticas, de acordo com a filosofia do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.

Universo de Alunos: 21048

Grupo Alvo: 1873



3. ORGANIGRAMA



